



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 32- Nº 610 - DE 24 DE MAIO A 7 DE JUNHO DE 2020 - R\$ 4,00

Mais de 20 mil mortos! Filas à espera de UTIs!

Burguesia rompe o limitado isolamento social

Avança a barbárie do capitalismo em decomposição

Tarefas do momento

Retomar a democracia operária, convocando as assembleias. Defender os empregos, salários e condições médico-hospitalares. Aprovar um plano próprio de emergência, que de fato proteja a vida da maioria oprimida. Derrubar as medidas antinacionais e antipopulares de Bolsonaro, Guedes, Doria e Maia. Pôr em pé um movimento nacional, organizado desde as bases. Construir os comitês de defesa das condições de existência dos explorados. Constituir uma frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária.

Combater o governo burguês,
ultradireitista, de Bolsonaro,
com o plano de emergência,
a organização independente
e os métodos da luta de classes



Nossa homenagem ao
marxista-leninista-trotskista
Guillermo Lora

Tarefas do momento

É visível o esgotamento e o fracasso da política burguesa de isolamento social. O número de mortos ultrapassou os vinte mil. E os governadores já não conseguem manter os índices iniciais do confinamento. O poder econômico dita a volta ao trabalho, não importando o resultado da pandemia. Bolsonaro triunfa em sua posição anti-isolamento, apoiado nos grandes capitalistas. A incapacidade do governador Doria de reagir aos ataques do bolsonarismo se deve ao fato de a burguesia pender para a quebra do confinamento. Nas últimas semanas, aceleraram-se tanto as atividades comerciais, serviços e industriais, quanto as contaminações e mortes.

Os trabalhadores que foram confinados estão sendo convocados pelo patronato a assumir seu posto, com os salários reduzidos. Milhões perderam o emprego. A imensidão que vive da informalidade não vê outra saída para a miséria e a fome senão recorrer ao comércio das calçadas. Os pedintes comparecem em bando nos faróis. A única forma de assegurar o isolamento é com a polícia. Mas, os governadores e prefeitos evitam o método repressivo, uma vez que já não contam com o apoio do poder econômico e sofrem oposição do governo federal.

Essa é a realidade que dita as tarefas que a classe operária tem diante de si. Está voltando ao trabalho desorganizada, golpeada e temerosa. É preciso reverter o desastre social e político, agravado com a inesperada pandemia. Os explorados já vinham perdendo terreno, principalmente desde a quebra econômica de 2015 e 2016. As contrarreformas trabalhista e previdenciária, de 2017 e 2019, atingiram profundamente a vida das massas. Agora, em continuidade, arcam com a brutal MP 936, e nova onda de demissões. E vem mais ataques pela frente, anunciado por Bolsonaro-Guedes. O passado, presente e futuro se fundem contra as necessidades mais elementares da maioria oprimida.

A tarefa básica é a de retomar e reorganizar a luta do proletariado no campo da independência de classe, com programa e método próprios da luta anticapitalista e anti-imperialista. Está colocada a defesa do plano de emergência, que não teve como ser encarnado pela classe operária durante o isolamento social. O que exige a democracia

coletiva das assembleias, a ser erguida pelos sindicatos e movimentos.

Essa tarefa, porém, se choca com os aparatos burocráticos, estatizados e corrompidos pelas direções sindicais e políticas. Seu papel na pandemia tem sido o de apoio a uma ala dos governadores, liderada por Doria, em nome da oposição a Bolsonaro. Junto aos empresários, colaboraram com a aplicação do MP 936, utilizando-se da farsa das “assembleias virtuais”. No ápice da pirâmide burocrática, estão a CUT e Força Sindical. Na base, se encontram CTB, CSP-Conlutas e Intersindical. Todas as centrais mergulharam e sucumbiram nas águas da política burguesa do isolamento social. Nenhuma sai ilesa dos efeitos antioperários da MP 936. Nem mesmo a CSP-Conlutas se mostrou capaz de compreender a situação e reagir contra a maré da colaboração de classes.

No momento, se enfileiram por trás do PT para pôr em pé um movimento pró-impeachment de Bolsonaro. Prepararam os canais da institucionalidade burguesa para carrear os sindicatos, que terão de controlar a revolta dos explorados, que, cedo ou tarde, retomarão a luta nacional. As direções burocráticas desviam o verdadeiro caminho de combate ao governo burguês, que é o de organizar a luta da classe operária pelo plano de emergência. Lançam-se à via parlamentar do impeachment. Trabalham por uma frente ampla democrático burguesa, cuja finalidade é a de trocar um governo burguês por outro. Reformistas das mais variadas cores, centristas e esquerdista oportunistas confabulam uma forma de como se colocarem sob a bandeira comum de “Fora Bolsonaro” e “impeachment”.

Esse não é o caminho da luta revolucionária pela derrubada do governo burguês e constituição do governo operário e camponês. É o caminho para desviar a tarefa de organizar a luta independente dos explorados por suas reivindicações e plano próprio de luta. É necessário que a vanguarda com consciência de classe rechace mais essa manobra política do reformismo e aliados. A bandeira do momento é a de preparar a volta da classe operária ao trabalho para defender os empregos, os salários e os direitos trabalhistas.



Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org

Avança a pandemia, população retorna ao trabalho e direções sindicais mantêm a classe operária e demais explorados na passividade

A única forma de defender a vida dos explorados é organizando a luta contra o capitalismo em decomposição

18 de maio de 2020

Enquanto o coronavírus espalha como rastilho de pólvora por todo o País, Bolsonaro, sob pressão dos empresários, exige que os governadores e prefeitos coloquem fim ao isolamento social, que já era parcial. Para isso, conta com o apoio de uma camada da classe média alta, que toda semana se concentra em frente ao Palácio Alvorada para criticar as decisões do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF) de não apoiar Bolsonaro. Ao mesmo tempo, se aguçam os conflitos no interior do governo, que resultaram nas exonerações de dois ministros da saúde, ou por não acatarem a decisão de flexibilizar ao máximo o isolamento, ou por não indicarem o uso de medicamento, no caso da cloroquina. E na demissão do ministro Sérgio Moro, por não admitir a substituição da superintendência da Polícia Federal do Rio de Janeiro. Consequentemente, esses conflitos potenciam a crise política. Inúmeros pedidos de impeachment se acumulam no Congresso Nacional e no STF.

Faz parte do avanço da crise política, a investida dos governadores, tendo à frente Doria, contra a abertura total da economia. Contam a seu favor com a intensa campanha promovida pelos meios de comunicação, que, dia e noite, retratam a tragédia dos contágios e mortos, e insistem na bandeira de “FiqueEmCasa”. Querem fazer crer que se trata de duas posições opostas: a de “salvar” vidas, e a genocida do povo pobre. Ocultam, na verdade, que a responsabilidade de tudo que acontece é, em última instância, da burguesia, principalmente, do grande capital. Por outro lado, os governadores enfrentam a queda de arrecadação, acumulam dívidas gigantescas e dependem de recursos da União. E, sob a pressão dos empresários, estão obrigados a reduzir, cada vez mais, o confinamento. As medidas que vêm tomando, assim, acabam tendo fôlego curto, a exemplo dos rodízios, fechamento total (lockdown), etc.

Juntamente às disputas interburguesas, escancaram as denúncias de corrupção, envolvendo membros dos governos responsáveis pela compra de máscaras, equipamentos e respiradores. Milhões de recursos públicos foram desviados pelas quadrilhas que transitam nas esferas governamentais. Não por acaso, a MP que isenta o agente público de responsabilidade sobre eventuais erros ou omissões foi denunciada como uma concessão aos quadrilheiros.

Em meio aos números assustadores de crescimento da pandemia, a população se vê obrigada a retornar ao trabalho. Reclama dos transportes coletivos lotados, das medidas que restringem o uso de carros (rodízios) e do descaso do governo em liberar os R\$ 600,00. Uma parcela sequer recebeu a primeira parte, das três prometidas pelo governo. Os milhões de trabalhadores informais permanecem nas filas para sacar o famigerado auxílio, ou para obter as cestas-básicas, anunciadas pelas empresas, sindicatos,

ONGs. A fome e a miséria se alastram, os salários foram rebaixados, as demissões aumentaram, as condições de trabalho se tornaram mais precárias e, nos hospitais públicos, agora, fica mais claro e visível, aqueles que devem morrer e os que terão acesso ao tratamento do coronavírus. Está aí a verdadeira desgraça para a maioria explorada.

No entanto, é preciso ressaltar que, seja frente à ala bolsonarista, seja à ala dorista, há uma só política para a classe operária e demais explorados. Diante da crise econômica, que levou o País à recessão, porta-vozes da burguesia insistem que é urgente retomar as contrarreformas, entre elas a que elimina conquistas do funcionalismo público e congela por dois anos os reajustes salariais. Ao mesmo tempo, assinam contratos milionários com empresas para o ensino a distância, colocando em prática a almejada parceria público-privada. As contrarreformas seguirão o caminho

(...) diante de tamanha crise econômica, social, política e sanitária, as direções sindicais mantêm os sindicatos fechados, e se recusam a realizar assembleias, para que os trabalhadores aprove o caminho do enfrentamento aos governos e aos capitalistas.

da reforma trabalhista e Previdência, e de proteção aos negócios dos capitalistas. Está nos cálculos do ministro Paulo Guedes dar novo alento às privatizações, portanto, ao entreguismo pró-imperialista. De braços dados, Bolsonaro, Maia, Doria e outros politiquieiros continuam no firme propósito de impor o “ajuste fiscal”, que recairá sobre a maioria oprimida.

Como se vê, diante de tamanha crise econômica, social, política e sanitária, as direções sindicais mantêm os sindicatos fechados, e se recusam a realizar assembleias, para que os trabalhadores aprove o caminho do enfrentamento aos governos e aos capitalistas. Continuam com as campanhas virtuais, arrecadação de cesta-básica e a demagogia em torno à bandeira de “saúde a todos”, por meio da indenização aos hospitais privados, que tem os leitos e UTIs à disposição.

Em uma nota, a direção da CUT passou a lamentar o empobrecimento de mais de 7 milhões de trabalhadores, que tiveram seus salários reduzidos. Pretende, assim, isentar a responsabilidade das direções dos sindicatos, que puseram em prática a Medida Provisória 936, organizando a farsa das “assembleias virtuais”, para que a classe operária e demais assalariados pudessem dizer SIM ou NÃO aos cortes salariais. Depois do serviço prestado aos patrões, a CUT, desavergonhadamente, diz: “Desde que foram ins-

tituídas a redução da jornada e dos salários – de 25% a 70% - e a suspensão dos contratos de trabalho durante a pandemia do novo coronavírus (Covid-19), para supostamente garantir a manutenção dos empregos, 7.206.915 trabalhadores e trabalhadoras que foram incluídos no programa chamado Benefício Extraordinário Mensal (BEM) do governo de Jair Bolsonaro, estão mais pobres e ainda correm risco de ser demitidos e receber menos do que teriam direito”. Eis aí a podridão de uma direção sindical, que desgraçadamente, não está sozinha.

O fundamental está em que boa parte da classe operária e assalariados em geral, após serem compulsoriamente colocados no isolamento, retornaram ao trabalho com os salários rebaixados, temerosos com a perda dos empregos e amedrontados com a pandemia. Sabem que, se forem demitidos, poderão receber a rescisão com base no salário reduzido, e com dois ou mais meses a menos nos depósitos do Fundo de Garantia (FGTS). Mesmo aqueles que tiveram a suspensão do contrato terão também a suspensão do FGTS e da contribuição do INSS, nos meses de suspensão. A saída dos capitalistas é a de que esses trabalhadores paguem a contribuição previdenciária, ou aceitem adiar suas aposentadorias. Os milhões de demitidos – somente no setor de bares e restaurantes, as demissões ultrapassaram 1 milhão –, estão à espera do fim da pandemia, para ver se conseguem voltar ao mercado de trabalho.

A MP 936 e as demissões foram respostas dos capitalistas para protegerem seus negócios. O problema, para a burguesia, continua sendo a derrocada econômica, com

a queda na produção, exportação e consumo interno. O problema para a classe operária é o de não apenas recuperar seus postos de trabalho, bem como suas perdas salariais, mas também combater novas ondas de demissões que se apresentam no horizonte. Para os burocratas sindicais, só restam os lamentos hipócritas. Dizer, agora, que o trabalhador ficou mais pobre e que a MP não garante os empregos, é uma desfaçatez. Dizer que se colocou contra o acordo de redução salarial, mas armou o palco para efetuar as propostas patronais, é a mais descarada impostura.

O POR tem insistindo em dizer que é o poder econômico quem ditou o início e, agora, o fim do isolamento social. Os governadores e prefeitos são empurrados a aceitar a quebra do confinamento e se limitar a manter o funcionalismo público, particularmente, os trabalhadores da educação com as atividades suspensas. Como se trata de um setor que não interfere diretamente na economia, o isolamento poderá continuar por mais algum tempo. Até o momento, os sindicatos vinculados à educação reclamam de um ou outro corte de benefício do servidor e das dificuldades de implantação do ensino a distância, ou do trabalho remoto. Na disputa entre Bolsonaro e governadores, essas direções sindicais acabam fazendo coro com a política burguesa do isolamento. Os sindicatos, também, estão com as portas fechadas e os comunicados são emitidos virtualmente.

Certamente, novas medidas antipopulares e antinacionais estão por vir. A MP 910 é uma delas, que está para ser votada no Congresso Nacional. Essa medida determina a legalização de terras, quase todas na região Amazônica, que estão em posse de grileiros. Trata-se de uma ação do governo Bolsonaro, que atende aos interesses dos latifundiários e do agronegócio. É conhecida como a MP da grilagem, porque legaliza as terras que

estão sendo desmatadas e servindo de pastagem, ou ao cultivo para exportação. Lembremos que, no governo Lula, em 2009, foi imposta a lei da “Amazônia Legal”, um processo de regularização de terra, que também favorecia os capitalistas do campo. Agora, Bolsonaro e sua ministra da Agricultura, Tereza Cristina, dão mais um passo na transferência de terras públicas para a iniciativa privada. A MP 910 regulariza as terras que foram ocupadas “passivamente”, e que nunca foram contestadas para fins de “reforma agrária”. O que, por si só, exclui os sem-terra, os ribeirinhos e quilombolas. Significa entregar parte da floresta e da região aos grileiros, que há muito vêm explorando a Amazônia. Observa-se que as instituições da burguesia funcionam plenamente, quando se trata de garantir interesses dos capitalistas. Não importa a pandemia.

Nesse caso, mais uma vez, assistimos à conduta passiva das direções dos movimentos camponeses e sindicatos, a exemplo da Contag, MST, Via Campesina, Pastoral do Campo, etc. Qual tem sido a principal reivindicação dessas direções? Que a MP 910 seja

votada após a pandemia, quando for possível realizar as “audiências públicas”. Dizem que querem “dialogar” para convencer a bancada parlamentar ruralista e dar mais “tempo” para a oposição se “articular”. Velha política da suposta pressão parlamentar. Nada, portanto, de organizar a luta para pôr abaixo uma medida contra as necessidades da maioria oprimida. Do parlamento burguês, só

Os explorados estão sendo atingidos, não somente por uma pandemia passageira, mas, principalmente, pela crise estrutural do capitalismo mundial, pela decomposição da sociedade de classes.

se pode esperar a aprovação de medidas antioperárias, anticamponesas, antipopulares e antinacionais.

Vemos que as disputas interburguesas em torno ao isolamento social não paralisaram as ações da burguesia e seus governantes. O governo usa de Medidas Provisórias para impor mais sacrifícios à população pobre e beneficiar os capitalistas nacionais e estrangeiros. Essa política centralizada unifica Bolsonaro, Maia, Doria, etc. No entanto, não há uma resposta ativa por parte dos trabalhadores da cidade e do campo. Suas direções sindicais e populares querem que prevaleça a política de conciliação de classes. Nesse terreno, somente quem vence são os donos do poder econômico.

As direções sindicais, camponesas, populares e estudantis continuam amarradas à política burguesa do confinamento social. Mesmo com o retorno das massas ao trabalho, os burocratas mantêm as portas dos sindicatos fechadas e da “tribuna” virtual ficam gritando em defesa da vida. Não há defesa real da vida dos explorados a não ser que estejam organizados e em luta por suas reivindicações contra a exploração e a opressão capitalistas. Os explorados estão sendo atingidos, não somente por uma pandemia passageira, mas, principalmente, pela crise estrutural do capitalismo mundial, pela decomposição da sociedade de classes.

A vanguarda com consciência de classe tem o dever de levantar alto a bandeira da democracia operária. Seu conteúdo e sua forma se expressam na convocação de assembleias para decidir sobre o que fazer diante das demissões, do desemprego e da redução salarial; para responder aos milhares de mortos, ao colapso da saúde pública; para aprovar um plano de emergência próprio; e para enfrentar as tendências ditatoriais da burguesia, que se desenvolvem no interior da crise política.

Poder econômico decide a política do isolamento social

14 de maio de 2020

Está claro que a política de isolamento social se esgotou. Inicialmente, a orientação da OMS se generalizou, em meio a divergências interburguesas. Ganhou projeção, impulsionada pela rápida disseminação da pandemia na Europa, e diante do quadro catastrófico da Itália e Espanha. A previsão de que os Estados Unidos se tornariam o epicentro do coronavírus, na medida em que foi se confirmando, potenciou a divergência em torno ao alcance que deveria ter o afastamento social. A disputa eleitoral entre Republicanos e Democratas acirrou as posições, envolvendo a capacidade dos governadores de suportarem as pressões das crises sanitária, econômica e social. Sobre a base de diferentes atitudes, de maior ou menor empenho na aplicação do isolamento social, os Republicanos, encabeçados por Donald Trump, e os Democratas, por Joe Biden, procuraram convencer a população norte-americana de que se tratava da discussão entre salvar vidas e manter a normalidade econômica. Os Democratas acusam os Republicanos de dividir a população, quando se deveria unificar o País diante da devastadora pandemia. Os Democratas entendem que os mais de 80 mil mortos se devem à posição de Trump. De sua trincheira, Trump responde com os 26 milhões de demitidos, nesse período de pandemia.

A disputa entre Republicanos e Democratas baliza, em certa medida, o que se passa em outros países, em que os governos não seguiram ao pé da letra a orientação da OMS, em especial o Brasil. De forma geral, esse embate vem perdendo sentido, uma vez que as leis econômicas do capitalismo e as necessidades do poder econômico fazem pender o prato da balança em favor da quebra do isolamento social. Isolamento esse que, sem exceção, teve de ser parcial. Em última instância, o poder econômico decidiu até onde poderia ir o isolamento e até quanto e quando poderia suportá-lo. Na prática, indicou a incapacidade da burguesia de proteger, às últimas consequências, a vida da maioria explorada.

A explicação não se limita ao reconhecimento de que os interesses da classe burguesa se sobrepõem às necessidades vitais da classe operária e demais oprimidos. É preciso recorrer às leis econômicas que regem a produção, circulação de mercadorias, exploração do trabalho e apropriação capitalista do produto social. O confinamento é uma resposta empírica à transmissão viral, que se choca com as leis econômicas de

funcionalismo do capitalismo e, portanto, com os interesses da burguesia. Eis por que não tem aplicabilidade universal, como exige o pressuposto do método científico. E sua aplicabilidade parcial, como tal, é socialmente seletiva, e limitada no tempo. O fundamento da seletividade é de classe. Observa-se que divide os trabalhadores, entre a parcela que é afastada das atividades, e a que tem de continuar como força de trabalho ativa; entre aquela que pode permanecer por mais tempo no confinamento, e a que é empurrada a abandoná-lo. Na medida em que o ciclo pandêmico resiste ao confinamento parcial, e se estende no tempo, as leis econômicas ditam, por sua força material, a impossibilidade de a burguesia manter o choque introduzido pela medida, que desativa parte da força de trabalho, destrói valores, provoca demissões, etc.

As nuvens ideológicas, que se acumularam em volta da defesa da vida, aplicação da ciência, humanitarismo filantrópico, igualitarismo, etc., vão se dissipando com as consequências da crise econômica. As forças materiais passam por cima das ilusões burguesas e pequeno-burguesas de que os capitalistas

O fundamental é compreender que a classe operária e demais trabalhadores estavam desorganizados e dissolvidos pela política burguesa do isolamento social. O proletariado fora da produção social (coletiva) está à mercê da campanha dos humanitários burgueses, das igrejas e dos meios de comunicação monopolistas.

podem ceder parte de seus interesses, momentaneamente, para salvar a humanidade da catástrofe. Os esquerdistas, apegados às fraseologias socialistas, mas adaptados na prática aos temores da pequena burguesia, gritam de suas trincheiras virtuais, para que, não só se mantenha a quarentena, como também que seja universalizada. Os sociais-democratas e a burocracia sindical pedem uma solução negociada diante da persistência da contaminação e mortes. Todos, de uma maneira ou de outra, seguem amarrados à política burguesa do confinamento social.

A dicotomia entre quem está contra e a favor da vida e, portanto, contra ou a favor do isolamento social, paira por cima das classes sociais. A classe operária e demais explorados, assim, não existem como força social, capaz de ter uma resposta própria. Têm de se sujeitar a essa dicotomia, que, aparentemente, não tem uma fisionomia de classe. Os explorados são

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS

levados à cegueira política e ideológica, diante das profundas contradições do capitalismo em desintegração, cujos resultados se convertem em impulso à barbárie social. Os hospitais que não conseguem atender a maioria infectada e a montanha de mortos são seu retrato.

É completamente falsa a ideia criada de que uma parte dos governantes está pela proteção da vida da população, e a outra, pelo seu genocídio. O fundamental consiste que a bur-

Para a classe operária e demais explorados, a crise sanitária e a crise econômica são um só acontecimento, que não pode ser separado. Têm de ser respondidas com uma só política, e com um plano de emergência próprio de quem é golpeado pelas duas crises interligadas.

guesia, de conjunto, que envolve, portanto, as mais variadas tendências políticas, é responsável, não só pela mortandade causada pelo vírus, como pelas demissões em massa, aumento do subemprego e avanço da miséria e fome. A falsificação de que uns estão pela vida e outros pela morte oculta o caráter de classe das respostas à crise pandêmica. Essa impostura traz a ideia de que floresceu no seio da burguesia e de sua política geral uma força progressista, que reage a uma força reacionária. O que obrigaria as organizações operárias, sindicais e políticas a se alinharem em torno àquela que está pelo confinamento social, portanto, progressista. A classe operária e demais explorados, no entanto, não têm como levantar uma política própria, uma vez que estão divididos pelo confinamento e aterrorizados pela campanha burguesa ao redor da pandemia. Já se passaram mais de dois meses, e o resultado das políticas burguesas foi completamente adverso à população trabalhadora, principalmente às suas camadas mais pobres e miseráveis.

O Brasil atravessa o momento mais difícil da pandemia. Contabiliza, neste momento, 13.276 mortes, atingindo 192.000 casos de infecção confirmados. Sabe-se que esse número é muito inferior à realidade, devido às subnotificações. Essa terrível situação continua obscurecendo um outro lado da tragédia, que são os “acordos” de redução salarial, de um lado, e as demissões, de outro. Milhões de trabalhadores, ou tiveram os salários reduzidos, ou perderam os empregos. As frações da burguesia e governantes se digladiam, hipocritamente, em torno ao número de mortes, e, objetivamente, dos recursos para arcarem com a saúde pública em colapso. Estão em concórdia, porém, quanto à redução dos salários e à carta-branca, para os capitalistas que destroem postos de trabalho.

A separação entre as consequências sanitárias do coronavírus e as consequências sociais da crise econômica é própria da política burguesa e dos interesses dos capitalistas. Para os exploradores, é conveniente passar a tempestade da inevitável pandemia, empurrando os explorados à mais completa fragmentação e paralisia. O que lhes permite impor medidas econômicas e sociais de proteção aos seus interesses gerais, tendo claro que a redução dos salários e as demissões são válvulas de escape aos seus negócios, atingidos pelo confinamento social. Observa-se que, em meio à pandemia, se implanta a reforma trabalhista. Nesse marco, a crise sanitária obscurece a crise de

superprodução pré-existente e a sua tendência a destruir parcelas das forças produtivas. São parte desse processo, as medidas burguesas de desvalorização da força de trabalho e redução dos gastos sociais pelo Estado. Essa é a função das contrarreformas, que vêm sendo aplicadas nos mais variados países.

Para a classe operária e demais explorados, a crise sanitária e a crise econômica são um só acontecimento, que não pode ser separado. Têm de ser respondidas com uma só política, e com um plano de emergência próprio de quem é golpeado pelas duas crises interligadas. A luta das massas pelas reivindicações emergenciais – caso tivessem condições de reagir organizadamente e com seus métodos próprios de luta – evidenciaria a necessidade do programa da revolução proletária, cuja essência consiste em expropriar a propriedade privada dos meios de produção, e transformá-la em propriedade social, socialista. As condições objetivas do capitalismo em desintegração exigem que a classe operária lute pelo poder. Somente assim torna possível o combate consistente por seu plano de emergência, que, de fato, defende a vida das massas. Os verdadeiros marxistas, portanto, comunistas, se guiam pelo programa da revolução e ditadura proletárias, pela política internacional da classe operária.

É visível o vínculo entre a política burguesa de isolamento social com a falência da saúde pública. O menos visível é o vínculo com o monopólio da ciência, laboratórios e indústrias farmacêuticas. No entanto, esse vínculo é o mais importante, porque corresponde ao monopólio geral da produção e do comércio, que se enfeixa nas mãos dos Estados imperialistas.

Não é certo que a pandemia do coronavírus tomou o mundo de surpresa. A sequência de epidemias e pandemias, causadas pelos vírus Influenza e Covid, há algum tempo, evidenciou mutações que indicaram novas possibilidades, cada vez mais resistentes e mortíferas. A solução depende da descoberta das vacinas, que, por sua vez, depende dos interesses econômicos dos monopólios. Em plena pandemia do Covid-19, o mundo se depara com notícias de que vários laboratórios estão em disputa concorrencial para lançar a primeira vacina, que, certamente, virá com o preço monopolista. Não se vê, portanto, o esforço coordenado para se ter uma vacina comum, a preço de custo da produção, bem como na forma de valor subsidiado, que esteja ao alcance dos países de menor capacidade financeira.

A ciência e a indústria, sob a forma de monopólio, estão em contradição com as necessidades mundiais das massas, principalmente da maioria oprimida. O programa da revolução proletária conduz à expropriação sem indenização e estatização dos monopólios. Sem essa transformação, não é possível defender a vida dos explorados, mesmo que se tenham métodos e meios superavanzados da ciência e da indústria no capitalismo. É desta base que decorrem as limitações das conquistas científicas. É preciso extrair da ciência e da tecnologia a sua forma condicionante de capital, substituindo-a pela forma social. O que exige a destruição da apropriação privada da produção social, que virá da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, socialista. Essas premissas conduzem à conclusão de que, no capitalismo em decomposição, a burguesia não tem como defender as massas diante das pandemias, que se proliferam entre os explorados, entre os mais pobres e miseráveis, e entre os orga-

nismos humanos mais debilitados.

Assistimos à impotência e à capitulação dos reformistas de esquerda, que se colocaram por detrás de uma das frações da burguesia, que se arvorou defensora da vida e da ciência. Isso quando, pior ainda, essa mesma fração se unia com a outra, que resistia ao confinamento social, em torno às medidas de redução salarial e destruição de direitos trabalhistas. A flexibilização capitalista do trabalho, que vinha sendo implantada gradativamente a partir das multinacionais, sob a pandemia, se generalizou. As direções sindicais colaboraram com o isolamento social, aceitando negociar a redução dos salários, sem que a classe operária pudesse dizer sim ou não. Reforçaram o argumento burguês, comum ao governo Bolsonaro e oposição, de que é melhor perder parte dos salários e manter os empregos. Eis por que a Força Sindical e a UGT anunciaram que estão dispostas a tornar a Medida Provisória (MP 936) em definitiva. A central de esquerda, a CSP-Conlutas, fez coro com as demais centrais pela bandeira do isolamento social, e acabou fazendo o mesmo percurso da burocracia colaboracionista.

A divisão interburguesa, tendo como referência, de um lado, o presidente Bolsonaro e, de outro, o governador Doria, entrou em uma nova etapa, no momento em que o grande capital pendeu para as posições de Bolsonaro. O poder econômico decidiu que já não pretende garantir a permanência de milhões de trabalhadores em suas casas, e que não suporta a continuidade da queda do consumo. A burguesia do comércio e serviços foi a primeira a resistir a essa forma de enfrentamento à pandemia. Agora, conta com a indústria de transformação e construção. A ocupação do Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 7 de maio, por uma comitiva de empresários, formada pelas mais poderosas associações do grande capital, liderada por Bolsonaro e Guedes, representou um ultimato aos demais poderes da República, de que já passou a hora de flexibilizar ainda mais o isolamento social, e se dirigir à “normalidade”. Essa exigência ocorreu justamente no momento em que a pandemia avançava na curva ascendente e deixava atrás de si uma pilha de cadáveres. Passada uma semana, o número de mortos chegava a 13.276. A promessa de alguns governadores de voltar a recrudescer o isolamento social colide com a volta das atividades em vários setores, e com a resistência do poder econômico. No final das contas, os explorados, os mais pobres e miseráveis, pagam caro pela pandemia. As centrais sindicais podem gastar saliva, que de nada vale diante da vontade soberana da burguesia.

A maior parte das mortes indica a invasão do coronavírus às favelas, cortiços e bairros miseráveis. Indica, também, a incapacidade do SUS de acolher e tratar as vítimas. O estado mais rico da federação, São Paulo, informa que já não tem leitos suficientes, e muito menos UTIs. O prefeito, Bruno Covas, fez um convênio com os hospitais particulares, que têm meios excedentes. Informou que pagará uma diária de R\$ 2.100,00 por paciente, quando a diária antes do coronavírus paga pelo SUS ao leito de UTI era de R\$ 800,00 por paciente. É um bom negócio para os capitalistas da saúde. Vão alugar 800 leitos.

Receberão por dia R\$1.680.000,00. Cinicamente, a CUT tem divulgado o “Manifesto Leitos para todos + Vidas Iguais”. Pede que o setor privado da saúde colabore com o esforço do SUS em tratar os infectados sem distinção de classe, pois, considera que a vida é igual a todos. O Manifesto da igualdade burguesa pressupõe o pagamento da “colaboração” dos hospitais privados. A CUT, dezenas de associações e movimentos, que assinam o Manifesto, devem bater palmas ao prefeito de São Paulo. A resposta emergencial da classe operária é a de que o SUS passe a controlar imediatamente o sistema privado de saúde, e o coloque inteiramente à disposição da população, sem indenizar e sem subsidiar os capitalistas. Nessa luta, coloca-se a bandeira de expropriação do sistema privado, e constituição de um sistema único de saúde estatal, sob o controle das organizações operárias e populares.

Apesar da dificuldade de avaliar a durabilidade da pandemia e a possibilidade de voltar com força nos países e regiões em que o pior já passou, tudo indica que a via do isolamento social está esgotada, ou prestes a esgotar. Como analisamos, o

Apesar da dificuldade de avaliar a durabilidade da pandemia e a possibilidade de voltar com força nos países e regiões em que o pior já passou, tudo indica que a via do isolamento social está esgotada, ou prestes a esgotar.

esgotamento foi determinado pelas leis econômicas, e não pelas leis naturais da pandemia. O que está posto a partir desse momento é o seguinte: 1) reorganizar o movimento dos explorados; 2) estabelecer as bandeiras emergenciais, que permitam a reorganização, a retomada da democracia coletiva, e o impulso instintivo do proletariado contra as consequências da crise sanitária e econômica; 3) combater pela independência política

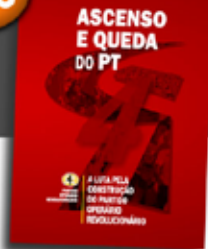
das organizações operárias, e movimentos populares e estudantil; 4) enfrentar as manifestações da crise econômica e política com o programa da revolução proletária e da estratégia revolucionária, voltada a derrubar a burguesia do poder e expropriar o grande capital; 5) lutar pela unidade da classe operária e demais explorados contra as medidas antinacionais e antipopulares dos governos burgueses; 6) aproveitar as novas condições da desintegração do capitalismo e da luta de classes que sobrevirão, assim que os explorados sentirem o peso do desastre social, se libertarem do terror da pandemia e perceberem o tamanho da traição praticada pelas suas direções sindicais e políticas; 7) desenvolver a tática revolucionária da frente única anti-imperialista, tendo por estratégia os Estados Unidos Socialistas da América Latina; 8) trabalhar com afinco para superar a crise de direção internacional e nacional, dando passos programáticos e organizativos na reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



“Novo normal”; mais do velho

A burguesia e seus meios de comunicação fazem uma ofensiva em torno do slogan “O novo normal”. A pequena burguesia e sindicalistas embarcaram nesse ditado burguês. Trata-se de uma campanha mundial, que é repetida sem parar. No Brasil, reproduzem o slogan, mesmo diante do avanço da pandemia. Querem que a população acredite que o retorno ao trabalho tem outro significado, que o mundo será outro e que as pessoas, certamente, serão mais solidárias. Querem incutir na cabeça dos explorados, mais atingidos pela pandemia e a fome, que estarão diante de um novo sistema econômico, um capitalismo mais humano. Que pandemia fez acordar um outro ser humano, mais justo e menos individualista. Que, nesses meses de morte e sofrimento de milhões, houve um esforço coletivo, que reuniu, desde empresários, até voluntários nas favelas, para dar alento aos chamados “vulneráveis”. E que esse é novo legado deixado pela pandemia.

Para responder à hipocrisia dos governantes e capitalistas, só há uma saída: a luta coletiva.

A realidade evidencia, exatamente, o contrário. Os milhares que perderam a vida são os que não tiveram acesso à saúde pública, que ficaram nas filas para ocupar os leitos e as UTIs, que têm o corpo já condenado pelos anos a fio de exploração, que moram nas ruas, favelas, cortiços, que padecem da fome e da miséria, e que se amontoaram nas filas para receber o auxílio do governo e a cesta-básica. Dados indicam que, em duas semanas (11 a 26 de abril), a quantidade de pessoas negras que morreram por Coronavírus quintuplicou. O mesmo ocorre com a quantidade de negros hospitalizados. Com a explosão da pandemia, no mês de maio, certamente, as vítimas continuarão sendo os negros – homens e mulheres. No entanto, não é do interesse dos órgãos públicos mostrar o caráter de classe da doença. Já há denúncias de que não se indica a cor no preenchimento da ficha de óbito.

É a população pobre, obrigada a retornar ao trabalho, e enfrentar as aglomerações do transporte coletivo, as que estão perdendo as vidas. O “novo normal”, slogan da campanha burguesa, está em choque com a dura realidade vivida pela maioria. O “novo normal” reserva para as massas oprimidas mais desemprego, subemprego, fome e miséria.

Ao mesmo tempo em que os capitalistas estendem uma de suas mãos para uma parcela da população – com a filantropia –, com a outra, arrancam seus empregos, reduzem os salários, fazem crescer o número de informais e ampliam a quantidade de moradores de rua. A “solidariedade” dos capitalistas é, como vemos, a desgraça para a maioria explorada.

O retorno ao trabalho e à “normalidade” da economia, nas condições de decomposição do capitalismo, colocam, à luz do dia, a necessidade da burguesia e seus governos de aumentarem a superexploração do trabalho. Novas contrarreformas estão prontas para serem votadas no Congresso Nacional. Esse é o verdadeiro “novo normal”. Para a classe operária e demais explorados, não resta outro caminho, a não ser enfrentar essa dura realidade e a que está por vir. Individualmente, no isolamento de suas casas, estão à mercê das campanhas mentirosas, e sem sua real força, que é coletiva.

Cabe ressaltar que, mesmo nesse período agudo da pandemia,

centenas de trabalhadores da saúde foram obrigados a se manifestar. Nas portas dos hospitais, exigiam equipamentos de proteção e condições de trabalho. Durante dois meses e meio, médicos e enfermeiros vêm fazendo protestos. Chamou a atenção o ato ocorrido em São Paulo, portando máscaras, jalecos brancos e cruzeiros pretos, esses trabalhadores permaneceram por quase meia hora no Largo da Batata. Traziam nos cartazes o pedido de Equipamento de Proteção Individual (EPI) para todos, realização de testes em grande escala, valorização dos médicos residentes, estatização dos leitos de saúde privados, aumento da remuneração dos trabalhadores da saúde e auxílio emergencial. O que vem ocorrendo em São Paulo, também se manifesta em outros estados. Em setores que não foram colocados no isolamento, como o dos rodoviários, tiveram de recorrer à luta direta. Como foi o caso dos motoristas e cobradores de Piauí, que deflagraram uma greve, em plena pandemia, porque estão com

os salários atrasados, sem nenhuma garantia de prevenção ao coronavírus, e sob demissões. Além de reduzir as frotas, os empresários não pagam o que é de direito dos trabalhadores. O problema está em que as

direções sindicais mantêm isolados os protestos, quando deveriam servir de canal para o retorno da luta geral pelo emprego e salário.

Como a crise sanitária se entrelaça com a econômica e social, os capitalistas objetivam ampliar o número de trabalhadores atingidos pela MP 936, dos 7,3 milhões para 24,5 milhões com carteira assinada, portanto 70% de toda mão-de-obra formal do País. Juntamente com os cortes salariais, implementam o lay-off, como foi o caso da Volks, de Taubaté, que suspendeu os contratos por um período de dois a cinco meses, e redução salarial. A Renault, Paraná, depois de impor a redução salarial, com o retorno ao trabalho, demitiu 300 trabalhadores temporários. Bastam esses exemplos, para mostrar a verdadeira face do “novo normal”.

Para responder à hipocrisia dos governantes e capitalistas, só há uma saída: a luta coletiva. O que implica exigir que as direções abandonem a política de conciliação de classes, e acabem com a passividade, que tomou conta dos organismos sindicais. Os exploradores seguem firmes no propósito de preservar seus negócios diante da crise sanitária e econômica. Os explorados descontentes e temerosos começam a compreender que a única via é a de enfrentar as violentas medidas da burguesia e seu governo. As manifestações de trabalhadores da saúde, dos transportes e o descontentamento da maioria oprimida são as condições objetivas para a organização do combate em defesa dos empregos, salários e da vida.

O capitalismo e sua burguesia sairão mais velhos e decadentes da pandemia. Evidenciarão a incapacidade de proteger a maioria oprimida; a impossibilidade de usar plenamente os recursos da ciência e da saúde hospitalar em favor dos pobres e miseráveis; o imperativo econômico de descarregar a crise sobre os assalariados, desempregados, subempregados e informais; e, portanto, impulsionarão ainda mais a barbárie social. Ao contrário da solidariedade e cooperação entre os povos, as medidas lançadas pelos governos reforçaram o individualismo e os interesses particulares de cada país. A pandemia tem a virtude de revelar a profunda desintegração da sociedade de classes, e da necessidade da revolução proletária, da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, socialista.

PSTU

O que diz, e o que precisava ser dito

21 de maio de 2020

A pandemia não apenas descarnou a política da burguesia, como também a das esquerdas em geral, e a do centrismo, em particular. Quanto à da burguesia, evidenciou a falácia da política do isolamento social. Quanto à das esquerdas, refletiu o seguidismo à política burguesa do isolamento social. Há mais de dois meses e meio do início da pandemia, milhões foram infectados, e milhares morreram em todo o mundo. Na maior potência, Estados Unidos, as vítimas fatais ultrapassam 90 mil. No Brasil, já passaram de 20 mil. Números esses que se modificam diariamente.

A imensa maioria dos infectados e mortos só poderia ser de explorados, pobres e miseráveis. A burguesia e a classe média alta estão bem protegidos, em todos os sentidos. Cabia proteger a maioria oprimida. Essa tarefa esteve e está nas mãos da burguesia, Estados e governos. A classe operária e demais explorados não puderam responder com uma política própria, uma vez que não contam com direções classistas e revolucionárias.

Os meios que a burguesia lançou foram o confinamento social, internação e UTI. O isolamento social teve de ser parcial, mais amplo em um país do que em outros. As leis econômicas do capitalismo e os interesses da burguesia não permitem o isolamento universal. A economia dos países semicolônias recebe o maior peso dos reflexos da pandemia, do isolamento social e do desarranjo do mercado mundial. O sistema de saúde público, por sua vez, não suportou a voracidade do coronavírus. O sistema privado ficou reservado aos ricos. Em toda parte, em que a pandemia se avolumou, se verificou essa contradição econômica e social, que no fundo é de classe. É forçoso concluir que a burguesia e seu Estado foram incapazes de proteger as camadas mais pobres e miseráveis.

O fracasso do isolamento social e do atendimento médico-hospitalar era esperado. Todos os fatores em questão estavam contra a maioria oprimida. As correntes que se reivindicam do marxismo não poderiam se equivocar quanto a esse prognóstico, que deveria ser feito no início da pandemia. Estava clara a contradição entre o método do isolamento social, de base científica, e a política burguesa que o conduziu. O caráter parcial de sua aplicação corresponde à divisão de classe do capitalismo; e à situação concreta de pobreza e miserabilidade das massas. Era dever dos marxistas colocarem à luz do dia tais contradições e indicarem aos explorados a impossibilidade da burguesia de usar universalmente o método do isolamento social. O mesmo fundamento vale para o sistema de saúde. Concretamente, os governos recorreram ao confinamento, tendo em vista a previsão de que não haveria como amparar o elevado número de contaminados na rede pública de saúde. O maior ou menor isolamento tão somente diminuiria a velocidade e a abrangência da contaminação. Uma parcela significativa dos pobres e miseráveis, fatalmente, não seria coberta por nenhum tipo de proteção, o que explica o alto número de mortes, inclusive nos países capitalistas adiantados.

As dificuldades não param por aí. A paralisia de parte das

atividades econômicas, inevitavelmente, impulsionaria a crise econômica, aberta em 2008, e não concluída. Era, portanto, também previsível o fechamento de postos de trabalho e demissões em massa. No Brasil, o plano de emergência da burguesia, entre outras medidas, provocou redução salarial, que atingiu milhões de trabalhadores. Sem dúvida, a MP 936 ficará marcada na história social do Brasil como um pelourinho. De maneira que o isolamento social acabou sendo um meio para os capitalistas descarregarem a crise econômica sobre a classe operária e demais explorados.

As divergências interburguesas, que ficaram representadas por Bolsonaro e Doria, se deram por cima da maioria oprimida, desorganizada e indefesa. Divergências que, no fundo, ocultaram a responsabilidade da burguesia, em especial do capital financeiro e do grande capital industrial, agroindustrial e comercial. Era dever dos marxistas denunciarem e explicarem a impossibilidade de se utilizar o confinamento social como real defesa da vida dos explorados. As esquerdas, entre elas o PSTU, não foram capazes de enxergar e cumprir esse objetivo classista. Adaptaram-se à política burguesa do isolamento social.

O fracasso do isolamento social e do atendimento médico-hospitalar era esperado. Todos os fatores em questão estavam contra a maioria oprimida. As correntes que se reivindicam do marxismo não poderiam se equivocar quanto a esse prognóstico, que deveria ser feito no início da pandemia. Estava clara a contradição entre o método do isolamento social, de base científica, e a política burguesa que o conduziu.

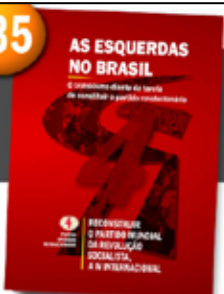
O PSTU seguiu a orientação da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT-QI), sediada na Argentina, que se agarrou ao isolamento social. No seu comunicado de 17 de março, defende, como primeiro ponto de seu “programa de emergência”, essa medida, sem reconhecer a impossibilidade de sua aplicação em favor dos oprimidos. Os demais pontos – “manutenção do salário para todos os trabalhadores”, “estatização dos serviços de saúde”, “expropriação da indústria produtora de remédios”, “não pagamento da dívida externa”, etc. – não passam de retórica esquerdista. Isso

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



porque não indica como serão impostas tais medidas à burguesia, que está no comando da condução do combate à pandemia. A classe operária, estilhaçada pelo confinamento, e aterrorizada pela campanha dos meios de comunicação sobre a pandemia, foi anulada como a única força social capaz de dar uma resposta de classe distinta das planejadas e aplicadas pelos governos.

No Brasil, diante do fracasso do isolamento social, o PSTU afirma que *“a única maneira de evitar o colapso completo do sistema de saúde é fazendo uma quarentena geral”*. Ocorre que a sua posição naufragou, juntamente com a impossibilidade do confinamento universal, e com sua parcial aplicação. Não foi difícil a esse partido centrista recorrer ao argumento de que o problema se resume na posição *“genocida”* de Bolsonaro, de um lado, e a dos governadores que se limitaram à quarentena *“parcial e insuficiente”*, de outro. Não poderia ser de outra maneira, uma vez que é a burguesia e seu Estado que comandam as respostas e definem as medidas diante da crise sanitária. O proletariado, fora da produção social, se dissolve como força capaz de dar uma resposta própria, e defendê-la por meio da luta de classes. Essa elementar premissa do marxismo esteve fora de todas as considerações, cálculos e críticas à condução de Bolsonaro e Doria (governadores), lançadas pelo PSTU.

No comunicado, *“Fora Bolsonaro e Mourão! Quarentena geral já!”*, de 6 de maio, como afirma a própria frase, a questão se concentra na atitude de Bolsonaro. Quer nos fazer crer que a quarentena não é geral devido à orientação do governo federal. É absurda a relação entre uma bandeira e outra. Nenhum governo burguês pode concretizar uma quarentena geral. Isso por que quem decide, em última instância, é o poder econômico, e este é regido pelas leis de funcionamento do capitalismo. A declaração, depois de fazer uma profissão de fé, em *“um governo socialista dos trabalhadores”*, conclui que, na sua impossibilidade, se deve *“lutar para botar para fora já Bolsonaro e Mourão e defender eleições gerais”*. Que força social irá livrar o país do governo ultradireitista e obscurantista? A classe operária, certamente, não será, uma vez que se encontra dilacerada pelo confinamento, e completamente desorganizada pela política de conciliação de classes das direções sindicais e políticas.

Na realidade, o PSTU esquerdiza a questão da quarentena para melhor se adaptar ao movimento burguês do impeachment de Bolsonaro. Idealiza uma frente de esquerda voltada a esse objetivo. A tarefa colocada pela situação imediata não é a de derrubar pelo impeachment o governo de Bolsonaro. Isso porque sua derrubada revolucionária depende da classe ope-

rária retomar sua posição na produção social, o que está sendo realizado gradualmente, de acordo com a própria política burguesa de isolamento social. A tarefa concreta é a de retomar a luta nacional contra a redução dos salários, demissões, subemprego, informalidade e crescimento da pobreza, miséria e fome. É por essa via que a classe operária e demais explorados se chocarão com o governo, que cambaleia de crise em crise, e

com o conjunto da política burguesa. É preciso retomar a democracia operária das assembleias, decisões coletivas e organização independente. Se os explorados retomarem os elos das tendências de luta – que se encadearam desde as manifestações e a greve geral de 28 de abril de 2017, interrompidos pelas traições da burocracia sindical, e agora pela capitulação diante da política de isolamento social dos governadores – vão exigir o pagamento integral dos salários e a restituição dos empregos. Esse é o ponto de

partida para combater, não só Bolsonaro, mas Doria e o conjunto da burguesia.

Os reformistas e um setor burguês de oposição preparam o terreno para canalizar a revolta instintiva dos explorados para o jogo parlamentar e judicial do impeachment. A esquerda centrista se encontra de mãos amarradas diante do desenvolvimento da crise política. Em especial, a CSP-Conlutas colaborou com as demais centrais sindicais com a política burguesa de isolamento social, posicionando-se a favor do cancelamento do *“Dia Nacional de Luta”*, de 18 de março. Em seguida, colocou-se no mesmo terreno do 1º de Maio virtual, embora tenha rompido, na última hora, com a bandalheira burguesa da CUT, Força Sindical, CTB, etc. A consequência dessa política foi a de conduzir o Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos a realizar acordos de redução salarial, enfiando-se na vala comum que enterrou parte do salário de milhões de trabalhadores em benefício dos capitalistas.

É necessário que a vanguarda com consciência de classe tenha um balanço claro dos motivos do fracasso da política burguesa do isolamento social e a crítica bem fundamentada no marxismo às adaptações e vacilações do conjunto das esquerdas. Esse embate é parte da tarefa de superar a crise de direção. Acreditamos que a crise pandêmica combinada com a crise econômica levou a classe operária à borda do precipício. Esta se viu envolvida pela barbárie capitalista, sem ter como reagir organizadamente e com uma política própria. Essa experiência, obrigatoriamente, se coloca na base da construção do partido revolucionário, como parte do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Os reformistas e um setor burguês de oposição preparam o terreno para canalizar a revolta instintiva dos explorados para o jogo parlamentar e judicial do impeachment. A esquerda centrista se encontra de mãos amarradas diante do desenvolvimento da crise política.

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

Mais da metade dos casos de Covid-19 do país já é no Norte e Nordeste

No Massas nº 608, publicamos, há um mês, um quadro sobre o avanço da pandemia nas regiões Norte e Nordeste. Expomos como a lei do desenvolvimento desigual e combinado tornava estas regiões mais expostas à letalidade do coronavírus, por serem mais desiguais, com mais pobres, miseráveis, desempregados, informais, com menos acesso a saneamento e saúde. Naquele momento, com base nos dados de 20 de abril, os óbitos na região Norte e Nordeste correspondiam a 10,1% e 24,9% das mortes no país. Vale lembrar que a porcentagem da população brasileira que vive nas regiões é de 8,77% na região Norte e 27,16% no Nordeste. Um mês depois, com os dados de 20 de maio, chegamos a 93.901 casos e 5.409 mortes no Nordeste, a maior parte concentradas no Ceará e Pernambuco. No Norte, já são 54.139 casos e 3.674 mortes, a maior parte no Amazonas e Pará. Ou seja, mesmo tendo 35,9% da população do país, as duas regiões possuem 52,6% dos casos e 48,7% das mortes. Os números são certamente muito maiores, pesquisadores estimam que os infectados seriam de 10 a 20 vezes mais numerosos do que os diagnosticados, considerando o baixíssimo número de testes, a aplicação prioritária em casos graves e o percentual de letalidade. O aumento de mortes, em relação a 2019, também indica que óbitos por covid-19 não foram contabilizados, e que a pressão sobre a rede hospitalar está ampliando as mortes por outras doenças.

Precariedade e privatismo na saúde

As projeções da mortalidade no país e regiões impressionam. Conforme avança o contágio, os leitos vão ficando saturados. Mesmo com a ampliação, amparada sobretudo dos negócios com a iniciativa privada, a realidade das mortes sem o atendimento necessário torna-se mais frequentes. Hoje, no Brasil, apenas 25% da população tem planos de saúde. O número caiu desde 2015. Apesar disso, mais da metade das 32 mil UTIs do país está na rede privada. No Norte e Nordeste a dependência em relação ao SUS é ainda maior. No Tocantins, por exemplo, apenas 7% da população tem acesso à rede privada.

Dados divulgados nesta semana, pelo IBGE, referentes a 2019, já mostravam os baixos índices de distribuição de médicos, leitos e ventiladores mecânicos no Norte e Nordeste. Enquanto o Distrito Federal (DF) tinha 388 médicos por 100 mil habitantes, o Maranhão tinha apenas 80. Enquanto o DF possui 63 respiradores por 100 mil habitantes, o Amapá tinha 10. Quanto às UTIs, o quadro é semelhante, DF tem 30 leitos por 100 mil, Roraima tem apenas 4. Considerando as desigualdades dentro das regiões, dos estados e dos municípios, há oito regiões com mais de 200 mil habitantes, em que simplesmente não há nenhuma UTI, todas estão no Nordeste, três delas no Ceará. A realidade de interiorização dos casos se dá em um momento de saturação da rede das capitais e ausência de estrutura no interior. Ampliam-se os casos nas aldeias indígenas também, onde as condições particulares de imunidade, somadas à miséria, são uma ferramenta a mais do genocídio, que

persiste desde a colonização.

Diante da falta de leitos, fruto de anos de subfinanciamento da rede pública e favorecimento do setor privado de saúde, a campanha pela fila única de leitos do SUS e da rede privada desemboca em mais um filão para o setor privado. Seja por meio de aluguéis ou na forma de requisições, chamadas pela mídia monopolista de confisco de leitos, os governos passam a usar a rede privada, mediante pagamento. No Tocantins, por exemplo, o governo requisitou 46 leitos, que correspondem a 70% da rede privada. A política proletária é diferente desta, não deveríamos pagar nada ao setor privado, que tanto lucra em cima da exploração dos trabalhadores e das benesses do Estado. A administração da rede privada pelo SUS, sob a pandemia, combinada com o controle do SUS pelos trabalhadores da saúde faz a ponte com a necessidade de expropriação, sem indenização, do sistema privado de saúde e a necessidade de um único sistema público, gratuito e sob controle operário coletivo. Uma medida como esta, porém, só poderia ser imposta pelos próprios trabalhadores, por meio da ação direta.

A falta de estrutura necessária expõe os profissionais de saúde ao contágio, sobretudo suas camadas mais empobrecidas, como os auxiliares e técnicos e enfermagem. Para se ter uma ideia do quadro dantesco, dos 1.148 novos casos de covid-19 confirmados no dia 19 de maio pela Secretaria de Saúde de Pernambuco, 814 são profissionais de saúde, totalizando 71% dos novos casos. Já são 4.371 profissionais de saúde infectados pelo novo coronavírus no estado. Enfermeiros, técnicos e auxiliares, antes da pandemia, estavam em luta por salários e melhores condições de trabalho. Agora, mesmo sob condições precárias, arriscam suas vidas, em meio a um falso reconhecimento pelo “heroísmo” pago com palmas.

Contrastes do isolamento social

Diante da precariedade da rede de saúde, além de cavar novas covas e colocar contêineres refrigerados ao lado das Unidades de Pronto Atendimento, como no Ceará, os governos procuram ampliar o isolamento social por meio de medidas mais restritivas. Mais uma vez, chocam-se com o desespero dos mais pobres na batalha diária pela sobrevivência nas feiras, comércios ou nas filas, em busca do auxílio emergencial. Vale mencionar que metade da população do Norte e Nordeste sobrevivia com R\$ 273 e R\$ 261 mensais, em 2019, respectivamente.

É preciso mencionar também que, no Brasil, 9,7% da população vive em casas com mais de 3 pessoas por dormitório. No Amazonas, essa é a realidade de 32% dos domicílios. Dados como estes ajudam a compreender o contraste entre bairros operários e bairros das classes médias em meio aos decretos de quarentena/lockdown. Em Pernambuco, o primeiro dia útil de lockdown (18 de maio) teve um isolamento social de 49,8%; no dia anterior, domingo, o isolamento havia atingido 59,8%. O poder econômico, porém, pressiona para que vários habitan-

tes desses bairros saiam de suas casas, se aglomerem no transporte coletivo, e possam manter as engrenagens da economia girando. Os 70% indicados pela OMS para reduzir o grau de contágio mostram-se inatingíveis.

Medidas mais restritivas vêm sendo aplicadas na grande maioria dos estados do Norte-Nordeste, às vezes restritos a cidades ou bairros. Implanta-se rodízio de carros, barreiras sanitárias em avenidas e rodovias, bloqueio de acesso a áreas de lazer, exigência de comprovação de que está fora de casa para atividades essenciais, toque de recolher, suspensão de transporte intermunicipal. Caso não haja convencimento, são previstas multas ou detenção.

Os dados mostram a barbárie social que acompanha o prolongamento da vida do capitalismo, um sistema em decomposição. O atraso do Norte e Nordeste torna ainda mais grave o impacto das crises econômica e sanitária.

O mesmo poder econômico que pressiona os trabalhadores a romperem a quarentena, também pressiona os governadores pela reabertura. No Pará, por exemplo, 63 atividades foram consideradas essenciais, inclusive a de empregada doméstica. O Maranhão, que implementou o lockdown a partir de 5 de maio, anunciou a reabertura gradual nos próximos 45 dias. No dia 25 de maio, permitirá o funcionamento das empresas familiares; em 1 de junho, incorporará outros setores. No Ceará, Camilo Santana elabora um plano de reabertura por etapas, porém, condiciona seu início à queda no número de casos e mortes, que continuam em expansão.

Impactos na economia regional

A região Nordeste mal tinha se recuperado da crise de 2015, e o setor turístico, que representa 10% do PIB, foi duramente afetado pelo derramamento de óleo nas praias, que comprometeu o verão 2019-2020. No Ceará, o setor teve uma retração de 31,7%, de fevereiro a março. A economia da região caiu 1,25% no primeiro trimestre. O Ceará teve a maior queda do país, atingindo -1,95%. Foi também o Ceará que teve a maior queda na indústria no país: 21,8% no período. Muito superior à média do Nordeste (9,3%). Mesmo que parte de suas indústrias têxteis tenham redirecionado a produção para as máscaras, muitas foram fechadas temporariamente. O maior impacto do estado é explicado por um peso menor da agroindústria, setor que vem se mantendo apesar da pandemia.

Na indústria da construção civil, a região Norte segue a tendência predominante no país de manutenção das obras, apenas o Pará paralisou. No Nordeste, porém, a maior parte dos estados determinou a paralisação dos canteiros. No caso de Pernambuco, 70% das obras estão paradas. O setor já vinha em crise desde 2015, o PIB da construção só deixou de ser negativo em 2019, quando cresceu 1,6%, em relação a 2018. Quanto aos empregos, 2019 teve saldo positivo no Nordeste, mas, em Pernambuco, foi negativo – foram 1.569 vagas fechadas, na Grande Recife, em 2019. Chegamos ao primeiro trimestre de 2020 com um contingente de 20 mil operários no setor.

Os sindicatos têm assinado os acordos de férias coletivas, porém, a perspectiva do retorno é de demissões em massa. Até o momento, 80% dos contratos foram suspensos, e 25% dos patrões do setor pretendem demitir, segundo pesquisa da Fiepe. Considerando a indústria em geral, no estado, que abarca 300 mil operários, 50% das empresas pretendem demitir em breve. Diante de tamanha destruição de empregos, direitos e salários, as centrais e sindicatos permanecem paralisadas e amarradas ao eleitoralismo.

Tamanho impacto na economia, que certamente será acentuado nos dados dos meses seguintes, considerando que o isolamento passou a vigorar na metade de março, também se reflete na queda na arrecadação de impostos por parte dos estados. O Secretário da Fazenda de Pernambuco afirma que os estados entrarão em colapso, caso não cheguem os recursos da ajuda financeira federal. O pacote aprovado pelo Senado e Câmara destina R\$ 60 bilhões aos estados, dos quais R\$ 10 bilhões são destinados ao combate à covid-19. Mesmo com a liberação dos recursos, que aguardam a sanção do presidente, e a suspensão no pagamento das dívidas dos estados com a União, as contas não fecharão. No caso de Pernambuco, a expectativa é de um déficit nas contas de R\$ 2,6 bilhões. Em resposta, o governo anuncia cortes que afetam, sobretudo, os trabalhadores terceirizados.

O pacote de ajuda aos estados, costurado pelo Congresso Nacional, incorpora o discurso de que, ante os sacrifícios dos trabalhadores do setor privado, os do setor público também devem se sacrificar. Por isso, condiciona a liberação de recursos da ajuda financeira aos estados à proibição nos reajustes salariais, promoções e realização de concursos públicos por 18 meses. Apesar da encenação dos partidos de oposição, houve uma grande unidade em torno da proposta. Bolsonaro usa os atritos em torno do veto da regra a algumas categorias para adiar a sanção e, com isso, pressionar os governadores pela reabertura da economia. Este foi o tom da reunião do dia 21 de maio, do presidente com os governadores e presidentes do STF, Câmara e Senado. Os atritos em torno do veto também expressam a crise política e a tentativa de Bolsonaro se blindar de um processo de impeachment, por meio da compra de apoio do Centrão (com grande presença no Nordeste), o que se choca com as diretrizes ultraliberais de Guedes.

Erguer as assembleias e comitês em defesa da saúde, dos empregos e dos direitos

Os dados mostram a barbárie social que acompanha o prolongamento da vida do capitalismo, um sistema em decomposição. O atraso do Norte e Nordeste torna ainda mais grave o impacto das crises econômica e sanitária. A movimentação política das oligarquias expressa apenas disputas interburguesas. Na região, assim como no país, a classe operária continua contida e atemorizada. No campo e nas florestas, a violência do latifúndio, das madeireiras e do agronegócio se acentua. Comprova-se a necessidade de erguer um verdadeiro plano emergencial de proteção da vida da maioria oprimida, a ser conquistado com os métodos próprios dos explorados. Cabe à vanguarda consciente exigir que as centrais e sindicatos convoquem as assembleias e constituam os comitês de luta, em defesa dos empregos, salários e da vida.

Situação do Amazonas na pandemia

O Amazonas é um dos estados brasileiros mais afetados pela pandemia do coronavírus. Em 19 de maio, já eram mais de 1.400 mortos, com mais de 22 mil casos confirmados. O coronavírus já chegou à maioria dos 62 municípios, e mais da metade desses locais já tiveram mortes em decorrência da doença. O sistema público de saúde estadual entrou em colapso, o que também levou ao colapso do sistema funerário da capital.

De acordo com dados da FVS/AM, o percentual de avanço da contaminação por coronavírus no interior têm sido mais alto que o de Manaus, nas últimas semanas, tendo já ultrapassado, em números absolutos, o caso de infectados. No entanto, o sistema público de saúde nos municípios é muito precário, e eles dependem quase que totalmente de Manaus. Não há leitos de UTI no interior, dependendo da remoção aérea para a capital nos casos mais graves. Os respiradores não chegam a todos os municípios, e somente o Laboratório Central, que fica localizado em Manaus, está credenciado a fazer os exames.

Superlotação nos hospitais, falta de UTIs, e demora no atendimento já faziam parte dos problemas estruturais de saúde pública no Amazonas. A pandemia apenas aprofundou a crise e acelerou o colapso. No fundo desse problema, estão as desigualdades regionais e a pobreza, que predominam no estado, apesar do importante polo industrial de Manaus.

De acordo com o IBGE, quase metade da população do Amazonas vivia abaixo da linha de pobreza, em 2018, e 13,8%, estava abaixo da linha de extrema pobreza. Embora Manaus, em 2017, estivesse com o oitavo maior PIB do Brasil, e o terceiro maior PIB industrial (atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro), o município, sozinho, corresponde a quase 80% do PIB estadual, o que deixa os outros 61 municípios com cerca de 20% restantes, no maior território nacional.

Com a pobreza espalhada pelo estado, a pandemia ganhou um retrato assustador, frente ao restante do país. No dia 18 de maio, um levantamento aponta 13 dos municípios do Amazonas dentre as 20 cidades com maior incidência de contaminação pelo coronavírus, e o estado também concentra 13 das 20 cidades com maior mortalidade. Por conta do rápido crescimento da contaminação no interior, quatro municípios já decretaram “lockdown”, determinando o bloqueio total da movimentação de pessoas pela cidade. Dentre eles, o município de São Gabriel da Cachoeira, onde 90% da população é indígena.

O Amazonas também possui a maior população indígena do país. Santo Antônio do Içá, Itapiranga e Amaturá se localizam no sudoeste do estado, onde está concentrada a maior parte das etnias indígenas. Os três se destacam também por liderarem a lista das cidades com maior incidência de casos do país. O coronavírus tem avançado muito rápido entre os indígenas, especialmente nas regiões mais distantes da capital. A Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) do Amazonas informou, no dia 18/5, que cerca de 23 indígenas já faleceram por conta da Covid-19. O estado concentra 75% dos 540 indígenas infectados pelo coronavírus no país, conforme dados da Articulação dos

Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Os principais problemas enfrentados pelos profissionais de saúde nessas regiões do interior são a falta de leitos clínicos, a dificuldade em transportar os doentes para Manaus, e o colapso do sistema de saúde pública da capital. O governo estadual criou um serviço de transporte aéreo, com três aeronaves, para a remoção de pacientes em estado grave. Além de ser insuficiente, o transporte aéreo tem um custo muito alto, e boa parte dos aeroportos não são regularizados. Os diversos quilômetros de distância dos municípios mais remotos inviabilizam o transporte fluvial de pacientes.

A morte dos mais pobres, dos trabalhadores, dos indígenas não é um fato somente “natural”. É resultado da política burguesa, da existência da propriedade privada e das desigualdades regionais tão próprias do capitalismo.

Esse rápido quadro sobre o Estado do Amazonas evidencia as contradições da sociedade capitalista. Mesmo tendo uma capital com um nível de industrialização e concentração de riqueza, o estado apresenta uma situação de pobreza generalizada. Nos municípios do interior, sem desenvolvimento industrial e entregues à rapina da grilagem, das madeireiras e da agropecuária, os povos nativos e os amazonenses em geral padecem todo tipo de mazela social: da falta de infraestrutura básica, à falta de educação regular em todos os níveis, chegando agora, de forma evidente, à falta de uma estrutura básica de saúde, como a existência de UTIs.

Como em todo país, a grande maioria das mortes afeta os mais pobres e os trabalhadores informais. Diferente do restante do país, no Amazonas, afeta também a população indígena, que morre regularmente pela política do Estado burguês, que não reconhece suas terras e não lhes garante direitos mínimos. O coronavírus, mais uma vez, só escancara a situação.

A morte dos mais pobres, dos trabalhadores, dos indígenas não é um fato somente “natural”. É resultado da política burguesa, da existência da propriedade privada e das desigualdades regionais tão próprias do capitalismo. Apenas com a luta contra o sistema capitalista, com a revolução proletária, será possível desenvolver de uma forma planejada e racional as potencialidades do Amazonas, sem destruir a natureza, sem assassinar as populações nativas, garantindo-lhes, inclusive, o direito à autodeterminação, e possibilitando uma vida digna e com direitos a toda a sua população.

Adquira com o distribuidor de Massas:

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

R\$ 35

SOCIALISMO OU BARBARIE

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO

Campanhas do POR

As leis econômicas do capitalismo, em última instância, ditam as condições das medidas tomadas pela burguesia e seus governos diante da pandemia. Eis por que aumenta a pressão do poder econômico para acabar com o isolamento social, ainda que o coronavírus se prolifere entre a população e cresça assustadoramente o número de mortos. Essa situação evidencia a gravidade do fato da classe operária ter sido esfacelada pela quarentena e atemorizada pela política burguesa de resposta à pandemia.

A Campanha do Partido Operário Revolucionário se ba-

seia na premissa de que somente a classe operária organizada e mobilizada pode, estando na direção da maioria oprimida, se defender. O retorno das atividades econômicas está posto pela necessidade dos capitalistas continuarem a exploração do trabalho e acumulação de capital. Esse interesse material se sobrepõe à vida dos explorados, que mais pagam pelas consequências das crises sanitária e econômica. Esse é o ponto de partida para a retomada da luta. Está colocada a reorganização do movimento dos explorados sobre a base da democracia operária, das reivindicações e métodos próprios de luta.



Boletim Nossa Classe de Pernambuco

Política operária

Retomar as assembleias e formar os comitês de defesa do emprego, salário e saúde

Bolsonaro, o Congresso Nacional e os patrões estão unidos para descarregar o peso da crise econômica e sanitária nas costas dos explorados e oprimidos. As brigas entre governadores e presidente são por disputas de interesses dos políticos e burgueses.

O presidente debocha, enquanto o número infectados e de mortos só cresce. Milhões de trabalhadores perdem seus empregos e são jogados ao “Deus dará”. O auxílio de R\$ 600 é pouco e não chega para todos.

Toda essa desgraça pegou os trabalhadores de surpresa. Os governos começaram a decretar o isolamento social, e as centrais e sindicatos correram para

cancelar toda e qualquer resistência. Desmontaram o “Dia Nacional de Luta”, 18 de março. Esse dia poderia ser o momento para os trabalhadores discutirem o que estava acontecendo, e o que poderia ocorrer com nossas vidas.

Desorganizada, a classe operária se dissolveu. Uma parte dos operários foi afastada do trabalho, e a outra continuou trabalhando. Divididos e desorientados, os trabalhadores ficaram a mercê das vontades dos patrões.

As direções sindicais apoiaram a política do isolamento, sabendo que viriam as demissões e a redução de salários. Sabiam também que os ricos têm proteção contra o coronavírus, e os pobres seriam os mais atingidos. Então, era preciso convocar imediatamente assembleias em todos os

sindicatos, e formar os comitês de defesa da saúde, emprego e salário.

Temos de agir para recuperar as perdas. As milhares de vidas perdidas não se recuperam. Mas, podemos recuperar os empregos, salários e direitos trabalhistas, por meio da luta organizada. Também podemos avançar em nossa defesa, lutando para que a saúde seja apenas pública, servindo a toda a população. Podemos defender um plano de emergência próprio.

O Boletim Nossa Classe luta pela constituição de uma rede de comitês de defesa da saúde, emprego e do salário nas fábricas e nos bairros. Trabalha pela unidade dos empregados, desempregados e subempregados. Luta por um plano próprio de emergência, de saúde pública, de preservação dos empregos e salários.

Defender os salários e empregos com unhas e dentes

Os rodoviários começaram o ano lutando contra a dupla função e a demissão dos motoristas. Veio a pandemia e os patrões aproveitaram para jogar três mil rodoviários no olho da rua. O sindicato, após a justiça decretar multa se continuassem a ocorrer as assembleias e bloqueios de garagem, pisou no freio. E passou a direcionar a luta só para a pressão sobre o governador e judiciário. Na pandemia, fez a mesma coisa. Sem chamar assembleia, apostou todas as fichas na pressão virtual sobre o governador, para que este protegesse os trabalhadores. Acabou fazendo um acordo mediado pelo Ministério do Trabalho, em que trocava a readmissão dos demitidos pela aplicação da MP 936 de Bolsonaro, que levou ao corte nos salários. Aceitou ainda mais, que a redução dos salários valeria por três meses, além dos 90 dias da MP do governo. Tudo isso sem ouvir os trabalhadores, por meio das assembleias. Sem assembleia e sem luta, os patrões estão à vontade para pagar qualquer mixaria e ainda demitir mais trabalhadores. *Devemos confiar apenas nas forças da classe operária organizada. Nenhuma confiança nos patrões, governos e justiça burguesa.*



Protesto no sindicato

As demissões não param! No dia 6 de maio, 50 rodoviários demitidos foram protestar no sindicato, foram recebidos. Muitos não receberam verbas rescisórias, FGTS, não conseguiram dar entrada no seguro desemprego. Ouviram as explicações jurídicas, e receberam cestas básicas. Nada de organizar a luta com greves, bloqueios das garagens e avenidas. A direção do sindicato, ao se colocar no campo do legalismo, desarmou os trabalhadores. A justiça é de classe. A promessa da reversão judicial só vai sendo adiada. A Justiça, que é rápida para multar o sindicato, deu mais prazo para as empresas darem informações sobre as demissões após o acordo. Esse fato evidencia que o sindicato errou, ao chamar o acordo com a patronal de «vitória gigante». Ao atuar conforme as regras da «justiça», abre espaço para aprofundar os ataques contra a categoria.

Trabalhadores da Vera Cruz bloqueiam garagem contra demissões, redução de salários e falta de EPI

Na madrugada do dia 27 de abril, rodoviários da Vera Cruz protestaram contra a miséria que receberam na quinquena (R\$ 69 para cobradores e cerca de R\$ 100 para motoristas). Mesmo com a redução salarial, efetivada com a MP 936, o sindicato havia divulgado valores bem superiores.

Sabe-se que o ato não foi organizado pelo sindicato. O ato foi dirigido por uma liderança do grupo Família Rodoviária, na qual participaram da chapa 3, apoiada pela UGT (central ligada a partidos burgueses). O presidente do sindicato dos rodoviários, Aldo Lima (PSOL-Resistência), caracterizou o ato como «sensacionalismo e oportunismo de gente que perdeu». Mas, o conteúdo da revolta era REAL.

A direção do sindicato passou por cima da comissão dos trabalhadores, transmitiu a ameaça da empresa, de que os que protestavam poderiam ser demitidos, e negociou diretamente com a empresa a volta ao trabalho. Após o ato, cinco trabalhadores foram demitidos por justa causa. O sindicato não noticiou esta luta, e não fez nenhuma campanha contra estas demissões.

A gestão atual do sindicato foi eleita com a promessa de ser um sindicato de luta. Aceitar demissões, reduções de salários e perseguição aos que lutam é uma traição. É preciso que o sindicato convoque assembleia para avaliar as derrotas recentes e definir os rumos da luta.

Não à desfiliação! Fortalecer o sindicato por meio das assembleias e lutas!

Os rodoviários da Vera Cruz estão revoltados com a patronal e com o sindicato. Não diferenciam a direção e o sindicato. Querem jogar fora o bebê junto com a água suja da banheira. Pretendem se vingar com uma desfiliação em massa. Apontamos que o caminho é o de exigir a assembleia, a retomada da luta. A desfiliação só vai favorecer a patronal. O esvaziamento do sindicato facilita o caminho para os patrões imporem mais ataques. O

sindicato é fundamental para a organização da luta dos trabalhadores.

A revolta dos rodoviários tem uma base objetiva: a gestão traiu os trabalhadores, que votaram com a promessa de um sindicato de luta e defesa intransigente dos empregos, salários e direitos. Não há como decidir sobre os salários e empregos dos trabalhadores, sem ouvi-los. Por isso, não há como substituir as assembleias pela ação apenas da dire-

toria em negociações virtuais com os patrões.

O Boletim Nossa Classe apoia as lutas da categoria. Quando o sindicato chamou para as ruas contra as demissões, nos juntamos. Agora, apontamos que este caminho que está sendo tomado só vai levar a mais derrotas. *O Boletim Nossa Classe trabalha para politizar a categoria e construir uma direção revolucionária no movimento.*

Distribuição do Boletim Nossa Classe na Pirelli

Nessa semana, militantes do POR estiveram na porta da Pirelli. No portão de entrada, os operários faziam filas para a medição de temperatura e havia uma água, que segundo o segurança, é água dessanilizada, contendo compostos para matar vírus e bactérias, caso estejam na roupa.

Os militantes aproveitaram para denunciar a conduta vergonhosa da direção do sindicato, que realizou uma assembleia presencial para aprovar a redução salarial. Defenderam que era preciso exigir que a direção convocasse nova assembleia rejeitar o acordo de redução salarial, e colocar-se por um plano próprio de emergência. A militância porista explicou que é preciso uma resposta conjunta da classe operária, e que a luta em uma das fábricas deve exigir a convocação de assembleias de todos os trabalhadores, para dar uma resposta unificada aos ataques do governo e dos capitalistas.



Rio Grande do Norte **Intervenção do POR no ato da saúde**

Os trabalhadores em saúde fizeram um ato no dia 15 de maio, em protesto por melhores condições de trabalho, denunciando a falta de EPIs, além do aumento das mortes por Covid-19 no estado. A direção do Sindsaúde (PSTU) tem reivindicado que o governo do RN e a prefeitura do Natal adotem um lockdown como medida para reduzir o aumento da contaminação, chegando a protocolar uma ação judicial, determinando que o governo e a prefeitura adotassem a quarentena total por 15 dias. Três dias depois, porém, o Tribunal de Justiça do RN decidiu pelo arquivamento da ação judicial.

O ato contou com a participação de representantes do DCE-UFRN (Juntos/ PSOL), Sindsaúde, MRT e POR. Apesar de o número de participantes estar aquém da urgente necessidade por que passa os trabalhadores da saúde, o ato expôs as chagas apodrecidas do capitalismo sobre os profissionais de saúde. Foi denunciada, a falta de materiais básicos de proteção, como máscaras e coletes. Uma enfermeira denunciou que, na UPA do conjunto Satélite, os diretores só disponibilizam três máscaras por 12 horas, e somente nos leitos de contaminados por COVID-19, sendo que o mínimo necessário seria a troca de máscaras a cada 2 horas. Além disso, no pronto socorro, sequer há máscaras para todos, local onde se recebe todo tipo de doentes, entre eles os contaminados por coronavírus. Muitos trabalhadores estão tirando do próprio bolso para comprar os materiais de proteção individual.

Já são mais de 30 mil profissionais da saúde contaminados pelo coronavírus em todo o Brasil, fora os casos subnotificados. No RN,

mais de 90% dos leitos de UTIs estão ocupados, aproximando o momento em que se decidirão quem morre e quem vive.

Vale ressaltar que o ato ocorreu, inicialmente, em frente ao Hospital Universitário da UFRN, que foi entregue à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), responsável por gerir o hospital. Uma das trabalhadoras denunciou que a EBSERH também não disponibiliza os materiais necessários, e as poucas máscaras que dispõem são inadequadas, feitas de TNT. Outra trabalhadora do Hospital Municipal de Natal também denunciou a falta de EPIs.

O POR interveio apontando que o caos na saúde pública já vem ocorrendo há muito tempo, por conta do sucateamento praticado pelos governantes, sendo que a pandemia apenas expôs essa chaga no sistema de saúde. Colocou que é necessário a defesa do método da ação direta, e contra a farsa das “ações” virtuais. Alertou que não se deve entrar no jogo da divergência da burguesia acerca da política de isolamento. Somente uma saída independente, com o plano emergencial próprio dos explorados, é que há uma saída possível. Explicou que os ataques burgueses continuam, como as demissões e as reduções salariais, e que a burguesia não tem como efetivar o método científico do isolamento social por conta de sua própria contradição. Por fim, apontou a necessidade de nos organizarmos, com independência, para derrotar o capitalismo apodrecido, com o programa revolucionário e construção do Partido Operário Revolucionário, com a expropriação da rede privada da saúde, sem indenização, sob controle dos trabalhadores e usuários.

Corrente Proletária Estudantil/USP denuncia o EaD

O boletim da CPE/USP denuncia a imposição do EaD na universidade durante a pandemia e isolamento social. Ao mesmo tempo, distribui o manifesto do POR que condena os acordos de redução salarial e o assistencialismo. O boletim mostra que as condições de imposição do EaD *“realçam a incapacidade dos capitalistas e de seus governos em dar uma resposta planejada e centralizada, assentada na ciência, e aplicada universalmente, à pandemia, o que só seria possível no socialismo. A anarquia da produção social, a concorrência, e as necessidades vorazes do capital financeiro é que dão a última palavra sobre o que se realiza. A classe dominante, incapaz de enfrentar a pandemia, reafirma e aprofunda a opressão de classe (de missões, redução salarial, inflação de gêneros de primeira necessidade, mortandade ilimitada). Na educação, também não consegue dar uma resposta progressiva”*.

Mostra que *“A educação em geral é repetitiva, decorativa, memorística, fragmentada, com divisão entre teoria e prática, separada da vida real. Enquanto o sistema capitalista avança em sua decomposição, arrasta consigo a educação. Diante do bloqueio ao desenvolvimento das forças produtivas, da incapacidade de ampliar significativamente a reprodução ampliada do capital, da superprodução de valor, os governos dão seu auxílio aos capitalistas por meio da mercantilização dos serviços sociais (entre eles, a educação), criando mecanismos de valorização artificial do capital. O principal meio para isso é a privatização, mas há outras formas, como as chamadas parcerias, por exemplo. Outra dessas formas é o próprio EaD.*

Sob a educação capitalista, substituiu-se a relação dialética do educando com o objeto do conhecimento (seja ele qual for), que aparece com manifestações múltiplas, contraditórias, e em permanente transformação, que abarca

o próprio estudante. São os fenômenos da natureza, e também da sociedade e da cultura. Aplicam-se o texto, módulo educativo, materiais didáticos levados pelos professores para a sala de aula. É próprio do capitalismo separar educação e realidade, isso já o mostrava Adam Smith. Levam-se professores e estudantes a uma atitude contemplativa diante da realidade, podando as suas capacidades de ação transformadora sobre ela”.

Afirma que *“Não cabe ao movimento estudantil, nem ao de professores, tentar amenizar o terrível ataque à educação e conhecimento que representa o EaD. É preciso combatê-lo, e isso só pode ser feito coletivamente, isso nos ensina a classe operária em sua luta contra a burguesia. Somente com os métodos próprios da luta de classes, levantando nossa organização coletiva e ação direta, seremos capazes de derrotar os destruidores do ensino e conhecimento, a mando dos parasitas da sociedade”*.

Organizar a luta para pôr abaixo os acordos malditos

A GM, em Gravataí (RS), impôs layoff (suspensão temporária de contrato de trabalho) por até 4 meses de duração. O acordo foi avalizado pelo SINMGRA, por meio de assembleia virtual. Além disso, negociou a redução de salário e jornada de trabalho, divididos em 5 faixas, que variam de 5% a 25%. A empresa responde por 45% da arrecadação de ICMS e 10% do PIB do município. O Rio Grande do Sul é o quarto estado com maior número de acordos, ficando atrás apenas de SP, RJ e MG.

Além da multinacional GM, outras empresas, que terceirizam os serviços, estão fazendo acordos. A estamparia Gestamp, de origem espanhola, mesmo com os acordos, demitiu 257 operários em Gravataí, e outros tantos em Taubaté (SP). A Digicon demitiu 200 trabalhadores, após as férias coletivas, no final de abril. Em um mês, já demitiu 500 operários. A Dana fez acordo de corte de jornada e salário, por três meses.

O burocrata do Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí, Valcir Ascari, fingindo de morto, disse que “as demissões pegaram todos de surpresa. Afinal, o contrato prevê estabilidade no emprego durante a suspensão e pelo mesmo período

pelo qual estiveram parados, quando retornarem ao trabalho”. E completa, reportando as demissões na Gestamp: “É uma empresa multinacional que reduziu salário e está em layoff. Pressionamos muito para que não demitisse, mas ela não abriu mão. E no meio dessa epidemia, com o complexo parado, não tem nem como fazer protesto”. É ou não é um vendido, que usa o sindicato para defender os interesses das multinacionais.

O Boletim Nossa Classe vem denunciando a conduta das direções sindicais, que realizaram acordos virtuais de redução salarial, e se encontram prostradas diante das demissões em massa. As multinacionais e os capitalistas nacionais estão de vento em popa para cortar na carne a fonte de sustento dos explorados. Contam, para isso, com as medidas governamentais, a exemplo da MP936, com a política de conciliação de classes da burocracia sindical, e com a passividade da classe operária, duramente castigada pela política burguesa do isolamento social. Assim, o Boletim Nossa Classe faz campanha pela retomada das assembleias nas fábricas e gerais, para que coletivamente os operários aprovelem a rejeição dos acordos malditos e o caminho da luta direta em defesa dos empregos e salários.

Direção do sindicato culpa a pandemia

Os burocratas, que dirigem o Sindicato dos Borracheiros de São Paulo, aceitaram a suspensão do contrato de trabalho de 3.200 operários, que pode variar de quinze dias a dois meses. Desgraçadamente, justificam que a medida foi tomada devido à crise do

novo coronavírus. E que todos os operários da Firestone/Bridgestone serão atingidos, e que a suspensão será escalonada: “turmas irão se alternar para trabalhar a cada 15, 20 ou 30 dias”. O burguês nem precisa justificar os cortes salariais, pois, tem seu porta-voz,

a direção do sindicato. Essas experiências negativas para a classe operária devem servir para impulsionar a constituição das comissões de fábricas e de novas direções, que estejam à altura de conduzir o sindicato independente e de luta.

MP 936 foi uma facada nos metalúrgicos e químicos de Santo André

Há dados, sabemos que ainda preliminares, que a MP 936 atingiu 47 mil metalúrgicos, em Santo André. Os acordos foram firmados pela direção direitista da Força Sindical. Na base desses acordos, estavam as férias coletivas ou suspensão temporária do contrato, e a redução salarial. O mesmo se passou com os químicos, que são dirigidos pela CUT.

Como se vê, as direções reformistas, direitistas e centristas, que estão no comando da CUT, Força Sindical e CSP-Conlutas, para citar esses três exemplos, se colocaram por viabilizar a MP 936. Ora usando as assembleias virtuais, ora fazendo assembleias presenciais, como ocorreu na Pirelli. Todas estavam unidas no propósito de proteger os capitalistas da crise econômica, que se agravou o avanço da pandemia. Umas com discursos piedosos, outras com palavras radicais, mas firmes no objetivo burguês de que “todos devem fazer sacrifícios”. É necessário que a vanguarda classista faça um balanço da conduta das direções sindicais e reivindique a convocação de assembleias democráticas para retomar a luta contra a burguesia e seus governantes.

Metalúrgicos da Mercedes foram conduzidos ao trabalho, passivamente

A fábrica de São Bernardo, que produz caminhões, chassis de ônibus, eixos, motores e câmbios, retomou as atividades. A multinacional criou um cenário para que os operários fossem convencidos de que, na fábrica, estarão seguros do contágio. Temperaturas são medidas, máscaras disponibilizadas, distanciamento e horários diferenciados de refeição foram implementados, seguindo a política burguesa de retorno ao trabalho e cuidados, ditados pela OMS.

Na realidade, a direção do sindicato deixou que os metalúrgicos retomassem ao trabalho, sem organizá-los. Não convocou uma assembleia para fazer um balanço dos acordos de cortes salariais e das medidas que estão por vir. Deixou os operários à mercê da política da multinacional, na passividade, e muito temerosos com o coronavírus.

Operários paralisam obras. Que o sindicato organize a categoria para a luta

Após o governo decretar a construção civil como serviço essencial, já havia cerca de 57 mortes por COVID-19, em São Paulo. A direção do sindicato reclama que as empresas não estão tomando as medidas de prevenção. Houve, no dia 13 de maio, uma paralisação de 1.200 operários da Construtora Matec, contra o atraso de pagamento, e não repasse do desconto sin-

dical para o sindicato. Também pediam que a empresa adotasse as medidas contra o contágio. Alguns dias depois, houve paralisação em outro canteiro. Segundo o burocrata, as paralisações são pontuais para evitar uma paralisação geral. Aposta na negociata por empresa. Não defende os interesses gerais dos operários da construção civil. Provavelmente, por trás

dessas paralisações pontuais, está a preocupação mais importante do burocrata, que é a do não repasse pela empresa do desconto sindical.

Que o Sintracon convoque imediatamente uma assembleia geral dos operários da construção civil, para aprovação de um plano emergencial em defesa dos empregos, salários e da vida..

Bolsonaro pretende requestrar a MP 905

Paulo Guedes pretende reeditar a MP 905 da Carteira de Trabalho Verde Amarela. Disse que pretende simplificar os contratos de trabalho, com menos encargos para as empresas.

A MP 905, que perdeu validade antes de ser aprovada pelo Congresso, propunha a utilização da mão-de-obra de jovens de 18 a 29 anos, e de trabalhadores com 55 anos, que estivessem sem trabalho nos últimos 12 meses. Segundo o relator da medida, o deputado Celso Maldaner (MDB-SC), a intenção é incorporar “oito ou nove pontos” da MP 905, como o fim da regra que atualmente prevê que acidentes de trajeto sejam considerados como acidentes de trabalho, alteração do índice de correção das dívidas trabalhistas, fim da exigência de convenção coletiva para liberar o trabalho aos domingos e feriados, e enquadrar o Covid-19 como doença ocupacional.

Como se vê, o governo prepara novos ataques contra os trabalhadores. Atendendo aos interesses dos capitalistas, está requestrando a MP 905. É urgente a organização dos trabalhadores para derrubar, nas ruas, mais essa medida antioperária.

Burocratas querem fazer parte das medidas contra a pandemia

A CUT divulgou uma Manifesto, em que lamenta a política de Bolsonaro na condução da pandemia em que “nega a ciência, incita o povo a descumprir o isolamento social, não proporcionar recursos necessários para os trabalhadores mais pobres e informais, nem garante emprego e renda. O governo também não implementa ações coordenadas com os estados e municípios, sabotando as iniciativas de governadores e prefeitos”. O lamento termina com a proposta aos governos estaduais e municipais, de criar uma mesa de negociação com a participação de representantes de sindicatos e movimentos sociais, objetivando discutir as medidas a serem implementadas. Na realidade, querem que Doria, Covas, etc. aceitem a política de conciliação de classes. Querem fazer parte da condução da pandemia, portanto, que não seja unicamente a burguesia.

Aí está escancarada a política dos reformistas diante da crise sanitária e econômica. Ao invés de combater com os métodos próprios da classe operária a farsa do isolamento social, querem ser também protagonistas. Eis por que não há outra via, senão a de lutar para pôr para fora essas direções colaboracionistas.

Trabalhadores de diversos setores enfrentam os governos, as direções sindicais e o vírus, e saem à luta

Diante do aprofundamento da crise econômica, impulsionada pela crise sanitária, confirmam-se os prognósticos do POR de que as lutas se retomariam, em função da falta de garantias mínimas para manter a população no isolamento, pressão dos capitalistas para o retorno ao trabalho, necessidade de ganhar o pão de cada dia com o comércio ambulante, faxinas, etc. Para os trabalhadores, temerosos com a perda do emprego e, ao mesmo tempo, amedrontados pelo avanço da pandemia, não têm restado alternativa, a não ser recorrer à luta. E, só não tem sido intensa, porque não contam com direções sindicais classistas, dotadas de um programa de independência de classe. O que se passa no Brasil, também ocorre também em outros países.

O Chile, que foi sacudido, no ano passado, por uma ampla mobilização de características insurrecionais contra o regime pinochetista de Piñera, está novamente à frente das mobilizações, mesmo diante das imposições de isolamento. No dia 18/5, as massas tomaram as ruas de um bairro proletário de Santiago (El Bosque), exigindo que o governo crie medidas efetivas, para que os explorados possam ficar em isolamento, pois, já estão passando fome, sem trabalho e sem fonte de renda. Também aconteceram protestos em Valparaíso, San Antonio, Concepción e Punta Arenas. Em Antofagasta, operários da mina Guanaco cortaram o principal acesso à cidade, exigindo o fim dos turnos excessivos.

A classe operária argentina, por sua vez, vem realizando

manifestações. Há mais de dois meses sem receber salário, trabalhadores da mineração de Andacollo fizeram uma marcha até a Casa do Governo de Neuquén. O governo rescindiu o contrato com a empresa Trident Southern Explorations, para a qual havia concedido o direito de extração de ouro e prata, considerando que a empresa sequer cumpriu os pagamentos obrigatórios com o próprio Estado. Contudo, não garantiu o salário dos explorados, cobrando da empresa e oferecendo um mísero subsídio. Assim, os trabalhadores mantiveram mobilizações, rejeitando o subsídio, exigindo que o governo assuma o pagamento dos salários, e reivindicando a manutenção dos postos de trabalho, através da criação de uma empresa estatal de mineração, sob controle operário. Na província de Chubut, cerca de 300 operários ocuparam a fábrica do Parque Industrial de Trelew, da empresa Sedamil, cobrando o pagamento dos salários de abril. Diversas outras categorias, como professores, trabalhadores da pesca e têxteis, estão mobilizadas. A palavra de ordem dos explorados é: *“Sin salario, trabajo y condiciones de vida garantizadas, no hay cuarentena”*.

No Brasil, alguns setores realizam protestos, principalmente os trabalhadores da saúde, durante atingidos pelas péssimas condições dos hospitais. Em São Paulo, além de sofrerem com os cortes salariais, demissões e miséria, os moradores da favela do Moinho não suportaram mais os casos de violência policial cotidiana, que se intensificou no último período. Foram obrigados a protestar, em meio a pandemia, bloqueando uma importante via da cidade, a avenida Rio Branco. A ação foi reprimida pela PM com bombas. Os moradores mostraram o instinto de luta, revidando com pedras e paus à violência policial. Em Paraisópolis, moradores também foram reprimidos, ao tentarem realizar uma marcha até o Palácio dos Bandeirantes para cobrar do governador, João Dória, água e assistência na favela.

Sem sombra de dúvida, os trabalhadores da área da saúde são os que mais têm se manifestado contra a degradação nas condições de trabalho, falta de equipamentos de proteção individual (EPI), turnos estafantes, etc. Na rede privada, muitos tiveram seus salários reduzidos e, na rede pública, enfrentam as duras condições de trabalho. Em Aracaju, no dia 11, profissionais do Hospital Fernando Franco realizaram uma manifestação para cobrar a falta de EPIs e testes para Covid-19, e denunciar a superlotação. Só nesta unidade, são mais de 30



Os explorados se manifestam de forma instintiva. Aos revolucionários, cabe a tarefa de intervir nas lutas, com o programa proletário, para transformar o instinto de revolta em consciência de classe, em luta organizada.

profissionais de enfermagem infectados. Em Macapá, no dia 16, profissionais do Hospital de Clínicas Dr. Alberto Lima fizeram uma manifestação, pela morte de três enfermeiros no dia anterior. Em comum, essas manifestações têm a ausência das direções sindicais. Mas, no Rio de Janeiro, aconteceu algo pior, o sindicato dos trabalhadores das universidades públicas estaduais (SINTUPERJ) se colocou contra os trabalhadores do hospital universitário Pedro Ernesto da UERJ, que denunciavam a falta de equipamentos. O sindicato lançou nota de repúdio ao ato, alegando irresponsabilidade por realizarem uma manifestação em meio à pandemia.

Vale lembrar que a área da saúde vem sofrendo diversos ataques nos últimos anos, sendo o principal deles a EC 95, que congela os gastos por 20 anos, acompanhado do “Mais Médicos”, implantações de OSs, sucateamento dos hospitais etc., a sanha do capital privado da saúde sobre o sistema público impossibilita o desenvolvimento do SUS. Daí a importância da bandeira de expropriação do sistema privado de saúde, sem indenização, e sob o controle dos que nele trabalham.

Como se vê, ao aprofundar-se a crise econômica e sanitária, retomam-se as lutas. Os explorados se manifestam de forma instintiva. Aos revolucionários, cabe a tarefa de intervir nas lutas, com o programa proletário, para transformar o instinto de revolta em consciência de classe, em luta organizada.

O POR defendeu, desde o primeiro dia da pandemia, que os trabalhadores precisavam se organizar para resistir aos ataques que estavam por vir. Neste sentido, o dia 18 de março, com manifestações marcadas por todo país, seria o momento de organizar a classe, e levantar uma plataforma de reivindicações próprias, com independência política,

para ser imposta aos governos. As direções foram na contramão, e desmarcaram o dia 18. A partir daí, a classe operária e demais explorados foram empurrados ao pior dos mundos, alguns fragmentados e isolados em suas casas, outros demitidos ou com salários reduzidos, e a maioria sujeita à contaminação. Lamentavelmente, não encontram direções sindicais combativas. Os sindicatos permanecem fechados, e suas direções insistem na farsa da política burguesa do isolamento. Atomizado, o proletariado e demais explorados não são nada. Unidos e organizados podem ser tudo! É preciso vencer a profunda crise de direção revolucionária.

Rondônia

Manifestação dos trabalhadores da saúde

Desde 17/03, quando iniciaram os primeiros casos de contaminação pelo Covid-19 em Rondônia, o governador, Marcos Rocha, fiel laçao de Bolsonaro, suspendeu o isolamento social, atendo às exigências dos capitalistas locais. Certamente, isso só tem feito crescer a contaminação. No mês de março, os dados indicavam **quatro mortes e 160 contaminados, em nove cidades do estado. Agora, saltam para 88 e, de 160 contaminados, para 2.413.** Desse total de infectados, quase 40% são servidores da saúde, perfazendo um total de 981.

No dia 11 de maio, os servidores da saúde realizaram manifestações, denunciando a falta de equipamentos, as mortes e contaminações dos servidores. Há denúncias que ser-

vidores estão comprando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), porque não há para todos, e rejeitam compartilhar equipamentos nos hospitais.

A pandemia no estado escancarou a falência da saúde pública. O governador, ao invés de atender a justa reivindicação dos profissionais da saúde, equipando os hospitais públicos, usando toda a rede privada, sem nenhuma indenização e colocando-a a serviço do atendimento à maioria explorada, acata o pleito dos capitalistas. E colocou às claras que a burguesia é incapaz de pôr em prática o isolamento social, para todos. A política burguesa do

isolamento, além de ser restrita, não pode estar em choque com os interesses dos capitalistas. Daí a pressão aos governantes para que suspendam até mesmo o caráter limitado do confinamento.

Por outro lado, as manifestações de rua permanecem isoladas e restritas às reivindicações particulares do setor de saúde. Isso ocorre porque as direções são corporativistas, e se recusam a organizar as assembleias, para que o conjunto dos trabalhadores aprove um plano de emergência própria para enfrentar, não só a crise sanitária, mas também a brutal crise econômica, que vem destruindo os empregos e cortando os salários.



Rio Grande do Norte

Governo Fátima parcela o Piso do Magistério até dezembro de 2020. Direção do SINTE acata proposta e decide suspender a greve do magistério, por cima da categoria

O governo Fátima (PT), desde janeiro, vem enrolando a categoria, para não pagar o Piso do magistério. Diante da pressão dos professores pelo cumprimento da Lei do Piso Salarial, o governo apresentou uma primeira proposta de parcelamento do repasse do Piso, em três vezes de 4,28% (maio de 2020, e janeiro e abril de 2021), sem sequer falar de retroativo, proposta que foi prontamente rejeitada pela categoria. Em seguida, o governo propôs três parcelas “cumulativas”, de 4,11%, para ativos (junho, setembro e dezembro de 2020) e aposentados (agosto, outubro e dezembro de 2020), além do patético parcelamento do retroativo em 24 vezes. A proposta do governo foi novamente rechaçada pela categoria em assembleia, na qual se aprovou a contraproposta de pagamento integral dos 12,84% em março, e o retroativo em três vezes, para ativos e aposentados.

No dia 11 de março, o governo propôs reduzir as parcelas do retroativo de 24 para 12 parcelas, a partir de 2021. Posteriormente, o governo ficou de apresentar uma nova proposta,

depois do dia 18 de março. Juntamente com a suspensão das atividades escolares, devido à pandemia, o governo suspendeu as audiências. A direção do SINTE (PT) acompanhou o governo, e suspendeu a assembleia do dia 23 de março. A categoria não pôde decidir sobre os rumos do movimento, e ficou sabendo pelas redes sociais da suspensão das atividades de greve, e que a sede do SINTE iria fechar. Sem ter havido assembleia, a categoria entendeu que a greve se mantinha. A direção do SINTE se pronunciou, posteriormente, dizendo que a greve estava mantida e, diante da pressão da base, se posicionou sobre a implementação do EaD, “desaconselhando” as aulas virtuais.

No retorno às audiências, no final de abril, agora por videoconferência, o governo não apresentou nenhuma proposta. Apenas dizia que pagaria o Piso, mas não sabia quando, nem como. Até que, por fim, na audiência de 07 de maio, o governo apresentou uma nova proposta, que mantém o parcelamento do Piso em três parcelas “cumulativas”, só

que pior: 3% em junho, 3% em outubro, e 6,363% em dezembro de 2020, para ativos, aposentados e pensionistas, além do fracionamento do retroativo em 11 parcelas, a partir de fevereiro de 2021.

O governo Fátima (PT), desde o início, rejeitou a proposta da categoria, de pagamento integral, e se manteve determinado em fatiar o repasse do Piso Salarial. Aproveitou-se da grave situação de pandemia e do isolamento social em que a categoria se encontra, para impor a mais rebaixada das propostas. Com essa proposta, tanto os ativos quanto os aposentados e pensionistas receberão a maior parte do Piso (mais da metade) somente em dezembro de 2020, provocando enorme defasagem salarial. O parcelamento do retroativo para 2021 atesta que o governo Fátima pretende não pagar o Piso Salarial do próximo ano, além de ser uma apropriação, por um longo período, do dinheiro que é do magistério por lei. Com isso, o governo busca penalizar os professores para, assim, poder arcar com os custos das crises econômica e sanitária, ao mesmo tempo em que mantém o pagamento pontual de mais de R\$ 10 milhões, por mês, ao Arena das Dunas, e os incentivos fiscais aos grandes empresários exploradores, além de fazer vista grossa aos capitalistas caloteiros que devem ao estado.

Sem assembleias, ou seja, sem que a categoria possa discutir e decidir coletivamente sobre os rumos do movimento, a direção do SINTE se sentiu livre para negociar sozinha com o governo. Sequer garantiu, nas audiências, a participação da comissão de base, que vinha acompanhando as negociações. Diante do ultimato do governo, a direção do SINTE se curvou, acatando a proposta rebaixada do governo, em condições totalmente desfavoráveis para a categoria em greve. Anunciou, em uma nota intitulada “Pandemia e caos econômico pressionam decisão sobre o Piso”, e também em uma “live” na internet, que estaria tomando a decisão de suspensão da greve, e aceitação da proposta do governo, a ser referendada por uma assembleia da categoria, sabe-se lá quando. A direção do SINTE usa como justificativa a pandemia, o temor de um congelamento salarial proposto pelo governo federal, que sequer se efetivou, e uma consulta nas redes sociais, que supostamente estaria indicando a aceitação da proposta do governo por parte da categoria.

As redes sociais não são órgão de deliberação do sindicato, muito menos podem servir para medir se a categoria aceita ou não uma proposta. A discussão em assembleia é fundamental para que a categoria reflita e possa tomar a melhor atitude. A decisão do SINTE de suspender a greve, sem que os trabalhadores possam discutir e deliberar em assembleia, é um golpe contra a assembleia que aprovou a greve. A greve tinha de ser mantida, até que os trabalhadores em educação

se reunissem em assembleia para deliberar.

E motivos para a greve não faltam. Além da luta pelo repasse integral do Piso Salarial, que por si só já justificaria a manutenção da greve, os professores estão sendo pressionados pelos diretores de escola, incentivados pela Secretaria de Educação, a realizarem o ensino a distância, verdadeiro ataque às condições de trabalho dos professores e de aprendizagem dos alunos, além de provocar a exclusão de boa parte dos estudantes. A suspensão do pagamento das horas suplementares, que já é uma realidade em alguns municípios, poderá ocorrer no estado. Além disso, mais cedo ou mais tarde, quando passar a onda de contágios, o governo estabelecerá o retorno às aulas, e os professores e estudantes continuarão amontoados em salas superlotadas, em escolas sucateadas e sem materiais, estando sujeitos a adquirir doenças, como

a dengue, a chikungunya e a própria COVID-19, uma vez que não se sabe quando surgirá uma vacina.

Apesar do ultimato do governo Fátima e da submissão da direção do SINTE, não é hora de baixar a cabeça. Temos visto, em todos os lugares, os governos e patrões se aproveitarem da pandemia para implementar mais e mais ataques aos explorados. É hora de os trabalhadores em educação lutarem por um plano emergencial próprio, de proteção e defesa das condições de trabalho e ensino dos professores, funcionários e estudantes, que inclui: 1) nenhum corte de benefícios; 2) nenhuma demissão de seletivos e terceirizados; 3) redução imediata de alunos por sala, não mais que 25 alunos; 4) reabertura imediata de salas e turnos fechados, e construção de novas escolas; 5) plano emergencial de reforma das escolas e compra de materiais para garantir as condições básicas de ensino, de higiene e de proteção no trabalho; 6) Abaixo a farsa do EaD!

A luta deve continuar; caso contrário, o governo descarregará mais e mais o peso da crise sobre os trabalhadores. Sigamos o exemplo dos rodoviários, que já realizaram três paralisações, com manifestações contra as demissões e o corte de benefícios. Diante da negação arbitrária aos direitos e de ataque às condições de vida por parte dos governos, não há outra saída senão a luta coletiva nas ruas, com o método da ação direta! Os trabalhadores não devem ser penalizados pela crise! Que os patrões e os governos arquem integralmente com os custos das crises econômica e sanitária!

Diante da submissão da direção do SINTE (PT) ao governo estadual de Fátima (PT/PCdoB), fazemos um chamado aos trabalhadores em educação a construir, junto à Corrente Proletária na Educação, uma fração revolucionária no SINTE/RN, que defenda a independência sindical frente ao governo estadual e um plano emergencial próprio dos trabalhadores em educação, vinculado ao programa proletário para a educação.

É hora de os trabalhadores em educação lutarem por um plano emergencial próprio, de proteção e defesa das condições de trabalho e ensino dos professores, funcionários e estudantes, que inclui: 1) nenhum corte de benefícios; 2) nenhuma demissão de seletivos e terceirizados; 3) redução imediata de alunos por sala, não mais que 25 alunos; 4) reabertura imediata de salas e turnos fechados, e construção de novas escolas; 5) plano emergencial de reforma das escolas e compra de materiais para garantir as condições básicas de ensino, de higiene e de proteção no trabalho; 6) Abaixo a farsa do EaD!

Avançam os cortes na educação e ciência

Em 19 de março, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) baixou uma portaria, determinando “áreas prioritárias” para projetos de pesquisa, nos anos entre 2020 e 2023, para as quais as bolsas fornecidas pelas principais instituições de fomento (como CNPq e CAPES) devem passar a ser destinadas. As áreas delimitadas são classificadas em campos, como “tecnologias estratégicas”, “habilitadoras” e “de produção”, dentre outros, que, na prática, excluem as pesquisas no campo das ciências humanas, e mesmo pesquisas de base no campo das ciências naturais.

A portaria publicada deixa bem claro que somente serão considerados prioritários “os projetos de pesquisa básica, humanas e ciências sociais que contribuam, em algum grau, para o desenvolvimento das Áreas de Tecnologias Prioritárias do MCTIC”. Essa medida segue o objetivo de ampliar a submissão das instituições de ensino e pesquisa aos interesses dos capitalistas. O plano de governo de Bolsonaro, publicado ainda em 2018, já explicitava a defesa da tese de que “As universidades, em todos os cursos, devem estimular e ensinar o empreendedorismo” e que apenas “os melhores pesquisadores seguem suas pesquisas em mestrados e doutorados, sempre próximos das empresas”.

A imposição do pagamento da dívida pública, junto à necessidade do capital de encontrar novas áreas para as quais possa se expandir, como educação e saúde, levou à implementação de cortes, nesses e em outros setores, ainda durante o governo petista.

Seguindo essa linha, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) apresentou, em abril, seu novo modelo de concessão de bolsas. Em oposição ao antigo “modelo de quotas” – no qual um determinado número de bolsas era entregue às universidades e institutos sem delimitação das áreas nas quais deveriam ser empregadas – o novo “modelo de chamadas públicas” determina precisamente em quais áreas de pesquisa serão empregadas as bolsas, por meio de editais publicados pelo próprio CNPq, limitando a autonomia das universidades e institutos de escolherem.

A título de exemplo, uma das mais recentes chamadas públicas para concessão de bolsas de mestrado e doutorado do CNPq é apresentada com o objetivo de “Fortalecer a pesquisa, o empreendedorismo e a inovação nas Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), por meio do envolvimento de estudantes de graduação, mestrado e doutorado em projetos de interesse do setor empresarial, nas áreas de tecnologias prioritárias do MCTIC.” Como resultado de mudanças desse tipo nos critérios de concessão de bolsas por parte do CNPq e CAPES, algumas instituições, como o Instituto de Física da USP, chegarão a perder 85% de suas bolsas de mestrado e doutorado, sem contar as de iniciação científica. Esse é apenas o mais recente, de vários episódios ocorridos, durante e até mesmo antes do governo Bolsonaro, dentre os quais se destacam, ainda em 2020, os cortes de 23% (R\$ 3,5 bilhões) e 17% (R\$ 21 bilhões) nos orçamentos do MC-

TIC e MEC, respectivamente, em relação ao ano anterior.

Tais cortes e restrições orçamentárias terão impacto direto na vida de milhares de estudantes e pesquisadores, que terão sua fonte de renda cortada, além de uma parcela ser impossibilitada de dar continuidade aos estudos, na área do conhecimento a que pertencem, por depender financeiramente da bolsa. Assim, a medida governamental além de ser um retrocesso para ao parco desenvolvimento da ciência nacional, contribuirá para o aumento da massa de desempregados.

Os cortes na ciência e educação não podem ser desvinculados das aplicações de contrarreformas, como a da Previdência, em 2019, e trabalhista, em 2017. Sua natureza está ligada à crise capitalista, deflagrada em 2008, que passou a atingir mais diretamente o Brasil a partir de 2014. A imposição do pagamento da dívida pública, junto à necessidade do capital de encontrar novas áreas para as quais possa se expandir, como educação e saúde, levou à implementação de cortes, nesses e em outros setores, ainda durante o governo petista. De 2013 a 2018, as universidades federais tiveram, por exemplo, um corte de cerca de 30% em seu orçamento, enquanto o CNPq, de 2014 a 2019, teve um corte de quase 45%.

A tendência, frente ao colapso econômico que se inicia em 2020, é de um aumento jamais visto do endividamento dos estados, e da necessidade da burguesia de aplicar ainda mais contrarreformas e cortes. A expectativa é uma queda superior a 5% do PIB brasileiro, e cerca de 13 milhões de pessoas podem perder o emprego, e se somar às 11 milhões que já estão desempregadas. Deste modo, a luta contra os cortes de bolsas do CNPq e CAPES é parte da luta pelo não pagamento da dívida pública. Nesse momento, em que as massas voltam desorganizadas ao trabalho, pela pressão econômica, coloca-se como necessidade a convocação de assembleias. Nesse âmbito, a UNE deve organizar a juventude universitária para combater os cortes impostos pelo governo.

As direções burocráticas, porém, estão negando a luta de classes, se submetendo às imposições da burguesia imperialista. Através de um falso discurso de proteção à vida, cancelaram as manifestações de 18 de março e os atos do 1º de maio (convertendo-os em mesa online com convidados de partidos orgânicos da burguesia), fazem defesa das políticas de isolamento social, impostas pela burguesia, sem garantir à classe operária e à maioria oprimida as condições para se manter, ao passo que acordam com o patronado cortes de salários e demissões. Seguindo essa linha, ignoram os atuais cortes nos campos da ciência e tecnologia ou, quando se manifestam, fazem isso de maneira hipócrita, demonstrando uma simples reprovação formal, sem organizar a luta concreta.

Em meio à pandemia, o governo Bolsonaro mantém e amplia a política de precarização e dismantelamento da rede pública de educação e da produção científica e tecnológica ainda existente no país. Elevado a tal grau de destruição, demonstra as forças obscurantistas que sustentam esse governo. A educação e a ciência não serão defendidas no capitalismo em decomposição. A educação científica se manifestará, em toda a sua linha, numa sociedade comunista.

Governos na ofensiva

Em São Paulo, as redes estadual e municipal impuseram o home office para professores e EaD (Ensino a Distância) aos estudantes. As plataformas para a educação online são várias: Microsoft, google, centro de mídias, bem como as que as escolas inventaram. Trata-se de uma parafernália, que obriga os alunos a acessarem para seguir as aulas. É uma pressão enorme para que professores postem atividades, gravem aulas, interajam virtualmente com os alunos.

Na rede municipal, a plataforma oficial utilizada para o EaD é o google classroom (google sala de aula). Por meio dela, os professores postam atividades e vídeos, e os alunos a acessam para realizar as tarefas. Se já é ruim para estudantes maiores (adolescentes), imagine-se isso para a Educação Infantil, em que a faixa etária é de até 5 anos. Entre tantas ameaças, os professores precisam ficar “logados” durante o horário de trabalho, para que sua presença seja garantida. Em uma das escolas, no Jaguaré, ao lado da favela, há a obrigatoriedade dos estudantes assistirem às aulas num determinado horário do dia. Os professores dão aula por uma plataforma (ao vivo) das suas próprias casas, fazem chamada e, alguns acabam criticando os alunos que não se prestam a tamanho absurdo. São inúmeros os depoimentos de estudantes contra a farsa do EaD, dizendo, se nas aulas presenciais pouco se aprende, imagine online.

O fato é que as empresas criam as plataformas, fazem testes nas redes públicas e vendem os serviços para os governos. Por outro lado, os governos preparam as condições para implantar parte do currículo da educação básica por meio do EaD. Lembremos que, no dia 15 de maio, Doria publicou um decreto (64.982), instituindo o Centro de Mídias da Educação de São Paulo – CMSP, no âmbito da Secretaria da Educação, tendo por objetivo implementar a educação “mediada por tecnologia para gerar conhecimentos educacionais e oportunidades de aprendizado”. Portanto, tudo encaminhando para permanecer nas redes públicas.

Direções sindicais em quarentena

A burocracia da Apeoesp, em palavras, se coloca contra o EaD. No entanto, propõe que, nas Reuniões de Repre-

sentantes de Escolas e no Conselho Estadual, se discuta um projeto educacional digital, direcionado aos estudantes das escolas públicas, ‘com especial enfoque no incentivo à leitura e à reflexão’. Portanto, é contra o EaD do Doria, mas é a favor o EaD aprovado pelo sindicato. Enquanto mantém o sindicato fechado e se recusa a convocar assembleias presenciais, para que os professores rejeitem coletivamente a excrecência do EaD, milhares de professores eventuais, com contrato ativo, continuam sem salários. Não por acaso, uma parcela recorreu ao auxílio de R\$ 600,00 de Bolsonaro.

O burocrata chefe do Sinpeem aproveitou a pandemia para realizar as eleições online do sindicato. Mantém o sindicato fechado, deixando os professores à mercê do EaD de Covas.

É no momento de crise, como essa que estamos atravessando, que os trabalhadores podem ver com mais clareza a política da burocracia sindical. Recusam-se a organizar o movimento de resistência, que só pode partir da convocação de assembleias presenciais.

Corrente Proletária faz campanha contra o EaD

O EaD é expressão da decomposição do capitalismo. É o retrato da falência da educação. Reforça o individualismo, concorrência, discriminação e, sobretudo, o ensino memorístico, acobertado pela falácia das tecnologias. É a mais evidente separação entre o trabalho intelectual (teórico) e o prático (na produção social), inerente ao capitalismo. É a negação do fundamento da educação, que é coletivo. Ou seja, os que ensinam se transformam em contato com os que aprendem, e vice-versa. Pela via do EaD, a burguesia impõe o mais brutal embrutecimento dos professores e estudantes.

A Corrente Proletária faz campanha em defesa de um único sistema de ensino, público, científico e voltado à produção social. Defende a estatização da rede privada, sem indenização, sob o controle de quem trabalha e estuda. Exige que os sindicatos convoquem assembleias para que os professores e estudantes rejeitem o EaD e aprovem a luta direta contra mais essa farsa da burguesia e seus governantes.

É no momento de crise, como essa que estamos atravessando, que os trabalhadores podem ver com mais clareza a política da burocracia sindical. Recusam-se a organizar o movimento de resistência, que só pode partir da convocação de assembleias presenciais.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

O nono número da Revista Proletária revela os fundamentos ideológicos e objetivos econômicos que estão na base do avanço ao obscurantismo, à militarização e à privatização em todos os níveis do ensino. Desenvolve, fundamentalmente, as bandeiras e os métodos que estão na base do programa do proletariado, para construir uma nova educação produto da revolução proletária, e da construção do socialismo.

nº 9

Set 2019

A juventude tem de lutar para recuperar o que lhe foi tomado pelos capitalistas

Barbárie descarregada sobre a juventude

A parcela da juventude oprimida que continuou a trabalhar durante a crise sanitária nas fábricas, nos correios, serviços de atendimento on-line (Call-Centers), supermercados, serviços de entrega a domicílio, etc., não teve escolha: corre o risco de se contagiar, e arca com suspensões, redução de salários, e destruição de direitos. Quem está voltando ao trabalho, após semanas de paralisa forçada, acha-se perante condições trabalhistas e salariais muito pioradas.

Fenômeno semelhante se percebe entre a juventude feminina, que trabalha como diaristas. São 6,5 milhões de domésticas em domicílio. 45% dos patrões mais abastados, que pagam mais de R\$ 1.526 mensais, demitiram suas empregadas, sem pagamento de salário, em meio à pandemia.

A experiência com o fracasso dos governos e da burguesia em proteger a vida das massas, certamente, despertará a revolta da juventude. É fundamental desenvolver a política do proletariado em seu seio.

As demissões entre a juventude e o crescimento da demanda de compras on-line elevaram o número de candidatos à procura de trabalho de entregador. Por exemplo, a empresa Ifood (grupo Movile), que está presente em mais de mil cidades, e conta com 140 mil entregadores registrados, e 300 mil terceirizados, passou de 85 mil a 175 mil solicitações de trabalho.

A importância desses exemplos está em que ilustram como, durante a crise sanitária, houve crescimento do trabalho informal, com salários por produtividade e sem direitos trabalhistas. Fundamentalmente, agravou-se o desemprego: aproximadamente 20% da força de trabalho está hoje desempregada. A parcela mais atingida entre a juventude é de mulheres e negros.

Pandemia e capitalismo

Milhões de jovens foram trabalhar durante a pandemia. Pegaram transportes lotados, expuseram-se ao contágio. Voltando a suas casas, com um ou dois cômodos, e a família numerosa, não tinham condições mínimas de isolamento e higienização sanitária.

Essa precária condição de moradia se combina com alimentação deficiente, que favorece a diabetes, hipertensão e as insuficiências pulmonares, cardíacas e renais, favorecendo a proliferação da Covid-19. Não é preciso estudos, como os de Luiza Nassif Pires (Bard College, Estados Unidos), Laura Carvalho (USP), e Laura de Lima Xavier (Universidade de Harvard, EUA), para se constatar que os pobres têm mais doenças pré-existentes do que indivíduos da burguesia e da classe média abastada. O fundamental está em reconhecer que a pobreza, miséria e fome têm como causa a propriedade privada dos meios de produção, a brutal exploração do trabalho, e a concentração de riqueza nas mãos da minoria.

Os focos infecciosos se espalham em meio a essas miseráveis condições de vida. O combate à morbidade depende do acesso aos recursos científicos, médicos e técnicos. Nesse sentido, o nú-

mero e disposição de leitos de UTIs é um indicador das profundas diferenças entre as classes. Por cada 10 mil habitantes, os leitos de UTIs na rede pública são cinco vezes inferiores ao da rede privada. Enquanto a taxa de contágio e mortandade pelo Covid-19 entre as massas oprimidas é de até seis vezes maior, em relação à burguesia e classe média rica, segundo estudos.

É bom assinalar que das dezoito grandes empresas que dominam a produção de antibióticos e antivirais no mundo, “quinze abandonaram” as investigações e produção de fármacos para “infecções hospitalares, doenças emergentes e os patógenos tropicais tradicionais”, orientando-se para “medicamentos para o coração, tranquilizantes aditivos e os tratamentos para impotência masculina”, assinala o especialista em infecções Mike Davis, dos EUA.

Está aí por que, apesar das conquistas das ciências médicas, farmacológicas, biológicas e tecnologia hospitalar serem parte das forças produtivas, não podem ser disponibilizadas às massas oprimidas.

Entraves à organização da juventude

Desde o momento em que a juventude passa a constituir parte da produção social, torna-se uma engrenagem de uma força social, que tem interesses comuns e métodos coletivos de luta. Ou seja, está em melhores condições de enfrentar, respondendo coletivamente aos ataques da burguesia.

Mas, passa também a ser parte das inúmeras divisões internas: entre sindicalizados e não sindicalizados, terceirizados e efetivos, contratados e com carteira assinada, etc. E se choca com as direções sindicais corporativas. A política de colaboração de classes e de adaptação às pressões da burguesia ficou ainda mais clara durante a pandemia, quando ajudaram o governo a aplicar a MP 936, e impediram as massas de combatê-la com seu próprio programa emergencial, em defesa dos salários, direitos e empregos.

A juventude não teve como reagir a tamanho desastre, tendo as suas organizações locais, estaduais e nacionais perfiladas por detrás da política burguesa de isolamento social. O poder econômico já rompeu essa via, utilizada parcialmente. A mortandade tomou conta do País, ao mesmo tempo em que explode o desemprego, que sacrifica ainda mais a juventude. Cresce o contingente dos milhões que não têm trabalho, nem motivo para ir à escola.

A experiência com o fracasso dos governos e da burguesia em proteger a vida das massas, certamente, despertará a revolta da juventude. É fundamental desenvolver a política do proletariado em seu seio. O Partido Operário Revolucionário, em nenhum momento, se paralisou. Mesmo com a juventude retraída, principalmente a que frequenta a escola, manteve o trabalho de propaganda, formulando a linha proletária diante das crises sanitária e econômica.

O período pós-pandemia reunirá o conjunto de problemas que atingem a vida das massas, e, em particular da juventude oprimida. Trata-se de desenvolver as bandeiras e reivindicações que as unem e as confluem com a luta do proletariado.

Sinpeem

Que os trabalhadores se abstenham de votar ou votem nulo

Pela convocação de uma assembleia para reorganizar a luta e decidir sobre o processo eleitoral

A burguesia está aproveitando a pandemia para congelar salários e direitos do funcionalismo. Quer que os trabalhadores arquem com o peso das crises econômica e sanitária. Enquanto isso, a burocracia majoritária que dirige o SINPEEM (coletivo Compromisso e Luta, Chapa 1, do vereador Cláudio Fonseca) segue com sua política imobilista e de conciliação com o governo Covas. E pior: decidiu manter a eleição sindical, mesmo com as escolas fechadas, e a categoria em isolamento social.

A Corrente Proletária na Educação (POR), ao contrário, defende que nenhum trabalhador deve ser penalizado pela crise do capitalismo. É preciso retomar as assembleias, para que a categoria, fazendo uso da democracia operária e da ação direta, possa enfrentar as medidas de ataque desferidas pelos governos. O mesmo raciocínio serve para o problema da eleição sindical: a única via para fazer frente ao burocratismo e à fraude arquitetada pela Chapa 1 é a própria categoria decidir coletivamente o processo eleitoral.

Defender a democracia operária e a independência de classe é a melhor forma de fortalecer o sindicato. A campanha da Corrente Proletária foi pelo adiamento das eleições, abertura do sindicato e convocação de assembleia.

A burocracia, contudo, manteve as eleições, apesar das várias manifestações contrárias. Assim, ao sustentar uma eleição sem campanha nas escolas, escancara o seu conteúdo antidemocrático, que só servirá para perpetuar a chapa situacionista. Contará, para esse fim, com o apoio da Chapa 3, do PCO, a única que não se retirou – três das cinco chapas apresentaram um pedido formal de retirada, exigindo o adiamento das eleições. O Cláudio Fonseca, como era de se esperar, utiliza a chapa do PCO para fazer demagogia em torno do caráter “democrático” da eleição no SINPEEM.

A Chapa 1 representa o continuísmo da burocracia parasitária, há três décadas no comando do SINPEEM, agindo sistematicamente contra os interesses gerais da categoria, e aplicando uma política de conciliação de classes. O próprio Cláudio integra um partido burguês, o Cidadania (ex-PPS), que com-

põe a base do governo tucano na Câmara de Vereadores.

O PCO, por sua vez, se diz opositorista e argumenta que as eleições são sempre fraudulentas, que a retirada da sua chapa não mudaria nada e só favoreceria o próprio Cláudio. E conclui atacando as demais chapas, acusando-as de “fugir” da luta. Sendo assim, convocou um “ato” para o dia 18/05, em frente ao SINPEEM, em defesa 1) da abertura do sindicato para a categoria e 2) pela suspensão da eleição.

A Corrente Proletária na Educação esteve no ato por concordar com os dois pontos contidos na convocação. Acontece que ninguém da base compareceu, e o que era para ser um ato, acabou se configurando numa atividade de campanha da chapa deles, ou seja, uma farsa.

A retirada das chapas e a campanha contra as eleições online estão condicionadas pelo rechaço de uma considerável parcela da categoria à realização da eleição nesse momento. O isolamento do bloco situacionista, comparecendo como chapa única, nesse quadro, contribuiria para aprofundar a sua desmoralização diante da base.

A campanha da Corrente Proletária é para que os trabalhadores rejeitem a farsa eleitoral. A defesa do princípio da democracia operária obriga a vanguarda a realizar uma campanha permanente, para que os trabalhadores expulsem a burocracia e coloquem a sua ferramenta de combate, que é o sindicato, à serviço da luta por suas reivindicações, com independência de classe e com o método da ação direta.

A vanguarda com consciência de classe precisa erguer

uma fração revolucionária no SINPEEM. A Corrente Proletária na Educação (POR) atuou durante a gestão que está encerrando agora, com uma vaga na Diretoria. Fomos eleitos pela chapa da Unidade da Oposição, em 2017. Continuamos construindo essa frente de luta, embora tenhamos nos retirado da construção da chapa neste ano, devido a divergências de método. Durante todo esse período, não deixamos de combater a burocracia pelega, ao mesmo tempo em que não deixamos de apontar os desvios da oposição.



Nesta edição:

- Recordando Guillermo Lora, 11 anos de seu falecimento.
- **Bolívia:** O extremo atraso da Bolívia e a pandemia do Coronavírus.
- **Argentina:** O coronavírus piorou ainda mais as condições de vida e trabalho da maioria.
- **Internacionais:** *Chile* - A luta de classes força passagem / Avança a crise mundial / Sob ameaças dos EUA, Azevedo renuncia à OMC / Alemanha e Europa - O capitalismo não tem como proteger a vida da maioria oprimida
- 75 anos da derrota do nazifascismo na 2ª Guerra.
- **Lênin:** Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.

Artigos das Seções
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**

Nossa homenagem ao revolucionário, marxista-leninista-trotskista, Guillermo Lora



Nestes 11 anos de ausência do camarada Guillermo Lora, publicamos o artigo “À Barbárie?”, escrito em outubro de 2008, portanto, seis meses antes de sua morte, em 17 de maio de 2009. Seleccionamos este artigo porque expressa a abertura da crise econômica mundial em 2008. Em maio de 2009, a recessão se expandia por todas as partes. A destruição de forças produtivas indicava que se tratava do maior debacle depois da Segunda Guerra Mundial. Nessas condições, avultava a crise de direção revolucionária. A China, no final dos anos de 1970, abria caminho para a restauração capitalista. Refletia, portanto, o esgotamento das relações mundiais do pós-guerra e da vitória imperialista em sua “guerra fria”. Cerca de 13 anos depois, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) desabava. Precederam a sua desintegração, movimentos restauracionistas no Leste Europeu. A crise de direção revolucionária já não se manifestava nas condições históricas em que Trotsky assim caracterizou no Programa de Transição da IV Internacional. A destruição do Estado operário e, consequentemente, da URSS, bem como o ingresso da China na órbita do imperialismo norte-americano, liquidaram de vez conquistas do proletariado mundial, que fariam regredir, em grande escala, sua capacidade de organização e centralização mundiais.

[O POR] Conseguiu sobreviver à gigantesca onda revisionista, que indicava a capitulação generalizada das correntes e partidos, que não suportaram o fortalecimento do imperialismo no pós-guerra, de um lado, e a circunstancial projeção da União Soviética, sob o comando de Stalin, por outro.

Observa-se que o desabamento dos Estados operários, certamente, degenerados pelo estalinismo, teve como antecedente a burocratização, revisão e destruição da III Internacional. Trotsky foi assassinado em agosto de 1940, em plena Segunda Guerra Mundial. A direção que o sucedeu não se mostrou à altura dos acontecimentos e, portanto, do Programa de Transição. Os partidos comunistas estalinizados foram se dissolvendo um a um, submetidos ao revisionismo antimarxista-leninista. As poucas

seções da IV Internacional se dividiram e subdividiram, sob o impacto do revisionismo pequeno-burguês, que se manifestou em meados dos anos de 1950.

O Partido Operário Revolucionário da Bolívia, dirigido por Guillermo Lora, esteve em frente a todos esses acontecimentos, uma vez que foi fundado em 1935. Conseguiu sobreviver à gigantesca onda revisionista, que indicava a capitulação generalizada das correntes e partidos, que não suportaram o fortalecimento do imperialismo no pós-guerra, de um lado, e a circunstancial projeção da União Soviética, sob o comando de Stalin, por outro.

Constituiu, também, um marco do retrocesso histórico, a divisão interburocrática no seio do Estado operário degenerado da URSS, justamente em meados dos anos de 1950, depois

da morte de Stalin. O POR não foi arrastado por esses dois polos – revisionismo do leninismo e revisionismo do trotskismo – porque conseguiu aplicar o Programa de Transição nas condições concretas da Bolívia, e penetrar no seio do proletariado mineiro, destacando-se como a verdadeira vanguarda leninista. Pagou com um longo isolamento internacional.

Guillermo Lora cumpriu o dever revolucionário, trabalhando incessantemente na tarefa de assimilar as conquistas teóricas e práticas do marxismo e as lições do proletariado mundial. Sua militância, forçada pela repressão, junto ao movimento dos mineiros, no momento mais precioso de sua luta contra a escravidão, o forjou como um marxista completo. Ou seja, que une indissolivelmente a teoria e prática revolucionárias.

O artigo “À Barbárie?” se gestou em um momento de fragilidade física, tanto é que nos deixaria poucos meses depois. Notamos passagens em que está refletido seu estado subjetivo, que não é próprio de sua obra. O leitor poderá ter uma falsa sensação de pessimismo revolucionário. Basta se ater ao conjunto das formulações, para se verificar a importância de algumas de suas considerações, em particular. Um exemplo, é o de que o capitalismo em decomposição leva às últimas consequências a transformação dos operários em “uma peça sem cérebro”. Constatamos que, há pouco mais de uma década do artigo, a burguesia avança nesse sentido. A desorganização mundial da classe operária, com seus profundos reflexos nacionais, favorece o avanço da destruição maciça de força de trabalho, que deixa de servir à indústria, e está obrigada a mergulhar na informalidade, ou seja, na miséria.

À Barbárie?

O capitalismo putrefato

Na atualidade, a sociedade capitalista se degenera, aceleradamente, em escala mundial. Os fatos demonstram que sua desintegração não pode ser detida e menos ainda superada pelos governos burgueses, pelo imperialismo, que exploram e oprimem os povos e continentes.

A história da humanidade é a da sucessão de uma sociedade por outra baseada na propriedade e no manejo dos meios de produção. Ninguém ignora o que os clássicos escreveram sobre as teses básicas do materialismo: *“Na produção social de sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas materiais”*.

No “Manifesto Comunista” (1848), se lê: *“A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias (Engels acrescenta: “à exceção da história da comunidade primitiva”) é a história da luta de classes. Homens livres e escravos, patrícios e plebeus, barões e servos, mestres e oficiais, em uma palavra, opressores e oprimidos, sempre se enfrentaram, empenhados em uma luta constante, algumas vezes oculta, em outras franca e aberta; luta que sempre terminou com a transformação revolucionária de toda a sociedade e com o desmoronamento das classes beligerantes...”*. *“A moderna sociedade burguesa, que surgiu do seio da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe. Ela somente criou novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta, no lugar das antigas. Nossa época, a época da*

Vemos, com especial atenção, as considerações sobre a necessidade da autocrítica. Instrumento este manejado naturalmente pelos marxistas. No entanto, nos deparamos com a dificuldade de compreendê-la como parte da aplicação do programa, da formulação da linha, e da análise dos acontecimentos da luta de classes. Somos testemunhas, no processo de construção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, da insistência de Guillermo Lora para que dedicássemos todo esforço na elaboração do programa e no reconhecimento dos erros, das falhas, das projeções subjetivas, etc.

É preciso ler as considerações de Lora no âmbito das novas condições de desintegração do capitalismo e de resposta das massas. Não temos dúvidas de que, se estivesse presente, observaria uma mudança sensível na situação de 2008 e a atual. A classe operária e demais explorados estão sendo obrigados a dar vazão aos instintos de revolta. As experiências negativas com os revisionismos tornam a classe operária mais permeável às posições revolucionárias e à necessidade de organização do partido marxista-leninista-trotskista. O imenso trabalho de Lora nos serve como instrumento para enfrentar as novas condições da crise mundial, que se aprofunda com a pandemia.

Nossa homenagem ao seu trabalho de militante profissional, que dedicou toda sua vida e energia para pôr em pé o Partido Operário Revolucionário, defender o internacionalismo marxista-leninista-trotskista, assentar as bases do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, e fortalecer a inquebrantável convicção de que o futuro da humanidade é o comunismo.

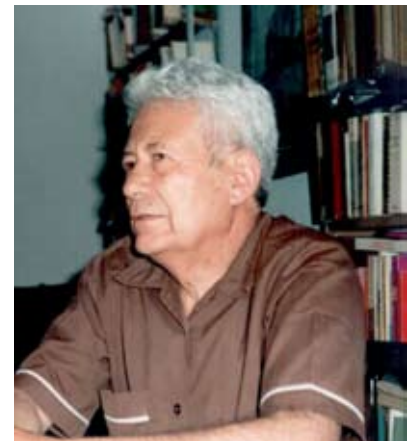
Atílio de Castro, 17 de maio de 2020

burguesia, se distingue, no entanto, por ter simplificado as contradições de classe. Toda sociedade vai se dividindo, cada vez mais, em dois campos inimigos, em duas grandes classes que se enfrentam diretamente: a burguesia e o proletariado”.

A economia capitalista é mundial, engloba tanto as potências imperialistas, que controlam o poderoso capitalismo internacional, quanto as burguesias assentadas em seus países, e também as economias dos países que não conseguiram apagar as marcas, os traços, do pré-capitalismo. Na atualidade, estas são as características da economia capitalista mundial (imperialista), que se encontra em acelerada decomposição.

O caminho da barbárie

O desenvolvimento do capitalismo se expressou, politicamente, na democracia burguesa, e foi criando as condições objetivas e subjetivas, para a revolução proletária, cujo objetivo central é o de sepultar a propriedade privada capitalista dos meios de produção, e, com sua substituição, desenvolver a propriedade social.





A sociedade burguesa, para continuar funcionando, não tem outro recurso senão intensificar a escravização do proletariado, e acentuar sua função de uma peça a mais das máquinas.

A revolução proletária, portanto, é a consequência do esgotamento do capitalismo e sua tarefa é a de substituí-lo pela sociedade comunista.

Constatamos o pleno desenvolvimento do capitalismo, seu esgotamento, a presença da revolução proletária na Rússia, seu desenvolvimento e esgotamento. Seu desmoronamento contribui para que o capitalismo imperialista agonizante permaneça em meio a uma crise que se agudiza mais e mais.

A revolução proletária russa de 1917, que sacudiu o mundo capitalista, porque trazia em suas entranhas a tendência de se transformar em mundial, e sepultar, definitivamente, a sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção, foi traída pelo estalinismo, que agonizou em meio ao empenho de impor um suposto “socialismo em um só país”, e, inclusive, servindo de apoio à sociedade burguesa que já evidenciava sua agonia.

Os seguidores de Lênin e Trotsky não conseguiram, até agora, levantar uma poderosa internacional, capaz de sepultar o capitalismo e estruturar o comunismo mundial.

O capitalismo moribundo está ingressando em uma fase de maior apodrecimento, porque o partido revolucionário marxista-leninista-trotskista não conseguiu sepultar a sociedade de classes imersa em seu processo de decomposição.

O imperialismo, arrastando os países atrasados, não tem como transformar em progressista o processo de desintegração do capitalismo, imerso em uma das maiores crises de sua história. As grandes potências submeteram os países dependentes e os vêm transformando, de serviçais, em base de apoio à desintegração. Pretende-se controlar a crise atual, agravando a miséria e a escravização dos países atrasados, em benefício das potências escravizadoras.

Podia-se confiar que a crise econômica potencializaria o movimento revolucionário, dirigido pela classe operária. Isso não ocorreu, nem mesmo na Bolívia, onde o proletariado, particularmente o mineiro, avançou até chegar às portas do poder estatal.

Na situação atual, era de esperar que o Partido da classe ope-

Homenagem a Guillermo Lora

rária se colocasse à cabeça das massas, e as dirigisse à conquista do poder político, abrindo assim o caminho para a sociedade comunista. Lamentavelmente, as coisas se passaram ao contrário. O afundamento do capitalismo concluiu desintegrando o proletariado, inclusive o seu partido político. A necessária autocrítica deste surpreendente processo está de todo ausente, o que obriga a concluir que a perspectiva da revolução proletária, imprescindível nas atuais circunstâncias, se afasta mais e mais.

O problema é muito grave, se levarmos em consideração que a aguda crise do fenômeno revolucionário concluiu anulando a atividade do Partido do proletariado. Essa tragédia deve ser superada, o que exige revelar as causas do retrocesso da politização da classe operária, processo encabeçado pelo seu partido político.

Para reencontrar esse caminho, indispensável para potencializar a luta revolucionária, é preciso impulsionar o trabalho correto do partido revolucionário.

Impõe-se que, de imediato, se inicie um severo trabalho autocrítico da atividade executada, nas vésperas, no seio das massas. As correções que se façam neste processo ajudarão a potencializar a linha precisa, que se deve aplicar para orientar os explorados e oprimidos ao reencontro da linha política correta.

Como nos salvar da barbárie?

O imperialismo, procurando se salvar da crise, se esmera em descarregar o maior peso da bancarrota econômica atual sobre o proletariado, já superexplorado, e sobre a classe média, que se debate na pobreza.

A burguesia vem acentuando a submissão dos operários ao aperfeiçoamento permanente da máquina, já convertida na máxima força do processo de produção das mercadorias. O operário de hoje não é mais do que uma peça insignificante da máquina, que determina o ritmo de sua destruição física e psíquica.

A crise econômica é descarregada pelo imperialismo em desintegração sobre os países dependentes das potências mundiais, e, evidentemente, sobre o proletariado.

A tarefa central colocada à maioria é a de encontrar os caminhos que permitam descarregar todo o peso da crise sobre as potências imperialistas e o capitalismo em geral, em crise e em decomposição.

Temos de compreender que a atual crise econômica do capitalismo põe em evidência que as forças produtivas já não podem continuar se desenvolvendo no marco da propriedade burguesa e do imperialismo, que se encontra em bancarrota.

A sociedade burguesa, para continuar funcionando, não tem outro recurso senão intensificar a escravização do proletariado, e acentuar sua função de uma peça a mais das máquinas.

A maior exploração dos operários, que funcionam como peças das máquinas, indispensável para que o imperialismo continue se mantendo em pé, impulsiona a cretinização do ser humano. Desencadeada a descomunal crise econômica, em torno do eixo imperialista, nenhum dos governos, nenhuma das classes sociais, nenhum dos movimentos populares se rebelaram contra o capitalismo ferido, permanecendo submetidos ao capitalismo moribundo.

O que se passou demonstra que a sociedade humana continua condenada a permanecer encarcerada pelo capitalismo em

decomposição, monstruosidade cuja responsabilidade recai sobre o estalinismo traidor e serviçal do capitalismo agonizante.

Onde estão as direções sindicais e políticas das massas operárias, camponesas e da classe média? Encontram-se encasteladas nas organizações montadas pela burguesia. As poucas direções populares antiburguesas, anticapitalistas, revolucionárias, foram encurraladas e emudecidas. As massas necessitam de direção. Os marxistas leninistas enfrentam o desafio de cumprir a tarefa fundamental: estão diante da prova de dirigir os explorados e oprimidos a se libertarem do gigantesco peso opressor do imperialismo, que desmorona.

A tarefa central é a de colocar em pé a direção internacional do movimento revolucionário anti-imperialista. O que poderá se materializar somente se se constituírem as diversas seções da IV Internacional.

Corresponde ao movimento revolucionário a atualização da herança deixada por Leon Trotsky, cuja materialização imediata constitui a base da luta revolucionária do proletariado, capaz de dirigir as massas exploradas e oprimidas em sua luta pela libertação e pela construção da sociedade comunista.

Esse trabalho, como todos aqueles de conteúdo revolucionário, tem de partir de uma severa autocritica das ideias e das ações realizadas, na véspera, pela militância.

A experiência, dura e cheia de frustrações, obriga que se materialize, da parte das seções nacionais da Internacional, a estruturação das seções da IV Internacional de seus programas nacionais, como uma expressão marxista da luta pela solução dos problemas e da estratégia de cada uma delas, como parte integrante da finalidade da Internacional mundial. Não se deve esquecer que as seções nacionais da Internacional marxista-leninista-trotskista têm a obrigação de elaborar seus programas nacionais, e aperfeiçoá-los, partindo de sua experiência cotidiana.

A experiência nos ensina que a resistência em elaborar os programas dos diversos partidos trotskistas é o resultado da incipiência da militância, que lhes dificulta conhecer a fundo o marxismo.

Novamente, devemos assinalar que o Programa de Transição da IV Internacional, aprovado em setembro de 1938, expressa as leis mundiais do capitalismo, do movimento operário internacional. Essas leis se concretizam nos marcos das particularidades nacionais, o que nos obriga a revelá-las. Os programas nacionais devem se utilizar, se aplicar, em estreita relação com o Programa de Transição.

Uma das tarefas imprescindíveis é a atualização e ajuste dos programas internacional e nacional.

A militância de revolucionários profissionais

Até o Partido Operário Revolucionário, uma das organizações trotskistas de maior importância dos países capitalistas atrasados, não conseguiu, até hoje, se transformar em um partido de revolucionários profissionais, imprescindível para que

possa realizar, plenamente, as tarefas voltadas a materializar a revolução proletária, e projetá-la no plano internacional.

Pelo que sabemos, tampouco se colocou, no seio da IV Internacional, a materialização deste problema vital, para encontrar o caminho que conduz à sociedade comunista.

A verdade histórica diz que o partido marxista-leninista-trotskista tem de estar constituído, necessariamente, por revolucionários profissionais, para que possa cumprir devidamente sua tarefa de dirigente da revolução social. Somente neste caso, se pode dizer que o militante porista entrega sua vida à causa revolucionária.

O revolucionário profissional é aquele que se forma para orientar sua capacidade e seu conhecimento, voltados ao objetivo central de contribuir, por excelência, com o cumprimento das tarefas revolucionárias, partindo da potenciação do Partido Operário Revolucionário, isto é, da militância composta de membros devidamente formados.

É preciso destacar que nenhum militante é profissional por receber um soldo do partido, mas porque conseguiu se formar, devidamente, para poder desenvolver suas atividades partidárias, revolucionárias.

A luta revolucionária exige que os militantes, dirigentes ou de base, executem devidamente suas tarefas no



O trabalho partidário (intelectual e material) exige que o militante revolucionário esteja devidamente formado e treinado, tanto no trabalho manual e intelectual, com o cérebro, com as máquinas, as armas.

trabalho partidário e revolucionário. É preciso reforçar que o Partido de marxista-leninista-trotskista está constituído de profissionais que dominam a teoria marxista, além de que são investigadores dos problemas e da realidade, em todos os aspectos. É preciso acrescentar que também estão devidamente preparados para realizar, com eficácia, os trabalhos manuais, mecânicos, em todas as especialidades próprias da militância partidária e revolucionária.

O trabalho partidário (intelectual e material) exige que o militante revolucionário esteja devidamente formado e treinado, tanto no trabalho manual e intelectual, com o cérebro, com as máquinas, as armas.

O trabalho revolucionário é clandestino e legal

Na sociedade capitalista (expressão do imperialismo, dos capitalismos plenos e atrasados, das metrópoles opressoras e exploradoras, das colônias, etc.), o Partido Revolucionário tem de dar resposta no terreno dos fatos, dos problemas da luta de classes e daqueles que emergem da batalha pela sociedade sem explorados e exploradores, isto é, pela sociedade comunista. Isso supõe a luta do proletariado contra o capitalismo, que é a essência da luta de classes (fundamentalmente, a que se dá entre o proletariado e a burguesia). A burguesia conta com seu aparato estatal, com seus efetivos armados, policiais e militares, assentados na propriedade privada dos meios de produção. O proletariado conta com seu partido, com sua própria classe e,

mais amplamente, com o apoio das massas e nações oprimidas.

Em alguns países oprimidos e explorados pelo imperialismo, ainda que se mantenha a presença do pré-capitalismo, como é o caso boliviano, o proletariado, subjugado pelo capitalismo internacional e nacional, está obrigado a conquistar o apoio das massas e nações empobrecidas, para poder emancipar e libertar os seus aliados.

A classe operária, isto é, seu partido político, tem de constituir a aliança das classes oprimidas, com o objetivo de potenciar a luta contra a opressão burguesa. A luta anticapitalista tem de ser devidamente projetada e dirigida pelo partido da classe operária. Não se pode esquecer que somente a sociedade comunista - objetivo estratégico do proletariado - poderá acabar com a opressão e exploração das massas em geral.

É fácil compreender que parte da luta geral do Partido Operário Revolucionário, da propaganda de suas ideias, e às vezes de suas atividades cotidianas, tem de se desenvolver e se expor na clandestinidade, porque violam o ordenamento jurídico burguês, e ameaçam destruir o capitalismo. Grande parte das atividades partidárias do trotskismo tem, obrigatoriamente, de se desenvolver na mais severa clandestinidade.

No caso de torná-las públicas, se estaria contribuindo para que o partido e o movimento revolucionário das massas sofressem a repressão, não somente a legal, a policial, mas também aquela que destrói fisicamente a militância e o aparato partidário.

Isso exige que os militantes poristas sejam treinados, educados, a desenvolver de maneira satisfatória as atividades clandestinas. Isso supõe que continue aperfeiçoando o trabalho legal, público, da organização.

Permanentemente, o Partido revolucionário e sua militância devem estar devidamente capacitados para desenvolver com êxito, tanto o trabalho legal, público, quanto o clandestino.

Como o Partido Operário Revolucionário deve trabalhar? A organização do Partido e a formação da militância devem responder à necessidade de materializar, com êxito, tanto o trabalho legal, como o subversivo.

A militância porista tem de estar devidamente formada e treinada, tanto para realizar o trabalho legal, público, diante do ordenamento jurídico do país, como o clandestino, contrário às leis, realizado às escondidas, sem deixar sinais, nem documentos. Tudo isso explica porque os militantes poristas estão devidamente treinados para usar pseudônimos e para aprender a não deixar nenhuma marca em seus trabalhos clandestinos.

Os documentos do trabalho clandestino têm de ser, cuidadosamente, escondidos, e não chegar ao conhecimento das autoridades policiais, e mesmo da opinião pública, mas têm de ser entregues à história do Partido, e de sua luta pela destruição da ordem social burguesa e da construção da sociedade comunista.

Não se deve esquecer que é prejudicial para o movimento revolucionário, para a história do país e para o fortalecimento da luta pela sociedade comunista, que desapareça a verdadeira história do Partido Operário Revolucionário, que constitui a alavanca capaz de impulsionar a luta pela sociedade comunista, sobretudo, nesta etapa da crise profunda do capitalismo agonizante.

Agiganta-se a ameaça da barbárie

A atual crise do capitalismo mundial não é acompanhada

Homenagem a Guillermo Lora

pelo despertar do proletariado, cuja radicalização política poderia abrir o caminho para a revolução social. Isto é, agora, quando cai em pedaços o capitalismo, deveria abrir-se o caminho à sociedade comunista.

Diante da crise mundial da sociedade burguesa, nenhum setor social espera que se abra a perspectiva da sociedade sem classes sociais. Então, o que se espera? O homem da rua responderá: não acredito que a sociedade atual sofra modificação alguma. A burguesia continuará comandando as massas, condenadas ao agravamento descomunal de sua miséria.

Não nos enganemos. A potenciação das características catastróficas da atual crise demonstra que a sociedade burguesa foi empurrada, plenamente, à barbárie. O operário, o ser humano, acabará transformando em peça sem cérebro, convertido em um monte de músculos, manejados discricionariamente, e de longe por meio da máquina automática.

A sociedade bárbara terá a finalidade de produzir e produzir, em cujo seio os operários se alimentarão miseravelmente, e acabarão se arrebatando como consequência do trabalho feroz e da alimentação limitadíssima.

Onde está o Partido revolucionário, expressão da luta para conquistar a sociedade sem explorados e exploradores, sem oprimidos, nem opressores? Novamente, comprovamos que a sociedade capitalista em decomposição, quando fecha todas as possibilidades de se orientar para uma sociedade sem explorados, nem exploradores, isto é, para se alcançar o socialismo, caminha com firmeza à barbárie, em que o ser humano é transformado em uma máquina a mais.

Voltamos a reforçar que – uma situação em que exige que a sociedade se lance à luta radical para conseguir se transformar, de maneira que rompa a marcha da barbárie, e que esta seja substituída pela luta revolucionária, voltada a sepultar o capitalismo apodrecido, que já está à porta da barbárie – é preciso transformar o capitalismo em sociedade comunista. A consigna da luta neste momento diz: a revolução já, para evitar que a sociedade burguesa acabe pulverizada em meio à barbárie, que transformará o ser humano em uma máquina a mais e sem cérebro.

E o Partido revolucionário? No plano internacional, encontramos a IV Internacional, armada com seu programa, como artilharia pesada.

Nos países em que se considera sabedoria o fato do partido não ter programa nacional, se está condenado a concluir como um bando de imbecis.

Neste plano, não resta, na Bolívia, senão a esperança de que a IV Internacional lembre ao seu Partido, que recorra a seu Programa para o País, e, dessa maneira, armado, se lance a dirigir as massas exploradas e oprimidas para a revolução social.

Recordemos que, em 1971, o Partido Operário Revolucionário chegou às portas da ditadura do proletariado, por meio da Assembleia Popular. A esta altura dos acontecimentos, é preciso que a direção revolucionária dirija os explorados e oprimidos até a revolução social, e transforme a Assembleia Popular do passado em ditadura do proletariado, abrindo, assim, o caminho até a sociedade comunista.

Outubro de 2008

(Extraído de *Obras Completas, Guillermo Lora, tomo LXX, 2008, Ediciones Masas*)

Bolívia

Recordando Guillermo Lora, 11 anos de seu falecimento

Manuela

Eram 6:44 da manhã de 17 de maio de 2009, quando Guillermo Lora, esse lampejo do pensamento humano, que havia iluminado a luta do proletariado boliviano, se foi por entre os nossos dedos, como o fluir das águas transparentes de um riacho.

“Há pessoas que justificam a vida, cuja própria existência ajuda a viver”, disse Camus, é a equação perfeita da relação de Guillermo com aqueles que puderam conhecê-lo. Sua própria existência permitiu que a maioria dos seus camaradas fosse tocado pela verdade, o que nos permitiu compreender o que significa o valor das vidas que têm como norte lutar para romper as correntes da opressão e da desigualdade.

Guillermo, que esteve entre nós, que participou de nossa vida cotidiana, este extraordinário personagem que, com a sua maneira simples de ensinar, demonstrava o seu profundo conhecimento da matéria que tratava, procurou convencer seus camaradas com a profunda convicção de que é possível transformar o mundo, que é possível acabar com a exploração e a barbárie, que é possível que o homem seja livre. Esse foi Guillermo, que conhecemos, com quem conversávamos diariamente, e tivemos a sorte de que suas ideias chegaram até nós. Guillermo lutou e viveu com uma ideia fixa: fazer a revolução, ou seja, trabalhar para que a sociedade passasse “do reino da necessidade para o reino da liberdade”.

Guillermo alcançou muitas metas em sua vida que, em princípio, pareciam impossíveis, desde formar uma colossal biblioteca, reeditar inúmeros escritos dos clássicos do marxismo, obras escritas por ele próprio, o jornal “Masas”, editado com tanta pontualidade e determinação, uma inumerável quantidade de publicações, como “Documentos” “Colmena”, “Muela del Diablo”, “Hojas de mi archivo”, e uma série de outros escritos com diferentes pseudônimos: Alberto Sáenz, Pilar, Donato Torrico, Patricio, etc. Reuniu todo o seu trabalho em suas Obras Completas, compendiadas em 70 tomos (e cada dia se constata que ainda há muito mais que não está incluído). Para isso, contava com escassos recursos, no começo com máquinas de escrever emprestadas, com as máquinas de imprimir mais antigas e difíceis de operar. Atitude revolucionária voltada à tarefa de se formar e construir o Partido, que estivesse à altura



Guillermo foi o protagonista da grande discussão com todas as correntes do pensamento político boliviano, como estalinistas, nacionalistas, foquistas, etc., hoje todos enterrados e esquecidos. Somente o POR se manteve em pé, e o seu grande ideólogo é o farol que ilumina o caminho para chegar até a vitória.

de transformar essa sociedade, e não seriam esses obstáculos que iriam detê-lo.

Guillermo estudou e analisou a estrutura social boliviana, as particularidades de suas classes e, munido deste conhecimento, projetou-se na Bolívia e no mundo, no primeiro documento sindical: As Teses de Pulacayo, redigida em sua jovem época de revolucionário. As Teses são uma criação teórica, é o marxismo, o trotskismo aplicado à realidade boliviana, que, pela primeira vez, coloca que a Bolívia está madura para a revolução, e que o proletariado é direção do processo. Guillermo, no prólogo à edição de 2005, escreveu: *“A importância das ‘Teses de Pulacayo’ consiste em que mostra o processo de transformação da luta instintiva da classe operária boliviana, particularmente a mineira, em consciência, em política, que põe em evidência as leis de seu desenvolvimento”*... *“A discussão foi resolvida quando, graças às ‘TESES DE PULACAYO’, o proletariado boliviano (numericamente pequeno e culturalmente atrasado) se colocou politicamente na vanguarda de seus iguais do continente americano, pois, conseguiu se transformar na coluna vertebral das assembleias populares dos anos setenta”*.

Nos últimos anos, publicou pequenos cadernos, em alguns deles retrata-

va o MAS e Evo Morales, e dizia: *“O Movimento ao Socialismo (MAS) veio ao mundo com o rótulo de ‘partido camponês’ e, agora, é dirigido por uma camailha de pequenos burgueses corruptos”*... *“O MAS não é um partido político verdadeiro, carece de programa e de uma ideologia coerente. Não conseguiu revelar a essência do que é o campesinato, ou seja, as consequências da pequena propriedade privada da terra, dos animais e instrumentos de trabalho, em relação à grande propriedade da burguesia”*.

Guillermo foi o protagonista da grande discussão com todas as correntes do pensamento político boliviano, como estalinistas, nacionalistas, foquistas, etc., hoje todos enterrados e esquecidos. Somente o POR se manteve em pé, e o seu grande ideólogo é o farol que ilumina o caminho para chegar até a vitória.

Em sua justificativa do motivo da publicação de suas Obras Completas, Guillermo disse:

“Para o marxismo-leninismo-trotskismo – e o porista o é – a política é uma luta irreconciliável, ou melhor, uma guerra entre o proletariado e a burguesia, que se concretiza na criação teórica, programática,

que em sua essência comporta a revelação das leis de desenvolvimento e transformação da sociedade, que é a essência das ciências sociais, enfim, do materialismo histórico. Em síntese, é por isso que o bolchevique, o revolucionário profissional, se transforma em instrumento consciente das leis da história”.

Em uma tarde de maio, já em suas últimas horas, quando já não tinha forças para falar, quando já não tinha forças para olhar, ele apontou para um beija-flor que voava e balbuciou que a vida é linda. Sim, foi bela essa vida, em que passou convencido de que somente a classe operária poderia evitar que esta sociedade caia na barbárie e colocou todo o seu esforço no empenho de superá-la, desde as suas famosas Teses de Pula-cayo, passando pelas teses da COB do IV Congresso, vemos o seu pensamento forte, inflexível. Muitas vezes, esta produção intelectual estará em alguma estante de livros, talvez empoeirada e esquecida, mas as suas ideias sempre reviverão nas

lutas que protagonizarão os explorados da Bolívia.

Guillermo, ao expirar, deixou selada a fogo esta mestiça Bolívia. Vive porque está e estará vigente, enquanto não se instaure o governo operário-camponês. A este respeito repetia: “Tudo o que faz o revolucionário profissional está destinado a contribuir com a materialização deste objetivo estratégico, que é a justificativa de sua existência e de suas atividades”.

Recordar e falar de Guillermo é um tema inesgotável e é um grande exemplo de vida; este foi Guillermo, um homem decidido, íntegro, sem nenhum tipo de pose, que viveu como pensava.

Honra e glória ao camarada Guillermo!

(Extraído do Jornal Massas Extra, 18 de maio de 2020, órgão do Partido Operário Revolucionário)



**Partido Obrero
Revolucionario**
Sección boliviana del CERCI

Bolívia

O extremo atraso da Bolívia e a pandemia do Coronavírus

A Bolívia é um país atrasado, parte da economia capitalista mundial. O nosso atraso é gigantesco, e a burguesia nativa é definitivamente incapaz de atender às necessidades mais elementares das massas oprimidas que, para sobreviver, agonizam no trabalho informal como autônomos.

Os governos burgueses são quadrilhas de politiqueiros corruptos. Para eles, a administração do Estado é uma oportunidade para enriquecerem, à custa dos escassos recursos públicos.

Por isso, já não nos surpreende as denúncias de negociações e abusos de poder por parte dos funcionários do atual governo, em meio ao sofrimento de quem, confinados pela pandemia do COVID-19, se veem privados de procurar os recursos mínimos para sobreviver.

A quarentena se tornou insuportável para os setores populares. As pessoas começam a vencer o medo do contágio pela necessidade de sair para trabalhar, rompendo a quarentena, sem que o governo possa contê-las.

A consequência será o incremento da taxa de contágio, diante da débil capacidade do sistema sanitário, eternamente relegado por todos os governos.

O que recai sobre os trabalhadores não é apenas a enfermidade, mas também o agravamento do desemprego, miséria e fome.

Assim como a Bolívia é parte do capitalismo mundial, é expressão de sua acelerada desintegração, que se passa em

nível mundial. O que não pode ser resolvido pelos governos da burguesia, nem pelo imperialismo.

Se os trabalhadores, aqui e no mundo inteiro, não são capazes de compreender a gravidade da crise que ameaça arrastar o mundo à barbárie, seremos atropelados por ela, e cúmplices por omissão diante de nossa própria desgraça, e mesmo da humanidade.

Não há possibilidade de compromissos com os exploradores nativos, lacaios do imperialismo, que explora e oprime os povos.

Esta sociedade apodrecida já não pode ser tolerada por aqueles que suportam toda a sua desgraça. É preciso sepultá-la, destruindo-a desde sua base, que é a propriedade privada sobre os grandes meios de produção.

Chegou a hora de materializar a necessidade histórica de implantar a nova sociedade, na qual os meios de produção sejam propriedade social. Tarefa que cabe à classe operária, como dirigente da maioria oprimida, politicamente organizada em seu partido, o POR, em sua condição de classe que não tem nenhum tipo de propriedade dos meios de produção, o que a torna instintivamente socialista.

Com o POR ao socialismo

(Extraído do Jornal Massas Extra, 18 de maio de 2020, órgão do Partido Operário Revolucionário)

Argentina

O coronavírus piorou ainda mais as condições de vida e trabalho da maioria

As direções sindicais continuam ausentes

Todos os dias, somos informados sobre a evolução das curvas de contágio e a lista de mortos, aqui e em todo o mundo. No entanto, pouco ou nada se informa sobre outras curvas, que são muito mais preocupantes.

A curva do desemprego, do subemprego crescente, em meio à pandemia. Se antes do vírus, sofríamos as consequências da recessão da economia e dos ajustes feitos, com esta nova situação, isso se agravou ainda mais. A queda da produção e das vendas é histórica. Apesar da proibição de demissões, dezenas de milhares de trabalhadores perderam seus empregos, nos últimos meses. E continuam fechando postos de trabalho.

É preocupante também a curva dos preços, da inflação crescente, especialmente dos alimentos e dos produtos de higiene e saúde. Por essa via, também continuam destruindo nossos ganhos.

E também a curva descendente dos nossos salários. A CGT, que atua como gerente de pessoal das empresas, aceitou, em nome dos trabalhadores, uma redução dos salários daqueles que não estavam trabalhando, com o pretexto de que, dessa forma, se preservariam os empregos e se garantiria um mínimo. Um mínimo insuficiente para comprar a cesta básica, mas um mínimo em relação ao mínimo que ganhávamos, e que já não cobria as necessidades.

A redução salarial não atinge somente os trabalhadores que não estão trabalhando, mas também os trabalhadores da saúde, por exemplo, sob o pretexto de que as empresas têm menos ganhos, porque deixaram de atender seus clientes, para reservar leitos para pacientes do coronavírus.

Além disso, os trabalhadores que permanecem empregados são apresentados como “privilegiados”, só pelo fato de ter um salário, contribuição para a Previdência, convênio médico e algum ganho no final do mês. Certamente, têm uma situação destacada a respeito da maioria dos oprimidos, que não têm a garantia de nenhum ganho, nem plano de saúde, nem perspectiva de se aposentar algum dia. Mas, somente uma minoria de trabalhadores registrados recebem um salário suficiente para cobrir suas necessidades básicas. A grande maioria dos trabalhadores vive na pobreza, porque não alcança sequer o necessário para cobrir os gastos mínimos e indispensáveis.

O confinamento e isolamento social puseram em evidência o grau de precariedade da existência da maioria, e até que ponto chegou a informalidade. A etapa atual de contágios afeta os mais pobres entre os pobres, nas vilas e bairros, onde muitas as pessoas compartilham uma moradia, ou um banheiro, onde não há água potável. É impossível manter o isolamento nessa situação, por isso o vírus se alastra tão rapidamente. Além disso, as “ajudas” do Estado chegam tarde e mal, quando chegam. Os turistas, que chegavam do exterior, foram isolados em bons hotéis; os moradores dos bairros foram deixados nas suas próprias casas, onde é mais provável que o vírus continue se propagando.

O vírus pôs em evidência a miséria criminosa dos empresários, vinculados à saúde, que não garantiram as condições mínimas nas clínicas e centros geriátricos, expondo os pacientes e trabalhadores, sem os mínimos cuidados. E também as empresas, que não

garantiram as condições de higiene e segurança.

É uma demonstração de que a saúde pública tampouco pode ficar em mãos das empresas e dos governos. São os trabalhadores que têm de impor como se trabalha e como garantir o transporte. São os trabalhadores que devem cuidar dos trabalhadores que estão em situação de risco, para que não se lhes obrigue a trabalhar, nem os demitam, nem rebaixem seus salários.

O governo parece ter descoberto que boa parte dos trabalhadores e aposentados não têm conta bancária, que a maioria recebe seus salários, total ou parcialmente, na informalidade, e que uma enorme massa de trabalhadores vive de bicos. O governo improvisa e comete erros, por não conhecer a realidade profunda como vivem as massas, gerando maior descontentamento nesses setores que recebem promessas que não são cumpridas. Esta situação é insuportável.

As organizações sociais realizam um trabalho de contenção dos trabalhadores, militando nos restaurantes populares, realizando tarefas que o Estado abandonou, ou nunca se preocupou em realizar. Há muito tempo, estas organizações se “institucionalizaram” para amortecer o ódio popular.

Da mesma forma que devemos recuperar os sindicatos para lutar pelas nossas reivindicações, para lutar por salário e contra as demissões, também devemos restituir às organizações sociais o conteúdo de luta que as caracterizou no passado.

Devemos impor, imediatamente, um plano de obras públicas, que construam 500 mil moradias por ano, hospitais e escolas que fazem tanta falta. Um plano baseado numa grande empresa nacional de construções, utilizando todas as instalações e maquinário das empresas quebradas ou inabilitadas pelos escândalos de corrupção. Um plano ferroviário, para produzir as locomotivas, vagões, estradas de ferro e tudo o que se precisar para reconstruir toda a rede. A partir do Estado, sob controle operário coletivo.

A grande batalha é impor o trabalho a todos, acabar com toda forma de precarização e informalidade, acabar com o trabalho parcial ou totalmente informal. Todo o trabalho deve ser distribuído entre todos os trabalhadores, que ninguém fique sem emprego. Só poderemos impor isto mediante a luta generalizada dos trabalhadores, empregados e desempregados, dos sindicatos e movimentos, que no passado se reivindicaram como piqueteiros. Devemos pôr um ponto final ao retrocesso, e nos reerguer como classe. A burguesia utiliza a pandemia para achatar brutalmente nossas condições de vida e trabalho.

Os trabalhadores, isoladamente, procuram as ruas para resistir, fazer ouvir suas reivindicações, para impedir demissões e fechamento de empresas, para receber os salários. Não há outra forma de defender os direitos esmagados pelos patrões. A burocracia não apenas vira as costas para a luta, isolando-as, mas as denuncia à repressão. É hora de avançar e levantar o movimento de luta desde as bases, coordenando-o, formando comitês, preparando as melhores condições para constituir uma direção que esteja à altura das lutas que virão.

(Extraído do Jornal Massas, nº 370, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Novos protestos no Chile

A luta de classes força passagem



Em 11 de maio, retomaram-se as atividades econômicas e comerciais no Chile. Os assalariados que continuaram a trabalhar, e aqueles que foram empurrados à redução da jornada de trabalho e salários, acham-se, agora, perante condições salariais e trabalhistas pioradas. O desemprego espalhou-se pelos cordões mais miseráveis das grandes cidades e do campo. A miséria e a fome correm soltas.

Dia após dia, a imprensa burguesa e o governo contabilizam infectados e mortos. A campanha visava a impor a paralisia dos explorados, por meio do terrorismo ideológico. A cartilha do governo Piñera repetia as mesmas receitas propagandísticas que unificam a burguesia imperialista e a semicolonial. E tinham por função anestesiar as massas, impedindo-as de compreender o real conteúdo do “programa emergencial” burguês, e responder à destruição de suas condições de vida e trabalho.

No entanto, assim como as leis econômicas do capitalismo em desagregação impulsionam a ruptura da política de isolamento social, a luta de classes, necessariamente, abre caminho em meio à paralisia, e obriga as massas a darem saltos organizativos e políticos para defenderem suas vidas. Eis como, sob as novas condições, ressurgem as tendências de luta, que impulsionaram o levante operário e popular de outubro de 2019, que tinha sido,

conjunturalmente, desviado pelas manobras democratizantes burguesas (processo Constitucional), traições das direções sindicais e, em seguida, pela pandemia.

É o que se verificou na comuna La Pintana, no sul da capital, Santiago, que, desde 12 de maio, foi tomada por bloqueios de rua, exigindo “trabalho, comida e atenção médica”. Em 18 de maio, somou-se aos protestos, a comuna El Bosque. Assalariados do comércio e da saúde, assim como operários das minas de cobre da empresa Guanaco (Antofagasta), retomam, com diferentes ritmos, os protestos em defesa de seus direitos, empregos e salários. O descontentamento, tudo indica, tende a crescer.

Comprova-se, agora, o quanto as direções sindicais e as correntes políticas, que se negaram, no 1º de Maio, a convocar atos e protestos de rua, jogaram a favor dos interesses da burguesia, de paralisar a atividade política das massas, impedindo-as de dar impulso às lutas defensivas diante das contrarreformas e dos planos emergenciais das burguesias.

As massas oprimidas, instintivamente, procuram o caminho da luta coletiva, da ação direta e da unidade nas ruas para enfrentar os ataques, e exigir que se atendam suas reivindicações emergenciais, que as protejam da fome, do desemprego e das trágicas consequências da pandemia. Assim, assinalam qual é a via para retomar os protestos e abrir passagem à luta de classes contra as medidas antioperárias e antipopulares da burguesia.

A vanguarda está obrigada a servir de canal de organização e unidade dessas tendências, transformá-las em política consciente, trabalhando pela democracia operária das assembleias e pelos comitês de defesa da vida das massas. Um passo que se dê nesse sentido se choca com o governo burguês, e permite à vanguarda explicar e defender o programa de expropriação da burguesia e da constituição do governo operário e camponês.

Nova ofensiva dos EUA na guerra comercial

Avança a crise mundial

Sob o quadro estarrecedor de dezenas de milhares de mortes, e mais de 1,5 milhão de infectados pelo Covid-19, surgem dados que mostram a desagregação da economia dos EUA.

Em 60 dias, o PIB norte-americano retrocedeu ao nível de 2014 – segundo a Reserva Federal (Fed) poderá retroceder entre 20% e 30%, até fins de 2020. Grandes empresas sobrevivem de subsídios estatais, ou se acham semiparalisadas. Parte dos Bancos acumula créditos insolventes. As indústrias do transporte, turismo e espetáculos beiram à falência. Milhares de pequenas indústrias e comércios estão em quebra. Milhões de norte-americanos são incapazes de pagar suas dívidas. O consumo retraiu 9,5%, crescem as filas de pessoas pedindo comida, e passou-se, do “quase pleno emprego” (3% de desocupação), ao recorde histórico 32% de desemprego, muito acima dos 25% da Grande Depressão (1929). Segundo a Oficina de Investigação Econômica (NBER), perdem-se 10 empregos a cada 3 novos criados, e 42% dos empregos perdidos não se recuperam.

A crise de superprodução, que ganhou projeção em 2008 e não foi revertida, ao se potencializar em meio à paralisia causada pela pandemia, impulsionou nos Estados Unidos a destruição física de valores, capitais e bilhões de horas de trabalho – inutilizadas da noite para o dia. Eis como se manifesta em sua forma mais concreta e brutal a face da barbárie capitalista na maior potência imperialista.

EUA retrocede, China avança

No passado, o avanço à restauração capitalista na China serviu de respiradouro à crise de superprodução. Permitiu desaguar enormes quantias de capital-dinheiro acumulado nas potências em investimentos produtivos. O baixo preço da força de trabalho chinesa favoreceu os capitalistas. A política restauracionista da ditadura burocrática permitiu obter elevadas taxas de lucro, represando a revolta operária.

Durante esse período (1979-2004), as relações sino-estadunidenses foram caracterizadas como “parceria estratégica”. Mas, o

deslocamento maciço de capitais à China se veria acompanhado de uma crescente tendência à regressão industrial dos Estados Unidos. Assim, enquanto a China alavancou o desenvolvimento interno de suas forças produtivas, os EUA começaram a retroceder.

É o que se verifica, por exemplo, na crescente diferenciação entre ambos os países, no que diz respeito às exportações e importações. Já em 2003, o comércio bilateral favorecia três vezes mais aos chineses: US\$ 92,5 em exportações, contra US\$ 33,8 bilhões em importações – um “excedente” de cerca de US\$ 59 bilhões (mais de 25% em um ano). Isso lhe permitiu armazenar enormes reservas: mais de US\$ 500 bilhões, montante superior aos investimentos estrangeiros da última década. Isto, enquanto os EUA acumulavam um desequilíbrio descomunal: US\$ 276 bilhões, em 2017; US\$ 323 bilhões, em 2018.

No mercado mundial, essas relações bilaterais se manifestam como contínuo retrocesso dos EUA – que passou de 40%, em 1950, para 20%, em 2018 – e firme avanço da China – passou de 12% para 40%. Eis por que o expansionismo econômico chinês, ao romper naturalmente os limites das fronteiras nacionais, e se espalhar por todo o mundo, começou a colidir com o imperialismo norte-americano, rivalizando na luta pelos mercados e fontes de riquezas naturais.

Guerra comercial em todas as frentes

A reversão dessa relação esteve na base do programa que elevou Trump à presidência dos EUA. Desde que assumiu o comando do Estado, orientou-se a impor o “unilateralismo” nas relações mundiais – “*Estados Unidos, em primeiro lugar*”. O que se traduz em atravancar exportações e bloquear investimentos chineses; especialmente em áreas chaves de desenvolvimento de tecnologia de ponta, objetivando impedir que a China aceda a processos produtivos e recursos tecnológicos, que possam potenciar suas capacidades concorrenciais, tanto na esfera econômica quanto militar.

É parte da política ofensiva, os EUA acusarem, agora, a China, de ocultar informação, sabotar a OMS, e impedir os países de se prepararem para a pandemia. Trump cogita inclusive “*romper todos os acordos*”, se o governo chinês não entregar ao governo estadunidense “*informes completos*” sobre o surgimento do coronavírus. Não por acaso, foi apresentado ao Congresso dos EUA um pacote de leis que autoriza “*ao presidente tomar medidas apropriadas contra o governo chinês*”. As medidas incluiriam bloqueio de investimentos, restrição a empréstimos, e proibição às empresas de atuarem nas Bolsas de Valores, ficando vigentes, até a China cooperar “*total e completamente com as investigações*”.

A “presunção de culpabilidade” contra China objetiva acusá-la de “operar”, para blindar sua economia e, assim, favorecer sua expansão comercial, no momento em que os EUA enfrentavam as trágicas consequências do coronavírus. De forma que havendo ou não provas da “responsabilidade” chinesa, e aceitando ou não o governo chinês em apresentá-las, o que interessa ao imperialismo é a ficção legal para preparar as condições diplomáticas para dar um salto na guerra comercial.

“Inimigos estratégicos”

Tal é a caracterização de Trump sobre as atuais relações entre os EUA e a China. Se bem que, até 2004, China era considerada uma “parceira insubstituível”, e a concorrência comercial ajustava-se aos métodos da “cooperação bilateral”, desde 2008, a estratégia passou ser a de romper progressivamente essa “parceria”, e bloquear o fluxo de capitais e bens que sirvam ao fortalecimento

da economia chinesa.

Um exemplo do avanço dessa virada manifesta-se no rápido retrocesso dos investimentos dos EUA na China, que caíram para US\$ 600 milhões, em 2020. Houve uma poderosa pressão do Conselho Federal de Investimentos para Aposentadoria (FRTIB) sobre fundos de pensões, para impedir que continuasse investindo na China. O mesmo se verifica com as manobras diplomáticas e militares, visando a atingir a dependência crescente da China das importações de matérias-primas energéticas.

A “presunção de culpabilidade” contra China objetiva acusá-la de “operar”, para blindar sua economia e, assim, favorecer sua expansão comercial, no momento em que os EUA enfrentavam as trágicas consequências do coronavírus.

Não por acaso, o intervencionismo econômico e militar dos EUA se focaliza sobre as regiões nas quais a China procura suprir essas necessidades (Venezuela, Irã, África, etc.). Eis por que as medidas econômicas e diplomáticas, as operações de inteligência e as campanhas de imprensa, para culpar a China pela pandemia, objetivam preparar as condições de uma nova e mais ampla ofensiva contra esse país, em todas as frentes. Ofensiva que tem obrigado a China a se pronunciar nos organismos “multilaterais”, visando a se preparar para quando a guerra comercial vir a desembocar em conflitos militares, mais ou menos abertos.

Contradições internas e externas

Não há como reverter o quadro de desagregação da economia norte-americana dentro das fronteiras nacionais. A tentativa de proteger seus monopólios, fechando a economia interna à concorrência de mercadorias mais baratas (aumentando as barreiras alfandegárias), e reduzindo o preço da força de trabalho, com a destruição de direitos trabalhistas das massas estadunidenses, agrava ainda mais a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. As tendências recessivas, impulsionadas pela superprodução mundial, estão na base da desintegração da economia da maior potência. O que é incompatível com maciços investimentos produtivos, que permitam que a mais elevada taxa de exploração seja concretizada, reduzindo extraordinariamente o custo de produção.

A interdependência da divisão do mercado mundial impede resolver suas profundas contradições, sem recorrer a uma ofensiva mundial para garantir a seus monopólios e ao capital financeiro um controle mais absoluto dos recursos naturais e das cadeias produtivas mundiais. A guerra comercial é a via que se apresenta. Eis por que não depende exclusivamente da política de Trump.

Tendências fundamentais

A pandemia tão-somente aprofundou e dinamizou a crise econômica mundial. Trata-se da manifestação da anarquia da produção social, que decorre da grande propriedade privada monopolista, do gigantismo do parasitismo financeiro e da guerra comercial.

Por serem os Estados Unidos a mais elevada expressão dessas contradições, e do grau mais elevado de sua interdependência mundial, concentra em mais elevado grau também as tendências de resolvê-las acelerando e acirrando a luta pelo controle das fon-

tes de matérias-primas e territórios.

De fato, os conflitos bélicos internacionalizados concentram-se nas regiões em que se verifica o curso mais acirrado da guerra comercial (Síria, Venezuela, Irã, etc.), e demonstram o quanto a desagregação na maior potência imperialista carrega em seu ventre as ameaças de invasões militares, novas guerras civis fratricidas, e a mais brutal opressão sobre as nações e massas semicoloniais.

Eis por que a atual conjuntura tem levado a contínuas comparações entre a nova fase da crise e a que precedeu à Segunda Guerra Mundial. Evidentemente, não se trata de “profetizar” novos conflitos bélicos mundiais, que dependem das complexas combinações dos fatores econômicos, políticos, históricos, mas de assinalar o curso da crise mundial, que se converte em destruição de forças produtivas. É importante acompanhar as tendências dominantes e as leis políticas que impulsionam o capitalismo norte-americano a resolver suas contradições pela via da força e impulso à barbárie social, em larga escala.

Superar a crise de direção

A barbárie social – que se manifesta como aumento da fome e miséria, destruição de empregos, violência social e política, recrudescimento da opressão nacional e das tendências bélicas – obriga o proletariado a resistir e a procurar uma via de solução revolucionária; ou será empurrado a uma situação de barbárie, como a

vivida nas duas grandes guerras mundiais. Não se pode desconhecer a possibilidade o imperialismo recorrer ao renascimento do fascismo.

Agora que a crise sanitária expõe abertamente essa desagregação, e que a retomada das atividades colocará os explorados diante das traições de suas direções sindicais e políticas, é o momento da vanguarda que se reivindica do socialismo, guiada pelo programa da revolução e ditadura proletárias, travar a batalha pelas reivindicações emergenciais, erguer a democracia proletária e avançar na unificação das lutas, sob um mesmo programa e método de ação, em estreita ligação com a tarefa histórica de expropriar os capitalistas e derrotar o imperialismo.

A situação exige que a vanguarda proletária dê um salto na organização independente dos explorados, formando o partido marxista-leninista-trotskista em cada país, e confluindo como parte do objetivo de reconstruir seu Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. É aplicando seus métodos e táticas às particularidades nacionais que se avançará na superação da crise de direção, e se materializará a luta revolucionária do proletariado pelo poder do Estado. Não se pode criar qualquer obstáculo nesse sentido. Ao contrário, a vanguarda com consciência de classe deve identificar os obstáculos que a desviam o caminho da luta pela superação da crise de direção mundial.

Sob ameaças dos EUA, Azevedo renuncia à OMC

Em abril, o diretor da Organização Mundial do Comércio (OMS), Roberto Azevedo, tornou público o prognóstico de que o comércio mundial despencaria entre 13% e 32%, até o fim de 2020, em consequência da quarentena. E esperava que se produzisse uma *“reação rápida e vigorosa da economia”*. O que dependia das respostas dos países à pandemia e da retomada da *“normalização”* do comércio. Ou seja: de *“uma política fiscal e monetária”* consensuada, e de *“manter os mercados abertos e previsíveis”*. Ou seja, dependia da convergência *“multilateral”* dos governos para enfrentar a crise com uma estratégia comum.

A recomendação do chefe da OMC foi água abaixo. Os estragos causados pela combinação da crise econômica e sanitária impulsionaram a desagregação norte-americana, enquanto a China saía da política de confinamento social em melhores condições econômicas. O que se refletiria no fortalecimento do expansionismo comercial chinês, em detrimento dos Estados Unidos.

O imperialismo norte-americano acirrou sua ofensiva, para impedir esse desfecho. Com pressões diplomáticas e boicotes econômicos, passou a exigir da OMC que se submetesse à sua campanha *“anti-China”*. Trump ameaçou romper com a OMC e desestabilizá-la financeiramente, caso Azevedo não abandonasse sua retórica imparcial e servisse, abertamente, à guerra comercial contra a China.

Japão, União Europeia, países dos Balcãs (Hungria, República Tcheca, Eslovênia, etc.), Austrália, Taiwan e Vietnã, dentre outros países, somaram-se à campanha e ameaçaram retirar seus fundos, se não se aplicassem *“reformas”* e novas *“regras comerciais”*, para enfrentar uma *“China mais forte”*. Não por acaso, também se alinha com os Estados Unidos uma frente, que vem exigindo que a Organização Mundial da Saúde (OMS) condene a China pela pandemia do Covid-19. Trump recorre ao mesmo expediente: ameaça abandoná-la, se não se efetivar a renúncia de seu diretor, Tedros

Adhanom Ghebreyesus, que é acusado de ser uma *“marionete da China”*, e conivente em *“ocultar a pandemia”*.

Finalmente, Azevedo demonstrou-se incapaz de traduzir as pressões recebidas em declarações e medidas políticas efetivas contra a China. E, assim, foi afastado do comando administrativo da OMC, renunciando em 14 de maio. Nesse mesmo momento, agravam-se as pressões para que Ghebreyesus deixe o cargo da OMS.

O *“realinhamento”* e *“reestruturação”* da OMC e da OMS aos EUA orienta-se a um mesmo objetivo: desmontar o que ainda resta do *“multilateralismo”* e impor o *“unilateralismo”* norte-americano em todas as esferas das relações políticas mundiais. As imposições ditatoriais dos EUA espelham a incapacidade de as potências resolverem pacificamente as violentas contradições mundiais.

As massas oprimidas, que vinham sofrendo a ofensiva e ataques de suas burguesias e governos, se acham, agora, diante do agravamento da guerra comercial, que acabam sendo descarregada sobre os países semicoloniais, de economias mais débeis. Nota-se que o esgotamento da ordem montada após a Segunda Guerra Mundial expressa o choque entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações capitalistas de produção. Nas condições de retomada da decomposição do capitalismo, o imperialismo se torna mais ofensivo contra a vida das massas e dos povos oprimidos. Evidencia a necessidade do proletariado, de se erguer na luta anti-imperialista. O programa da revolução proletária tem sem sua base a expropriação do grande capital. É com esse fundamento que o proletariado e sua vanguarda respondem à decomposição do capitalismo e à bárbara guerra comercial. A constituição da frente única anti-imperialista comparece como urgente necessidade. A defesa das mais elementares reivindicações depende dos explorados se unirem na frente anti-imperialista, e marcharem sob a estratégia da revolução proletária.

Alemanha e Europa:

O capitalismo não tem como proteger a vida da maioria oprimida

A pandemia do Covid-19 teve, no final de fevereiro de 2020, seu centro na Europa. Países capitalistas desenvolvidos, imperialistas, evidenciaram sua incapacidade em responder à propagação da doença e ao elevado número de mortes. O desenvolvimento capitalista leva, sempre, a uma maior concentração de riqueza, num polo, e expansão da miséria, no outro. Assim, sobre populações empobrecidas das potências, ampliadas pela imigração proveniente da África e Oriente Médio (a onda massiva de contágio seguiu a trilha das migrações: Itália, França, Espanha e Inglaterra), teceu-se um manto social fértil para que o Covid-19 contaminasse centenas de milhares, com dezenas de milhares de mortos em cada um desses países. Evidenciou-se, também, que os sistemas de saúde, precarizados e parcialmente privatizados, se mostraram incapazes de dar atendimento adequado ao grande fluxo de doentes, principalmente, idosos.

Chamou a atenção o fato de a Alemanha ter conseguido limitar a ação do Covid-19, tanto nos casos de contágio quanto de mortos. O governo alemão e sua primeira ministra vêm sendo elogiados pela mídia burguesa e parte da esquerda reformista, devido à sua “eficiência” em conter a pandemia, em comparação à maior parte dos demais países europeus, e por ter um sistema de saúde público mais eficiente. Ao ponto de o país entrar na fase descendente da contaminação com leitos de UTI sobrando. Essa “gordura” do sistema de saúde, no entanto, se explica muito mais por conta das condições econômicas do país, que de uma política governamental apropriada à proteção da vida dos explorados.

Antes de mais nada, é preciso lembrar que a Alemanha, ao longo dos anos, tem restringido a imigração africana e do Oriente Médio. Compare-se à França, que tem um entre cada três habitantes de origem africana. Trata-se de um país em que a miséria não avançou como nos demais países do continente. Mas não se deve tomar o número de mais de 3 mil mortos pelo Covid-19 como algo apenas estatístico. Embora se tenha imposto o isolamento social em elevado grau no país, setores operários e do comércio tiveram de continuar trabalhando, e se contaminaram.

Quem paga, porém, pelo serviço de saúde “de ponta” da Alemanha e pelo ainda “estado de bem-estar social”, parcialmente preservado, são os assalariados de dentro do país, do resto da Europa e dos países semicoloniais. A criação da União Europeia e, principalmente, da Zona do Euro permitiu que a Alemanha viesse a se elevar como grande exportador ao mercado europeu. O país mantém mais da metade de suas transações comerciais nos limites da UE, e acumula grandes volumes de capital vindos dos demais países do bloco. Somente de 2005 a 2019, o superávit acumulado na balança corrente alemã foi superior a US\$ 3,5 trilhões (maior que os US\$ 3,2 trilhões acumulados pela China no mesmo período).

A hegemonia alemã sobre a UE ajuda a explicar, inclusive, a opção do Reino Unido, com um déficit superior a US\$ 1,5 trilhão, no mesmo período, de abandonar a União Europeia.

Essa condição garantiu à burguesia alemã, por meio de seu Estado, melhores condições, ao longo dos últimos anos, de atenuar internamente a luta de classes, e deixando o país menos despreparado para lidar com a pandemia, quando comparado aos demais países europeus imperialistas. Ao passo que países como Itália, Espanha, Reino Unido e França mantêm taxas de mortalidade, em decorrência da Covid-19, entre 10% e 20%, a Alemanha mantém uma taxa próxima a 4%.

Essa condição, na qual se encontra a Alemanha, de modo algum é permanente, e os sinais de sua degradação são claros. Desde a crise de 2008, a concentração de renda na Alemanha vem crescendo, de forma praticamente linear, a tendência de dissolução da UE

afetará o controle alemão sobre o mercado europeu, e a nova crise que se inicia, além de ter potencial para levar o país a uma recessão superior a 5%, em 2020, pode levar a taxa de desemprego, que atualmente contempla mais de 2,6 milhões de pessoas, à sua moeda marco mais alta, desde a crise de 2008. Somente de março a abril, quase 400 mil perderam seus empregos.

Essa tendência já colocada levará o governo alemão a, inevitavelmente, impor contrarreformas, que atacam as massas, e a burguesia tentará procurar novos meios para manter sua taxa de lucro, primeiro

precarizando, e depois privatizando serviços como, os de educação e saúde (do qual atualmente um quarto de seu orçamento já é privado).

Ao contrário do que afirmam os reformistas e a esquerda em geral, a Alemanha, que atingiu o mais alto grau de desenvolvimento de suas forças produtivas, evidencia que, nos marcos do capitalismo, jamais será possível garantir a todos o acesso permanente a um amplo serviço de saúde.

Não será por meio de nenhum governo burguês eleito que se combaterão as tendências de destruição da saúde em benefício do parasitismo financeiro. A luta das massas para garantir as condições mínimas de saúde se choca com a liquidação do sistema público e o controle cada vez maior do sistema privado. O equilíbrio econômico e entre as classes alcançado no pós-guerra já não pode ser mantido, uma vez que a União Europeia tende a se desintegrar e o imperialismo norte-americano impulsiona a guerra comercial. As tradições revolucionárias do proletariado alemão têm tudo para serem retomadas. A tarefa de superar a crise de direção se colocará no futuro próximo com maior clareza. A vanguarda com consciência de classe tem de aproveitar a experiência dos impasses da Europa como um todo, apoiando-se no internacionalismo proletário.

Ao contrário do que afirmam os reformistas e a esquerda em geral, a Alemanha, que atingiu o mais alto grau de desenvolvimento de suas forças produtivas, evidencia que, nos marcos do capitalismo, jamais será possível garantir a todos o acesso permanente a um amplo serviço de saúde.

75 anos da derrota do nazifascismo na 2ª Guerra:

A barbárie imperialista, que prossegue sob novas formas, será varrida pela revolução internacional

Nos dias 8 e 9 de maio, celebrou-se, em vários países, o 75º aniversário do fim da II Guerra Mundial. Na Europa, os cerimoniais foram discretos, em razão da pandemia, e as homenagens aos mortos ocorreram principalmente em Paris, Londres, Moscou e Berlim. Em Portsmouth, costa sul da Inglaterra, houve o mais importante evento comemorativo que reuniu figuras e líderes da burguesia mundial, como Donald Trump e Rainha Elisabeth II, além do presidente francês Emmanuel Macron, da chanceler alemã Angela Merkel, do primeiro-ministro canadense Justin Trudeau, e da ex-premiê britânica Theresa May. Em todas as falas, um mesmo objetivo: exaltar o 4 de junho de 1944, o chamado “dia D” (data de desembarque das tropas aliadas na Normandia), e ocultar o papel da URSS, do Exército Vermelho e das resistências operárias na derrota do nazifascismo.

Em Moscou, onde as celebrações ocorrem no dia 9/05, o presidente Vladimir Putin acusou os EUA de distorcerem e ocultarem o papel da URSS na derrota da Alemanha hitlerista. Notadamente, no dia 7/05, a Casa Branca publicou um tweet onde disse, sem qualquer referência à União Soviética: “no dia 08 de maio de 1945, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha venceram os nazis”. Ainda na véspera das comemorações, o Secretário de Estado dos EUA, o ultradireitista Mike Pompeo emitiu uma declaração conjunta com os governos pró-imperialistas da Hungria, Bulgária, Estônia, República Tcheca, Lituânia, Polônia, Romênia e Eslováquia, onde diz: “Embora maio de 1945 tenha trazido o fim da Segunda Guerra Mundial na Europa, não trouxe liberdade para toda a Europa. A parte central e oriental do continente permaneceu sob o domínio dos regimes comunistas durante quase 50 anos. Os países bálticos foram ilegalmente ocupados e anexados, e um controle férreo sobre as outras nações cativas foi imposto pela União Soviética usando força militar esmagadora, repressão e controle ideológico” (rtp.pt/notícias/mundo). As notas emitidas pelo governo Trump podem surpreender à primeira vista. Mas logo deixam transparecer sua finalidade. Visam a muito além da simples falsificação histórica; expressam a escalada de tensões entre os EUA e a Rússia, que tem por base não apenas fricções armamentistas, mas a necessidade urgente do imperialismo americano submeter o Leste Europeu, isolar a Rússia e retomar mercados; o que implica também em atritos inevitáveis, e cada vez mais agudos, com a China. Eis porque as celebrações tiveram de se tornar, desde há muito, um forçado autoelogio, e um afetado panegírico aos EUA e seus aliados europeus.

O nazifascismo derrotado pelo Exército Vermelho de operários e camponeses

Nos 75 anos da derrota do nazifascismo, a análise e a reconstituição dos fatos é parte da luta não apenas contra a propaganda imperialista, adulterada, como contra as falsificações históricas e as deformações políticas perpetradas pela burocracia estalinista, ambas repletas de mentiras e ocultações. O marxismo-leninismo-trotskismo luta pela verdade e clareza políticas. Só elas podem levar o proletariado a superar o reinado de terror do capitalismo.

A 2ª guerra, que teve início oficial nas declarações de guerra do Reino Unido e França à Alemanha, após a invasão da Polônia

(setembro de 1939), não teria seu conhecido desfecho histórico sem a presença decisiva da URSS, malgrado toda política traidora dos interesses operários (e a desorganização militar introduzidas) por Stalin.

A ocupação da Dinamarca e da Noruega, em poucos dias (abril de 1940), prenunciava as enormes dificuldades de se fazer frente à poderosa máquina de guerra alemã e sua blitzkrieg (guerra relâmpago). Temor confirmado, depois, com a rápida ocupação da Bélgica, do Luxemburgo e da Holanda pelas tropas da Wehrmacht (as forças armadas da Alemanha nazista) em poucas semanas de batalha. A queda da França, em junho de 1940, apesar da fama de seus comandantes e de suas fortificações, assinalou o naufrágio das democracias aliadas. A rede de dominação nazista com seus satélites (Finlândia, Hungria, Bulgária, Romênia etc.) e aliados (Itália), na Europa, permitiu estender uma zona militarizada da costa francesa do atlântico ao Mar Negro, dispondo de um poderoso conjunto de indústrias e de fontes de matérias-primas e petróleo. A guerra, nestas condições, foi imposta diretamente pela Alemanha sobre a África, o Mediterrâneo e o Atlântico.

A entrada dos EUA na guerra, em 1941, coincide com a invasão da URSS por Hitler na *Operação Barbarossa*, e a consequente declaração de guerra do governo soviético à Berlim. O envolvimento dos EUA e URSS no conflito, por sua própria lógica, implicaria uma mudança na correlação de forças entre os beligerantes. Os Aliados imperialistas, porém, sabedores da nova etapa da guerra em direção ao Leste, isto é, contra o regime soviético e a propriedade estatal dos meios de produção, não aventaram qualquer desembarque de tropas auxiliares na Rússia, nem se apressaram a iniciar combates em terra no continente contra os alemães. Restringiram-se à auto-defesa ou a mobilizar tropas para proteger suas colônias na África. Assim se explica sua relutância em abrir uma segunda frente de batalha no Oeste e a opção de deixar a União Soviética, exangue, esgotar suas próprias forças, numa guerra particular e sangrenta contra a ocupação alemã. As forças militares Aliadas se voltarão durante 2 anos apenas ao norte africano e Mediterrâneo, para a reconquista de possessões coloniais. O ataque direto às forças do Eixo limitou-se, quando muito, a combates contra a Itália, que só no final de 1943 se transformarão em desembarque na costa sul do país.

A historiografia oficial, pródiga em relatar a ajuda econômica e armamentista dos EUA e Reino Unido aos soviéticos, omite que a Frente Oriental foi o maior teatro da guerra - responsável por 88% de todos os mortos no conflito - e que nesta extensa zona de crimes e genocídios, os operários e camponeses do Exército Vermelho estiveram entregues à própria sorte no combate ao nazismo, até então invencível. Estima-se que 80% dos soldados alemães mortos em batalha perderam a vida justamente nesta Frente Oriental, assim como 20% da população da Polônia, Bielorrússia e Ucrânia. E não é casual que assim tenha sido. Adolf Hitler nutriu, por toda sua vida, um profundo ódio ao comunismo (o qual identificava com o judaísmo) e à União Soviética. Todo seu pensamento e sua carreira política estiveram calcados na promessa de extirpar o marxismo da face da Terra. Sua obstinação em alcançar

esse objetivo foi a responsável por concentrar o maior contingente possível de regimentos, batalhões, blindados, aviões e peças de artilharia na Frente Oriental. Nestas condições, o proletariado soviético, por meio do Exército Vermelho, teve de travar uma duríssima batalha à guerra contrarrevolucionária, movida pela Alemanha. Teve de lutar, não apenas para salvar sua vida, mas para defender, igualmente, as relações de produção, nascidas da Revolução de Outubro. Mais de 11 milhões de soldados, homens e mulheres, foram mobilizados para as frentes de batalhas; e dezenas de milhões mobilizados na retaguarda e na indústria de guerra. O Exército Vermelho foi, por fim, capaz de conter a ofensiva alemã, de reconquistar territórios e de liquidar a Wehrmacht, não apenas em solo russo, como no coração mesmo do nazismo, em Berlim.

Após a carnificina de Stalingrado (junho de 1942/fevereiro de 1943), veio a sangrenta batalha de Kursk (junho de 1943), duas pesadas derrotas alemãs para os soviéticos. A Conferência de Teerã, entre Roosevelt, Stálin e Churchill, decidiu que apenas em 1944 seria aberta a Frente Ocidental, para combater os alemães - reivindicação exigida pela URSS desde 1941! Em janeiro de 1944, seria rompido o cerco alemão a Leningrado; em maio, ocorre a retoma da Criméia; em junho, o Exército Vermelho lança a ofensiva sobre a Bielo-rússia; nesse mesmo mês, derrota as tropas alemãs na Ucrânia ocidental e na Polônia oriental; por fim, as tropas soviéticas iniciam a marcha para Romênia e Bulgária. Apenas às vésperas da entrada do exército soviético em território alemão, quando as forças hitleristas já estão em plena decomposição, ocorre o desembarque anglo-americano nas praias da Normandia, na França, abrindo, tardiamente, a Frente Oeste. O almirante Karl Dönitz, que oficialmente sucedeu a Hitler no governo, após o suicídio deste em seu bunker, tentou deslocar o que sobrou das tropas do leste para o oeste, para que a rendição ocorresse aos ingleses e norte-americanos e não aos soviéticos. Esse gesto derradeiro e último de reafirmação do caráter de classe da guerra contra a URSS, revela, igualmente, o vínculo político do nazismo com a grande burguesia imperialista.

A expectativa oculta do imperialismo, de que a União Soviética fosse devorada e tragada pelo militarismo hitlerista, fracassou. Na URSS, as glórias foram assumidas por Stálin, autoproclamado marechal infalível, e pela casta burocrática do regime. Mas a verdadeira expressão da vitória foi o Exército Vermelho, que triunfou não por causa, mas apesar de Stálin. Sua origem está na Revolução Russa e na guerra civil - seu primeiro batismo de fogo. Fundado por Leon Trotsky, seu máximo dirigente até 1925, e intitulado oficialmente *Exército Vermelho de Operários e Camponeses*, aboliu os títulos e símbolos oficiais que representassem quaisquer lembranças do odioso passado czarista de opressão de classes, e esteve sob Lênin, aberto de par em par, aos mais humildes trabalhadores da cidade e do campo. Sob Stalin, tornou-se um instrumento de manipulação burocrática; sofreu expurgos que liquidaram seus melhores comandantes (mais de 45 mil oficiais e comissários políticos), nas vésperas da 2ª Guerra, e foi, por fim, rebatizado por Stálin (em 1946, no pós-guerra) com o nome de "Exército Soviético", despojando-o, assim, dos últimos vestígios de seu caráter de classe, para dá-lo a repugnante roupagem do nacionalismo patriótico de acordo com a tese revisionista do "socialismo em um só país". A URSS pagou com mais de 25 milhões mortos os pesados custos de sua defesa como

Estado operário e da derrocada do imperialismo hitlerista para que a burocracia estalinista prosseguisse com sua política de socialismo em um só país e coexistência pacífica com o imperialismo.

A 2ª guerra mundial consistiu na maior catástrofe da história do capitalismo. Nasceu da contradição entre as forças produtivas, altamente desenvolvidas, com as relações de produção e as fronteiras nacionais. Lênin previu que o capitalismo chegava a sua última etapa imperialista ou monopolista de guerras, revoluções e contrarrevoluções. Analisou, sistematicamente, as causas da 1ª Guerra Mundial. Desenvolveu, na Rússia, o programa internacionalista da revolução proletária. Concluída a guerra, Lênin indicou a inevitabilidade de uma nova guerra mundial, caso a revolução não avançasse nos países imperialistas. Somente a derrota da bur-

guesia monopolista e a construção da sociedade socialista poderiam evitar uma nova catástrofe. A fundação da III Internacional - Partido Mundial da Revolução Socialista - se ergueu como um poderoso instrumento do proletariado para enfrentar a barbárie capitalista. A estalinização do Estado operário na ex-URSS comprometeu, em grande medida, o desenvolvimento da revolução mundial. 75 anos após a gigantesca tragédia da II Guerra Mundial, as tendências da crise, que se gestou no início do século XX, fortalecem o militarismo, a opressão nacional sobre os países atrasados

e os choques interimperialistas. Com o fim da II Guerra Mundial, os Estados Unidos se ergueram, definitivamente, como potência hegemônica. A burocracia estalinista ganhou projeção no Leste Europeu, ampliando seu aparato e confundindo-se com o avanço do internacionalismo socialista. Liquidou a III Internacional, como parte do acordo da paz imperialista. Os Estados Unidos reconstruíram a Europa Ocidental e o Japão. Assim que se consolidou como carro-chefe das potências, lançaram-se à "guerra fria". Os aparatos burocráticos foram sendo arrastados pela política do imperialismo. Acabaram por desmoronar, golpeados pelas tendências restauracionistas. A destruição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas abriu de vez o curso do retrocesso histórico. Expressou, em uma dimensão jamais vista, a crise mundial da direção revolucionária. O movimento oposicionista, liderado por Trotsky, resguardou a continuidade programática e ideológica do marxismo-leninismo. A fundação da IV Internacional, em 1938, iluminou o caminho do proletariado em meio as trevas do capitalismo em decomposição. Não podendo se construir como continuidade da III Internacional da época de Lênin, a IV Internacional sofreu os abalos do revisionismo, em meados dos anos de 1950. Os primeiros passos em favor da solução da crise de direção se perderam. Está aí por que, nesses 75 anos da II Guerra Mundial, o capitalismo se encontra mergulhado nas crises que, no passado, dilaceraram a humanidade.

A barbárie capitalista prossegue com todo vapor, sob novas formas, e desfila todo seu horror na fome, nas epidemias, no desemprego, na violência e assassinatos, nas catástrofes ambientais e na volta do fascismo. O esgotamento atual da partilha do mundo, desenhada no pós-guerra, provoca abalos financeiros profundos, graves tensões e novas contradições. O proletariado está chamado a despertar em todo o mundo e abrir caminho para uma nova direção revolucionária. Sem a reconstrução da IV Internacional, o Partido Mundial da Revolução Socialista, os explorados de todo o mundo pagarão um alto preço e estarão fadados a suportar todo o pesar da barbárie que se aprofunda.



75 anos da derrota do nazifascismo na 2ª Guerra Mundial pelo Exército Vermelho de operários e camponeses!

Lutemos para sepultar o imperialismo e a barbárie capitalista!



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal Massas, nº 609, expusemos a tese central de Lênin sobre a derrubada da burguesia do poder do Estado, e a tarefa do proletariado de se tornar a classe dominante. Ou seja, constituir a ditadura do proletariado. A revolução resolve o primeiro objetivo programático, que é o de vencer a burguesia, depois de inúmeras batalhas entre as duas classes antagônicas. A estratégia da ditadura do proletariado tão somente guia o partido, de maneira a não se desviar do caminho, e garantir a vitória da maioria oprimida. Determina, portanto, a tática por todo um período histórico, e expressa a concepção marxista da luta de classes. A única experiência anterior da luta de classes, que resultou na derrocada da burguesia, foi a Comuna de Paris, de 1871. Lênin foi quem mais assimilou, entre os bolcheviques, a fundamentação de Marx e Engels sobre a ditadura de classe em geral e a ditadura de classe do proletariado, em particular.

Com a tomada do poder, o proletariado, aliado aos camponeses, desintegrou a ditadura de classe da burguesia. A constituição do governo operário e camponês se deu sobre os escombros do Estado burguês. Sem esse aparato de dominação – seu principal pilar são as Forças Armadas e a polícia –, a burguesia perde o controle do funcionamento econômico. No entanto, somente deixará de ser uma ameaça à revolução, se a classe operária erguer um novo Estado, que lhe permita exercer transitivamente a sua ditadura de classe. O partido do proletariado, que foi a vanguarda da revolução, tem à sua frente a tarefa de desenvolver a capacidade dos ex-escravos assalariados em senhores da construção do socialismo. Somente a classe operária organizada, assentada na democracia coletiva, no caso, a democracia soviética, tem como passar ao seu controle as relações de produção, impulsionando a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

Em dezembro de 1917, a classe operária apenas engatinhava nesse sentido. A burguesia, que ainda conservava capacidade de resistir, por meio de determinados grupos, contando com a indisposição de camadas da pequena burguesia, apostava no prejuízo de que os explorados não seriam capazes de dirigir o Estado, e de se ocupar da produção e distribuição. Observamos o esforço de Lênin para derrotar ideológica e praticamente essa resistência, que, se não fosse quebrada, potencializaria a contrarrevolução. As vozes burguesas e pequeno-burguesas disseminavam a ideia de que já se passavam dois meses da revolução e reinava a desordem.

Lênin responde, no breve artigo *“Aqueles que temem a derrubada do velho, e aqueles que lutam pelo novo”*, que, no curto espaço de tempo, já se havia dado os primeiros passos ao socialismo. Eis: *“Não vê quem não quer, ou quem é incapaz de avaliar o vínculo dos acontecimentos históricos. Não querem ver que, em poucas semanas, foram quase totalmente destruídas as instituições não democráticas no exército, nas aldeias e nas fábricas. Não há outro caminho – não pode haver outro caminho – para o socialismo, que não seja por meio*

dessa destruição. Não querem ver que, em poucas semanas, em lugar da mentirosa política exterior imperialista, que prolongava a guerra e encobria o saque e as conquistas com tratados secretos, há uma política verdadeiramente revolucionária e democrática, que se esforça por alcançar uma paz realmente democrática, uma política que já alcançou um grande êxito prático, como é o armistício, e aumentado cem vezes o poder de propaganda de nossa revolução. Não querem ver que o controle operário e a nacionalização dos bancos começaram a pôr em prática, e que são os primeiros passos ao socialismo”.

E continua: *“Não podem compreender a perspectiva histórica, aqueles que se acham esmagados pela rotina do capitalismo, estremecidos pela derrubada estrondosa do velho, pelo rugido, pelo ruído, pelo ‘caos’ (aparente caos) das estruturas seculares do czarismo e da burguesia, que se destroçam e afundam; atemorizados pela extrema agudização da luta de classes e sua transformação em guerra civil, a única guerra legítima, a única justa, a única sagrada – não no sentido clerical, mas humano –, a guerra sagrada dos oprimidos, para derrubar os opressores e libertar os trabalhadores de toda opressão. Em essência, todos esses derrotados, estremecidos e atemorizados burgueses, pequeno-burgueses e ‘servidores da burguesia’, frequentemente, estão submetidos, sem perceber, por aquela velha, absurda, sentimental e vulgar ideia intelectualóide de ‘implantar o socialismo’, que adquiriram de ‘ouvido’, aos pedaços da teoria socialista, repetindo as tergiversações dessa teoria confeccionada por ignorantes e semieruditos, e atribuindo, aos marxistas, a ideia e até o plano de ‘implantar’ o socialismo”*.

E continua: *“A nós, marxistas, estas ideias, para não falar dos planos, são alheias. Sempre soubemos, falamos e destacamos, que não é possível ‘implantar’ o socialismo, que este se desenvolve no curso da mais intensa, da mais aguda luta de classes – que atinge o ápice da impaciência e do desespero – e da guerra civil; que entre o capitalismo e o socialismo há um longo processo de ‘dores do parto’; que a violência sempre é a parteira da velha sociedade; que o período de transição da sociedade burguesa à sociedade socialista corresponde a um estado especial (isto é, a um sistema especial de coerção organizada contra uma classe determinada), isto é, a ditadura do proletariado. E a ditadura pressupõe, e significa, um estado de guerra latente, um estado de medidas militares de luta contra os inimigos do poder proletário. A Comuna de Paris foi uma ditadura do proletariado, e Marx e Engels reprovaram aquilo que consideravam como uma das causas de sua derrota, isto é, que a Comuna não havia utilizado com suficiente energia sua força armada para esmagar a resistência dos exploradores”*.

O novo que se abria com a revolução aturdiu e amedrontou os “socialistas”, que se negaram a reconhecer a ditadura do proletariado como estratégia histórica. No período revolucionário, a combateram com a política oportunista de conciliação de classes. No período que se abria pós-revolução, continuaram a combatê-la. Lênin, ao contrário, dirigiu os bolcheviques, expondo e explicando que, sem a estratégia da ditadura do proletariado, não era possível concluir a revolução, e, agora, não era possível construir o socialismo.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, volume XXVIII, Akal Editor)